



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ALISSON PEREIRA CADETE

ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS MULTINÍVEL:
ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS BIBLIOTECÁRIOS DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA

FORTALEZA
2024

ALISSON PEREIRA CADETE

ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS MULTINÍVEL:
ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS BIBLIOTECÁRIOS DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de Concentração: Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Belmont de Farias.

FORTALEZA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C129a Cadete, Alisson Pereira.

Acessibilidade nas bibliotecas multinível : análise das percepções dos bibliotecários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA / Alisson Pereira Cadete. – 2024.

202 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Gabriela Belmont de Farias.

1. Biblioteca multinível - Acessibilidade . 2. Acessibilidade arquitetônica. 3. Biblioteca acessível - Instituto de Educação Federal do Maranhão. 4. Acessibilidade informacional - pessoa com deficiência. 5. Bibliotecários - agente de inclusão. I. Título.

CDD 020

ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS MULTINÍVEL:
ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS BIBLIOTECÁRIOS DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de Concentração: Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento.

Aprovado em: 18/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Gabriela Belmont de Farias (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Raimunda de Jesus Araujo Ribeiro (Membro externo)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^ª. Dr. Cayley Guimarães (Membro interno)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Camila Araújo dos Santos (Suplente 1)
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à Rita Carvalho, minha esposa, pelo incentivo para fazer a seleção do mestrado, por todo apoio durante o desenvolvimento do curso e poder hoje está concretizando mais uma fase na minha caminhada educacional.

A minha orientadora, professora Gabriella Belmont de Farias, pelo acolhimento e parceria nessa trajetória como pesquisador.

A professora Maria Giovanna Guedes Farias também pelo incentivo à pesquisa, por ajudar no desenvolvimento do perfil de pesquisador que estou me tornando.

A todo corpo docente do PPGCI UFC pelo despertar de uma visão de mundo mais ampliada em especial ao professor Tadeu Feitosa.

E a todos os meus colegas de mestrado que compartilhamos momentos prazerosos e agradáveis, angústias e preocupações no dia-a-dia do mestrado, mas de grande valia para validar o percurso desse caminho de desafios que trilhamos.

RESUMO

As discussões em torno dos direitos das pessoas com deficiência tem sido um tema de grande relevância nas últimas décadas, uma vez que, a partir da luta constante desse segmento em busca da cidadania, resultou em mudanças sociais significativas promovendo o direito ao acesso à educação, à saúde e às políticas públicas que garantam a essa parcela significativa da população o direito de existir dignamente como garantia constitucional e legalista. Neste sentido fez-se necessário evidenciar, que além dessas conquistas, seria preciso avançar ainda mais, não bastava apenas a garantia legal, é preciso garantir o direito real de acesso das pessoas com deficiência aos espaços institucionais, urbanos, equipamentos, mobiliários e conseqüentemente à informação. Nesta prerrogativa, cabe evidenciar as condições de acessibilidade dos ambientes das instituições de ensino, um desses ambientes são as bibliotecas, caracterizado como local de integração e interação social e convivência da diversidade. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar as condições de acessibilidade das bibliotecas multinível do Instituto Federal de Educação do Maranhão na perspectiva dos bibliotecários e como estes tem se organizado para garantir a acessibilidade e inclusão dos usuários com deficiência da sua comunidade acadêmica, considerando os aspectos que são caracterizados dentro das categorias que favoreçam o atendimento pleno das condições mínimas de acessibilidade arquitetônica apregoadas pela NBR 9050/2020, legislação específica que norteia a adequação de espaços físicos, mobiliário, mobilidade e sinalização de edificações, bem como evidenciar os aspectos que favoreçam o pleno atendimento das necessidades informacionais dos usuários com deficiência no contexto da acessibilidade informacional. Esta é uma pesquisa, metodologicamente caracterizada por ser descritiva de natureza aplicada com abordagem quali-quantitativa, uma vez que se pretende descrever o fenômeno em análise ao passo que necessita mensurar numericamente os significados dos fenômenos estudados, os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado com questões relacionadas à identificação das condições de acessibilidade nas bibliotecas à luz da legislação. Os dados foram analisados, no que se relaciona às condições de acessibilidade arquitetônica, por meio da relação direta do pleno atendimento dos itens pesquisados com o que está evidenciado na NBR 9050/2020 e do Manual de Adaptações de Acessibilidade do ministério dos direitos humanos e, quando à acessibilidade informacional foram analisados pelos parâmetros instituídos pelo manual orientador de bibliotecas acessíveis e inclusivas. O resultado da análise do dados evidenciou que as condições de acessibilidade das bibliotecas do IFMA não estão adequadas ao que está descrito na NBR 9050/2020 e no manual de bibliotecas acessíveis e inclusivas, mesmo uma ou outra unidade tendo a preocupação com a acessibilidade física, mas falta materiais informacionais em formato acessível, a maioria delas não dispõe de tecnologias assistivas para favorecer o uso dos materiais principalmente por pessoas com deficiência visual, no caso dos alunos surdos a barreira imposta a estes está na comunicação com a equipe de profissionais das bibliotecas uma vez que nem todos os profissionais depõem de qualificação em libras estas evidências podem impactar no atendimento às necessidades informacionais dos usuários com deficiência das bibliotecas.

Palavras-chave: acessibilidade arquitetônica; acessibilidade informacional; biblioteca acessível; biblioteca inclusiva; biblioteca multinível.

ABSTRACT

Discussions around the rights of people with disabilities have been a topic of great relevance in recent decades, since, from the constant struggle of this segment in search of citizenship, it has resulted in significant social changes promoting the right to access education, health and public policies that guarantee this significant portion of the population the right to exist with dignity as a constitutional and legalistic guarantee. In this sense, it was necessary to highlight that in addition to these achievements, it would be necessary to advance even more, it was not enough just the legal guarantee, it is necessary to guarantee the real right of access of people with disabilities to institutional and urban spaces, equipment, furniture and consequently to information. In this prerogative, it is worth highlighting the accessibility conditions of the environments of educational institutions, one of these environments are the libraries, characterized as a place of integration and social interaction and coexistence of diversity. In view of this, this research aims to analyze the accessibility conditions of the multilevel libraries of the Federal Institute of Education of Maranhão from the perspective of librarians and how they have been organized to ensure the accessibility and inclusion of users with disabilities in their academic community, considering the aspects that are characterized within the categories that favor the full compliance with the minimum conditions of architectural accessibility proclaimed by the NBR 9050/2020, specific legislation that guides the adequacy of physical spaces, furniture, mobility and signage of buildings, as well as highlighting the aspects that favor the full meeting of the informational needs of users with disabilities in the context of information accessibility. This is research, methodologically characterized by being descriptive of applied nature with a qualitative-quantitative approach, since it intends to describe the phenomenon under analysis while it needs to numerically measure the meanings of the phenomena studied, the data were collected through a structured questionnaire with questions related to the identification of accessibility conditions in libraries in the light of the legislation. The data were analyzed, with regard to the conditions of architectural accessibility, through the direct relationship of full compliance with the items researched with what is evidenced in NBR 9050/2020 and the Manual of Accessibility Adaptations of the Ministry of Human Rights and, as for informational accessibility, they were analyzed by the parameters established by the guiding manual of accessible and inclusive libraries. The result of the data analysis showed that the accessibility conditions of IFMA libraries are not adequate to what is described in NBR 9050/2020 and in the manual of accessible and inclusive libraries, even though one or another unit is concerned with physical accessibility, but lacks informational materials in accessible format, most of them do not have assistive technologies to favor the use of materials mainly by people with visual impairments, In the case of deaf students, the barrier imposed on them is in communication with the team of library professionals, since not all professionals testify to qualifications in Libras, these evidences can impact on meeting the informational needs of library users with disabilities.

Keywords: architectural accessibility; informational accessibility; accessible library; inclusive library; multilevel library.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Etapas da revisão da literatura.....	23
Quadro 2 – Questões norteadoras da pesquisa	24
Quadro 3 – Critérios de inclusão e exclusão	25
Quadro 4 – Lista dos trabalhos selecionados.....	26
Quadro 5 - Concepções e tendências evidenciadas nas produções acadêmicas (2013 a 2023)	34
Quadro 6 – Indicadores de acessibilidade para bibliotecas acessíveis.	84
Quadro 7 – Fases de implementação do IFMA no estado do Maranhão.....	106
Quadro 8 – Relação das bibliotecas que estão em funcionamento no IFMA.....	108
Quadro 9 - Representação das categorias sobre acessibilidade física e arquitetônica e suas variáveis	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – caracterização das áreas do conhecimento de realização dos trabalhos.....	28
Gráfico 2 – caraterização do tipo de acessibilidade a qual os estudos focalizaram	29
Gráfico 3 – classificação das bibliotecas do IFMA de acordo com os bibliotecários.....	109
Gráfico 4 – quantidade de profissionais que trabalham nas bibliotecas.....	111
Gráfico 5 – localização das bibliotecas	114
Gráfico 6 – prédio/espço da biblioteca projetado especialmente para abrigá-la	115
Gráfico 7 – prédio/espço da biblioteca está integrado ao prédio principal do campus	115
Gráfico 8 – acesso direto do estacionamento para a entrada da biblioteca	116
Gráfico 9 – estado de conservação das calçadas no entorno da biblioteca.....	117
Gráfico 10 – sinalização das calçadas no entorno da biblioteca	118
Gráfico 11 – existência de degraus na entrada da biblioteca.....	118
Gráfico 12 – existência de rampas na entrada das bibliotecas	119
Gráfico 13 – recomendações de tamanho das portas de acesso das bibliotecas.....	120
Gráfico 14 – tipo de material e modelo das portas das bibliotecas	120
Gráfico 15 – tipo de abertura das portas das bibliotecas	121
Gráfico 16 – tipo de acionamento das portas das bibliotecas	122
Gráfico 17 – quantidade de força humana necessária para abertura das portas das bibliotecas.....	122
Gráfico 18 – existência de batentes/desníveis na porta de entrada das bibliotecas	123
Gráfico 19 – existência de equipamento de controle de acesso na entrada da biblioteca	124
Gráfico 20 – existência de piso tátil direcional na parte interna das bibliotecas	124
Gráfico 21 – existência de piso tátil na parte interna das bibliotecas.....	126
Gráfico 22 – tipo de piso/pavimento das bibliotecas.....	127
Gráfico 23 – existência de corredores nas bibliotecas.....	128
Gráfico 24 – quantidade de pavimentos da biblioteca.....	128
Gráfico 25 – acesso ao segundo pavimento da biblioteca.....	129
Gráfico 26 – disposição do mobiliário das bibliotecas.....	129
Gráfico 27 – acesso à área do acervo das bibliotecas.....	131
Gráfico 28 – largura dos corredores entre as estantes	132
Gráfico 29 – garantia de espaço para mobilidade e manobra para P.C.R.	133
Gráfico 30 – existência de sala de administração/chefia da biblioteca	133
Gráfico 31 – sala de administração/chefia da biblioteca encontra-se em rota acessível	134

Gráfico 32 – existência de salas de estudo na biblioteca.....	134
Gráfico 33 – existência de barreiras para acesso às salas de estudo.....	135
Gráfico 34 – existência de balcão de atendimento na biblioteca.....	136
Gráfico 35 – balcão da biblioteca está de acordo com as especificações recomendadas pela NBR 9050/2020	137
Gráfico 36 – existência de armário guarda-volume na biblioteca	137
Gráfico 37 – mesas de estudos adequadas aos parâmetros de acessibilidade de acordo com a NBR 9050/2020	138
Gráfico 38 – garantia de uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para P.C.R no entorno das mesas	139
Gráfico 39 – cadeiras do ambiente de estudo permitem flexibilidade para movimento	139
Gráfico 40 – existência de cabines de estudo na biblioteca	140
Gráfico 41 – cabines adequadas à aproximação de P.C.R.....	140
Gráfico 42 – existência de banheiros na biblioteca	141
Gráfico 43 – os banheiros atendem as condições de acessibilidade dos banheiros.....	142
Gráfico 44 – existência de bancadas de computador e terminais de consulta na biblioteca	142
Gráfico 45 – quantidade de terminais de computadores de consulta ao acervo	143
Gráfico 46 – terminal de computador acessível	144
Gráfico 47 – terminais de computador equipados com ferramentas de acessibilidade (Leitores de Tela, ampliadores de tela, sintetizadores de voz)	145
Gráfico 48 – teclados de mouses acessíveis	145
Gráfico 49 – existência de sinalização na biblioteca (Corredores, estantes, salas de estudo)	147
Gráfico 50 – sinalização acessível (Braile, em relevo, sonora ou em libras)	147
Gráfico 51 – presença de pessoas com deficiência como usuários da biblioteca.....	149
Gráfico 52 – tipos de deficiência dos usuários das bibliotecas	150
Gráfico 53 – existência de matérias informacionais em formato acessível nas bibliotecas	151
Gráfico 54 – existência de itens da bibliografia básica e complementar dos cursos em linguagem ou formato acessível	152
Gráfico 55 – previsão aquisição de materiais em formato acessível na política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas.....	153
Gráfico 56 – existência de sistema de gerenciamento de biblioteca	153
Gráfico 57 – sistema de gerenciamento da biblioteca possui a função acessibilidade	154
Gráfico 58 – existência de bibliotecas virtuais nas unidades	155
Gráfico 59 – bibliotecas virtuais possuem a funcionalidade acessibilidade.....	155
Gráfico 60 – computadores equipados com ferramentas de acessibilidade	156
Gráfico 61 – existência de teclados e mouses acessíveis	156

Gráfico 62 – tecnologias assistivas disponíveis nas bibliotecas.....	157
Gráfico 63 – disponibilidade de ferramentas computacionais para favorecer a comunicação com os usuários surdos e cegos	157
Gráfico 64 – atendimento dos usuários com deficiência pela biblioteca	158
Gráfico 65 – forma de atendimento dos usuários com deficiência.....	158
Gráfico 66 – disciplina específicas para atendimento de pessoas com deficiência na graduação.....	160
Gráfico 67 – capacitação dos profissionais da biblioteca.....	160
Gráfico 68 – capacitação da equipe da biblioteca para atendimento dos usuários PCD.....	161
Gráfico 69 – existência de laboratório de acessibilidade	161
Gráfico 70 – treinamento específicos para pessoas com deficiência.....	163

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trecho do PDI 2019-2023.....	72
Figura 2 – Mapa de localização dos campi do IFMA no Estado do Maranhão.....	107
Figura 3 – Modelo de rebaixamento de calçada segundo a NBR 9050/2020.....	117
Figura 4 – Representação de espaço mínimo entre as estantes de uma biblioteca.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação
CAT	Comite de Ajudas Técnicas
CBBI	Comissão Brasileira de Bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CF 88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CI	Ciência da Informação
CNE/CEB	Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IFMA	Instituto Federal de Educação do Maranhão
IFs	Institutos Federais
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NAAH/S	Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação
NAPNE	Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
NBR	Norma Brasileira
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCD	Pessoa com deficiência
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNED	Política Nacional de Educação Digital
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PRONATEC	Programa de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
TA	Tecnologias Assistiva
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDAH	Transtorno de Deficit de Atenção com Hiperatividade
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO.....	22
2.1	Concepções e tendências dos trabalhos analisados.....	32
3	MARCOS IMPORTANTES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	41
3.1	Marcos Constitucionais da política de inclusão de pessoas com deficiência no Brasil.....	46
4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	49
4.1	O contexto da educação inclusiva na educação profissional.....	60
5	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO IFMA E ACESSIBILIDADE.....	67
6	BIBLIOTECAS MULTINÍVEL E A ACESSIBILIDADE.....	75
6.1	A acessibilidade no acesso à informação.....	78
6.2	Tecnologias assistivas na biblioteca.....	85
6.3	Filosofia do Desenho Universal na biblioteca.....	91
7	O BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE SOCIAL DE INCLUSÃO.....	96
8	METODOLOGIA.....	101
9	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	105
9.1	Identificação da Biblioteca da unidade.....	105
9.2	Acessibilidade arquitetônica nas bibliotecas do IFMA.....	111
9.2.1	Acesso às dependências.....	113
9.2.3	Mobilidade.....	125
9.2.3	Mobiliários.....	135
9.2.4	Sinalização.....	145
9.3	Acessibilidade informacional na perspectiva do bibliotecário.....	148
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
	REFERÊNCIAS.....	169
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	181
	APENDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS BIBLIOTECÁRIOS.....	183
	ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL – TAI DO IFMA.....	198
	ANEXO B – PARECER CONSUBISTANCIADO COMISSÃO DE ETICA E PESQUISA - CEP.....	199

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade de pessoas com deficiência é um tema de grande relevância e vem desencadeando inúmeras lutas com a finalidade de permitir que as pessoas com deficiência possam ter seus direitos de cidadania garantidos. Em meio a esse longo período de lutas, algumas vitórias foram conquistadas, mesmo tendo momentos que parecem retroceder, principalmente pela tentativa desenfreada de negação de direitos fundamentais já garantidos ou mesmo pela manutenção da dificuldade de acesso à direitos básicos, como acesso à educação, à saúde e à informação.

Como se observa, em muitas situações cotidianas, sobre as questões ligadas à acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência o quanto ainda se tem que lutar em busca das garantias de direitos fundamentais a este segmento, cada conquista em relação ao reconhecimento de direitos das pessoas com deficiência é um passo a se avançar.

As políticas públicas no Brasil voltadas para às pessoas com deficiência se fizeram nascer por meio dessa luta eminente, desencadeadas inicialmente em meio as discussões promovidas pela Organização das Nações Unidas – ONU, desde a década de 1960, que demonstraram a necessidade de garantir os direitos sociais à cidadania para um número significativo de pessoas segregadas por conta de sua condição física.

Neste sentido, no Brasil, leis tem garantido o cumprimento de preceitos básicos e direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, que é o ponto de partida de destaque à garantia de direitos às pessoas com deficiência e ao compromisso do Estado brasileiro como provedor dos direitos fundamentais de cidadania e da inclusão social à todas as pessoas, independente da sua condição física.

Em meados da década de 1990 pode-se evidenciar o incremento de uma política de inclusão educacional no Brasil, desencadeada de forma mais efetiva através da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, a qual destaca no seu artigo 4º que é dever do Estado prover atendimento especializado às pessoas com “necessidades especiais”, pelo sistema de educação público do país. Neste sentido, evidenciou que após essa garantia legal, houve um aumento significativo no número de matrículas dos alunos com deficiência, desde a educação infantil até a educação superior, uma conquista, levando-se em conta a subclassificação e a exclusão desse segmento da população ocorrida durante as décadas anteriores.

Os direitos das pessoas com deficiência foram amplamente discutidos nas últimas décadas do século XX, mas é a partir de meados da primeira década do século XXI que se observa uma dinamicidade mais expressiva em relação à garantia de tais direitos. Como parte

importante desse marco temporal, destaca-se a recepção do preâmbulo da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 13 de dezembro de 2006, adotado no Brasil através do Decreto Legislativo nº186 de 2008 e o Decreto nº 6.949 de 2009. Nesse contexto de discussão estão a garantia dos direitos humanos, que correspondem aos direitos sociais, civis e políticos, aos princípios de cidadania, direito à informação e à comunicação, bem como o reconhecimento da autonomia das pessoas com deficiência para decidirem os caminhos a serem seguidos. Vale destacar também, como parte do processo das conquistas, a produção de conteúdo acessíveis e a participação mais acentuada também nos processos de aprendizagem, de acordo com o tipo de deficiência de cada pessoa e de suas necessidades específicas.

Torna-se evidente que a área da educação se caracteriza como uma das áreas mais sensíveis para a mudança de paradigmas em meio a inclusão de pessoas com deficiência, uma vez que esta congrega uma gama de etapas, processos, métodos e também é caracterizada pela diversidade das pessoas, mas, mesmo em meio a essa diversidade, a garantia dos direitos à educação para as pessoas com deficiência ainda é negligenciada por uma série de fatores, dentre eles os físicos e estruturais.

Inúmeras instituições de ensino vêm se adequando para promover uma inclusão mais condizente com a garantia de direitos e respeito às diferenças de quem possui algum tipo ou grau do que chamamos de deficiência. Neste contexto de desenvolvimento destacam-se as instituições de ensino técnico e superior como promotoras da inclusão, no caso mais específico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, que ao longo da última década, principalmente a partir da aprovação de políticas públicas específicas para este segmento, vem demonstrando uma preocupação eminente com a adequação de espaços acessíveis, montagem de um corpo técnico especializado (letores, psicopedagogos, tradutores e interpretes de libras, dentre outros profissionais) e a capacitação de docentes e técnicos administrativos para o atendimento mais efetivo às pessoas com necessidades educacionais específicas.

Diante dessa transformação institucional e após a formulação de Leis e Normas que obrigam o poder público e as instituições privadas de educação a oferecer, não só um atendimento especializado, mas, que favoreça a inclusão de pessoas com deficiência no contexto macro das instituições de ensino, não podemos deixar de destacar, as bibliotecas dos institutos federais de educação, caracterizadas como bibliotecas multinível, que segundo Almeida (2015) [...] é percebida como uma organização que atende aos usuários de diversos níveis de ensino e modalidades educativas [...], foco central deste estudo, que precisam estar

alinhadas a esse cenário de inclusão das pessoas com deficiência.

É notório que compete às bibliotecas multinível, caso das Bibliotecas do IFMA, prover-se de serviços e recursos de informação acessíveis à toda comunidade acadêmica, incluindo também os que apresentam deficiência visual, física, motora, surdez e intelectual, adequando suas ações às limitações e potencialidades dos usuários.

As instituições mantenedoras das bibliotecas multinível deverão dar garantidas de acesso iguais e justas a todos, principalmente criando ambientes que ofereçam recursos tanto em termos de espaço físico acessível, acervo especializado, tecnologias assistivas e capacitação profissional da equipe para prover o melhor atendimento aos usuários com deficiência.

O desenvolvimento desta pesquisa, na perspectiva pessoal, pauta-se na inquietação iminente da vivência prática do exercício profissional como bibliotecário há mais de 10 anos no Instituto Federal de Educação do Maranhão - IFMA. Essa vivência, justifica a busca por conhecimentos sobre inclusão e acessibilidade em bibliotecas para alunos com deficiência e torna-se relevante para o desenvolvimento da presente pesquisa, uma vez que, os usuários com deficiência não podem ficar sem acesso à informação meramente por falta de ambientes adequados, falta de profissionais capacitados para este fim, bem como da falta de interesse dos gestores públicos em garantir investimento para o provimento das conquistas legais já estabelecidas aos PCDs.

Na perspectiva científica, essa pesquisa justifica-se como uma abordagem representativa sobre a acessibilidade e inclusão de usuários com deficiência nas bibliotecas multinível dos institutos federais, uma vez que congrega inquietações e asseios por pesquisas que analisam a situação destas bibliotecas no atendimento das pessoas com deficiência quanto às necessidades informacionais e configura como mais uma linha de pesquisa a ser explorada pela Ciência da Informação.

A perspectiva social da pesquisa, está em consonância com o Objetivo 4 - assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos, com destaque para o item 4.a – “construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos” e o Objetivo 10, que se refere a redução das desigualdades, e traz expresso no item 10.2 “Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra” - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

É inegável que a promoção da inclusão e a garantia da acessibilidade de pessoas com deficiência são de suma importância para a diminuição das desigualdades, uma vez que oportunizar acesso à educação e conseqüentemente à informação configura-se como parte integrante de promoção da cidadania e do pleno desenvolvimento social.

Neste sentido, a pesquisa tem como questões norteadoras: na percepção dos bibliotecários, as bibliotecas multiníveis do Instituto Federal de Educação do Maranhão estão preparadas para atender as pessoas com deficiência da sua comunidade acadêmica? Como os bibliotecários lidam com os desafios diários de garantir o acesso aos serviços e materiais informacionais aos alunos com deficiência? De que forma a instituição oportuniza qualificação aos bibliotecários que favoreçam o atendimento pleno dos alunos com algum grau de deficiência?

Para tanto, traçamos como **objetivo geral** - analisar as condições de acessibilidade das bibliotecas multinível do Instituto Federal de Educação do Maranhão (IFMA) sobre a percepção dos bibliotecários e como estes tem se preparado para garantir a acessibilidade e inclusão dos usuários com deficiência na biblioteca. E como **objetivos específicos**: a) analisar se os ambientes das bibliotecas do IFMA estão condizentes com os indicadores de acessibilidade instituídos pela legislação (NBR 9050/2020, manual de adaptações e acessibilidade do Ministério dos direitos humanos e da cidadania); b) verificar se as condições de acessibilidade dos ambientes promovem meios para atender as necessidades informacionais dos usuários com deficiência; c) mapear as principais dificuldades encontrados pelos bibliotecários na oferta de serviços e produtos de informação na biblioteca aos usuários com deficiência; d) identificar o grau de qualificação dos profissionais que trabalham nas bibliotecas sobre atendimento especializado às pessoas com deficiência; e) avaliar a existência de políticas institucionais de inclusão e acessibilidade e se as mesmas são efetivadas nas bibliotecas das unidades do IFMA.

O percurso metodológico da pesquisa está pautado inicialmente no método descritivo, uma vez que se descreve o fenômeno em análise, a partir da realização de uma pesquisa bibliográfica dos princípios norteadores da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no âmbito das instituições de ensino técnico no Brasil. Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, pois evidencia os conhecimentos adquiridos a fim de que possa modificar uma determinada realidade. Quanto a abordagem, a pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa. A familiaridade com o problema em questão norteou a pesquisa, quanto aos seus fins, como exploratória. O ambiente de pesquisa são as bibliotecas do Instituto Federal de Educação do Maranhão-IFMA. O público específico dessa pesquisa são os bibliotecários que

atuam diretamente nas bibliotecas dos campi do Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA.

A coleta de dados se deu por meio de um questionário semiestruturado, elaborado a partir das recomendações normativas apregoadas pela NBR 9050/2020, do manual de acessibilidade do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, do Manual orientador de bibliotecas acessíveis e inclusivas e pelo *checklist* elaborado por Nicoletti (2010) que visaram obter as respostas às principais perguntas norteadoras e evidenciando de forma direta as reais condições de acessibilidade nos seus mais variados aspectos dentro das Bibliotecas do IFMA.

Os dados obtidos por meio do questionário foram agrupados por eixos temáticos, elaborados mediante as orientações técnicas da NBR 9050/2020 e pelo *checklist* elaborado por Nicoletti (2010).

Quanto à organização, a pesquisa está dividida em 10 sessões. Após essa introdução, a sessão 2, traz uma abordagem da produção intelectual dos programas de pós-graduação brasileiros que trataram o tema “acessibilidade relacionada às bibliotecas dos institutos federais” no período de 2013 a 2023, ressaltando as áreas do conhecimento, as principais abordagens conceituais, tipos de estudos a concepções e tendências utilizadas no desenvolvimento das pesquisas.

A sessão 3 traz uma abordagem sobre os marcos importantes para a luta dos direitos das pessoas com deficiência no mundo, evidenciando a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência de 1975 da Organização das Nações Unidas-ONU, como principais marcos para o desenvolvimento de políticas e legislações específicas mundo a fora para a garantia dos direitos fundamentais às pessoas com deficiência. Traz ainda no seu escopo, uma abordagem sobre a evolução dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil após o reconhecimento pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acerca dos direitos à cidadania desse segmento social.

A sessão 4, seguindo a evolução das garantias de direitos às pessoas com deficiência estipulados pela Constituição Federal de 1988, traz uma abordagem sobre a evolução das políticas públicas para área da educação no que se refere à educação inclusiva, este capítulo caracteriza-se pela evolução dos preceitos de educação inclusiva e toda a evolução para favorecer a inserção das pessoas com deficiência nas classes comuns, assim como a inclusão na educação profissional, técnica e tecnológica, diminuindo assim a segregação por conta do que por muito tempo foi caracterizado como condições especiais de aprendizagem.

A sessão 5 evidencia as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, caracterizadas como bibliotecas multinível por contemplar o atendimento de um público

diversificado, característico dos institutos federais que ofertam diferentes modalidades de ensino, denominada verticalização, que compreende desde o ensino médio integrado à educação profissional, a educação de jovens e adultos, cursos de graduação, bem como cursos de pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados). Nesta sessão também se evidencia as questões relacionadas à acessibilidade no contexto dessas bibliotecas como forma de garantir acesso pleno das pessoas com deficiência à informação. Assim como, uma abordagem significativa sobre o papel das tecnologias assistivas no contexto das bibliotecas como ferramentas de melhoria da inclusão e de garantia da acessibilidade para as pessoas com deficiência e da filosofia do desenho universal na construção de ambientes adequados para o atendimento de todas as pessoas, independente da sua condição física, etária ou habilidade.

A sessão 6 traz uma abordagem sobre o papel social do bibliotecário como agente social de inclusão no ambiente das bibliotecas, nesse capítulo evidencia-se a importância das ações desse profissional como mediador do processo de busca e acesso à informação pelos usuários com deficiência ressaltando pontos específicos de sua formação básica e continuada, como forma de garantir o efetivo exercício do seu trabalho junto aos usuários com deficiência.

Na sessão 7 é feita uma análise das políticas e documentos institucionais de gestão no que se refere à abordagem ao atendimento às dimensões da acessibilidade que a instituição se propõe a atender, uma vez que estas são parte integrante das ações para o desenvolvimento institucional, tendo em vista que o atendimento das condições plenas de acessibilidade estão inclusos nos instrumentos de avaliação institucional os quais a instituição é frequentemente submetida.

A sessão 8 traz os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, nessa sessão são caracterizados os métodos, as abordagens que definem o tipo de pesquisa, bem como os procedimentos que foram adotados para se construir o corpo do texto assim como também as ações pontuais para o delineamento dos sujeitos da pesquisa e a definição do instrumento de coleta de dados, bem como as categorias de análise dos dados.

A sessão 9 traz a reunião e análise dos dados coletados a partir da aplicação do questionário aos bibliotecários do IFMA. As informações foram agrupadas nas referidas dimensões da acessibilidade, a saber: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade comunicacional, acessibilidade informacional e acessibilidade atitudinal. Inicialmente buscou-se evidenciar as condições de acessibilidade arquitetônica das bibliotecas, analisando as condições de acesso às dependências, bem com as condições de acessibilidade na parte interna das bibliotecas, caracterizando a mobilidade e a autonomia das pessoas com deficiência, em seguida caracterizou-se o mobiliário desses ambientes no que se refere à sua disposição no

espaço físico e se os mesmos estão adequados às condições de acessibilidade exigidas pelas normas técnicas vigentes, assim como verificar a sinalização do ambiente interno no que se refere aos parâmetros de acessibilidade comunicacional. Em seguida foi analisado o contexto da acessibilidade informacional, averiguando se os materiais informacionais, disponíveis nas bibliotecas estão em formato acessível, assim como buscou-se compreender a atuação dos bibliotecários no atendimento às pessoas com deficiência que são usuárias das bibliotecas, no contexto da acessibilidade atitudinal.

A sessão 10 traz as considerações finais, a qual evidencia as impressões obtidas com a realização da pesquisa no qual buscou alcançar o objetivo de analisar as condições de acessibilidade das bibliotecas do IFMA tendo como base a percepção dos bibliotecários.

2 ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO.

A acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência é um tema de grande relevância e que vem ganhando espaço no contexto dos estudos de conclusão dos cursos dos programas de pós-graduação brasileiros, principalmente após a implementação de leis, decretos e normas técnicas que asseguram o direito de acesso as pessoas com deficiência nos mais variados ambientes, e nesse contexto se destacam os ambientes educacionais nos mais variados níveis, mesmo em meio a negação de direitos fundamentais ou mesmo pela manutenção da dificuldade de acesso a direitos básicos como acesso aos ambientes físicos das escolas ou até mesmo à formação educacional.

Neste sentido, é possível evidenciar inúmeras pesquisas sobre o acesso e a permanência dos alunos com deficiência no ambiente das instituições públicas de ensino, com destaque para o ambiente das instituições públicas de ensino técnico e superior que contemplam as Universidades e os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. As abordagens quanto às condições de acesso a estas instituições têm sido estudada com bastante frequência tanto na esteira das condições de acessibilidade arquitetônica, quanto ao acesso pleno às atividades de ensino, pesquisa e extensão que compõem o tripé básico de existência das mesmas.

As condições de acesso aos ambientes comuns dessas instituições figuram como de grande relevância para estudos sobre acessibilidade e, neste contexto, caracteriza-se a biblioteca dessas instituições como um desses ambientes comuns que devem possuir condições aceitáveis de acessibilidade para atender a demanda de acesso à informação por todos, inclusive pessoas com deficiência caracterizados como usuários reais desses ambientes.

No Brasil, o avanço dos estudos sobre “Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nas Bibliotecas das Universidades e dos Institutos Federais de Educação” pode ser considerado como significativo se for balizado pelo número de dissertações e teses produzidas e disponíveis nos acervos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD IBICT e no Catalogo de Teses de Dissertações da Capes, pois somente com os descritores “acessibilidade em biblioteca”, colocados diretamente na barra de busca sem refino temporal e sem tipificação institucional, encontra-se 128 trabalhos no Catalogo de Teses e Dissertações da Capes e 44 trabalhos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses de Dissertações – BDTD IBICT entre teses e dissertações o que demonstra que há uma preocupação significativa em compreender as condições de acessibilidade nas bibliotecas das instituições de ensino públicas

brasileiras.

Nesta perspectiva, buscou-se identificar, reunir e compreender o contexto das produções acadêmicas que abordaram o tema “acessibilidade e inclusão nas bibliotecas dos Institutos Federais de Educação brasileiros” produzidos nos programas de pós-graduação brasileiros e reunidos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses de Dissertações – BDTD IBICT e no Catalogo de Teses de Dissertações da Capes que serviu de base para o desenvolvimento de um levantamento do tipo “revisão da literatura” visando identificar as abordagens desenvolvidas pelos pesquisadores sobre o referido tema e no que estes trabalhos poderiam contribuir como base para o delineamento da dissertação a que estou me debruçando.

De acordo com Arnis e Vitorino (2021), este tipo de estudo permite uma análise minuciosa dos trabalhos publicados num determinado período, facilitando a sistematização do tema. Os estudos de revisão de literatura possuem perspectivas investigativas de natureza descritiva, compreensiva (ou interpretativa) e avaliativa, implicando na seleção e classificação dos documentos segundo critérios e categorias pré-estabelecidos.

Como parte do processo de desenvolvimento foi traçado um plano para favorecer a identificação, seleção e análise dos trabalhos que possam se enquadrar no escopo da presente pesquisa. O quadro 1 evidencia as etapas seguidas no processo de seleção do material que serviu de base para a análise.

Quadro 1- Etapas da revisão da literatura

PRIMEIRA ETAPA	Questões norteadoras para a revisão de literatura sobre o Acessibilidade de PCDs em Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação	Escolha dos descritores relacionados ao objeto de estudo e seleção dos bancos de dados de pesquisa	Pesquisa nas Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações – BDTD IBICT do Catalogo de Teses de Dissertações da Capes com uso de descritores combinados com termos booleanos e refino temporal compreendido entre os anos de 2013 a 2023.
SEGUNDA ETAPA	Seleção de critérios de exclusão e inclusão	Extração das informações e formação do acervo do pesquisador	Mapeamento estatístico sobre a produção acadêmica dos programas de pós-graduação brasileiros sobre acessibilidade nas bibliotecas das Instituições Federais de Educação Brasileiros.
TERCEIRA ETAPA	Análise crítica do material empírico selecionado	Seleção de categorias de análise objetivando conhecer as principais concepções apresentadas nos estudos	Apresentação das principais tendências na produção acadêmica para a temática Acessibilidade de PCDs nas Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação Brasileiros

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No que se refere ao delineamento das questões norteadoras, uma vez que o estudo visa verificar a produção de pesquisas acadêmicas dos programas de pós-graduação brasileiros sobre o tema “acessibilidade e inclusão nas bibliotecas dos institutos federais brasileiros”, elaborou-se duas questões norteadoras que favoreceram a delimitação dos descritores que viabilizaram a pesquisa. Justificando-se pelo detalhamento que esses trabalhos acadêmicos apresentam em relação ao aporte teórico, metodologia da pesquisa, análise e discussão dos resultados.

Quadro 2 – Questões norteadoras da pesquisa

Questão	Descrição
Q1	Qual o ponto focal dos trabalhos sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência em Bibliotecas Institutos Federais de Educação (Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade informacional, Competência dos bibliotecários, Competência dos usuários, acesso à materiais informacionais, tecnologias assistivas, legislação específica e políticas públicas de inclusão e acessibilidade)?
Q2	Quais os tipos de deficiência evidenciadas nos estudos sobre acessibilidade em Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação.

Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Foi realizado também, um refinamento temporal compreendido entre 2013 a 2023 e por área de programa de pós-graduação dos materiais coletados, objetivando conhecer o estado atual da produção acadêmica dos programas de Pós-Graduação e se há predominância de pesquisas sobre o referido tema nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Para isso foram realizadas buscas distintas, parametrizadas pelos seguintes descritores em língua portuguesa adotados de maneira combinada: “Acessibilidade informacional”; “Inclusão informacional”; “Acessibilidade ou inclusão em bibliotecas”; “instituto federal”, “pessoa com deficiência e biblioteca”, fazendo-se o incremento dos operadores booleanos (*or* e *and*) onde fez-se buscas combinadas por título, palavras-chave, resumo e/ou todos os campos.

Para refinar a pesquisa, houve a necessidade de se definir critérios de inclusão e exclusão, que devem estar em consonância com questões norteadoras da pesquisa escolhidas anteriormente, que permitam uma interpretação de forma segura e que classifiquem os trabalhos corretamente. (KITCHENHAM, 2009). No quadro 3 abaixo faz-se a definição dos critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos que irão compor o estudo.

Quadro 3 – Critérios de inclusão e exclusão.

Critérios	Descrição
Inclusão	Documentos cujo o foco era acessibilidade nas bibliotecas dos institutos federais de educação no contexto da acessibilidade física, acessibilidade informacional, inclusão informacional, materiais informacionais acessíveis, serviços inclusivos a

	usuários PCDs, uso das tecnologias assistivas em bibliotecas.
Exclusão	Documentos que tratam: Acessibilidade e inclusão fora do ambiente das Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação.

Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 17 trabalhos, em sua totalidade dissertações, que se enquadraram nos critérios que favorecem o alcance dos objetivos do trabalho.

Quadro 4 – Lista dos trabalhos selecionados

n ^o	TIPO DE TRABALHO / ÁREA DO CONHECIMENTO	AUTOR	TITULO	ANO
1	Dissertação Mestrado em Educação agrícola	CARVALHO, Carlos Ceza de	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: tecnologia assistiva na biblioteca do IFNMG Campus Januária – MG	2013
2	Dissertação Programa de Pós Graduação em Ciências da Educação	TAVARES, Cícero Filho	ACESSIBILIDADE FÍSICA, NOS ESPAÇOS E MOBILIÁRIO DA BIBLIOTECA NÍSIA FLORESTA BRASILEIA AUGUSTA DO IFRN - CAMPUS PARNAMIRIM, VOLTADA PARA OS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.	2015
3	Dissertação Mestrado em Políticas Públicas	ALMEIDA, Meriely Ferreira de	ACESSIBILIDADE FÍSICA EM BIBLIOTECAS DA REDE FEDERAL DE ENSINO: políticas públicas para pessoas com necessidades específicas	2015
4	Dissertação Mestrado Profissional em Biblioteconomia	TAMASHIRO, Marcele do Nascimento Silva	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA SOB O PRISMA DA BIBLIOTECA ESCOLAR DO IFRJ – CAMPUS RIO DE JANEIRO: a garantia da igualdade na diversidade	2016
5	Dissertação Mestrado em Educação escolar	ANTUNES, Cleuza Diogo	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA BIBLIOTECA DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA	2017
6	DISSERTAÇÃO Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior	PEREIRA, Rodrigo Araujo de Sá	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: um estudo realizado entre usuários com deficiência na biblioteca do Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo	2018
7	Dissertação	SANTOS, Katia Goncalves dos	POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO: ACESSIBILIDADE E USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO CEFET-MG	2019
8	Dissertação Mestrado profissional PROFEPT	BARBOSA, Erika Cristiny Brandão Ferreira	INCLUSÃO EDUCACIONAL: A ACESSIBILIDADE DOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E/OU MOTORA DA BIBLIOTECA DO IFCE – CAMPUS FORTALEZA	2020
9	Dissertação Mestrado Profissional em Biblioteconomia	PAZ, Rudney do Carmo	A ACESSIBILIDADE NAS PÁGINAS WEB DAS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAS REGIÕES NORTE/NORDESTE DO BRASIL	2020

10	Dissertação Programa de Pós-Graduação em ciência da informação	SANTOS, Veronica Aparecida dos	SABERES INFORMACIONAIS NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO NA REDE DE BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ SOB O PRISMA DA INFOEDUCAÇÃO	2021
11	Dissertação Programa de Pós-graduação em Educação	MIRANDOLA, Viviane Paula Salini	CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC)	2021
12	Dissertação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT	NUNES, Ada Verônica de Novaes	BIBLIOTECA INCLUSIVA: identificando estratégias e especificando recomendações para o suporte aos estudantes com deficiência visual no ensino profissional e tecnológico	2021
13	Dissertação Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação	PINHEIRO, Alejandro de Campos	OS RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS: uma abordagem para as pessoas com deficiências visuais	2021
14	Dissertação Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	OLIVEIRA, Joélita Pereira	MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO VOLTADA PARA OS ESTUDANTES DEFICIENTES VISUAIS NAS BIBLIOTECAS DO IF BAIANO	2022
15	Dissertação Mestrado Profissional em Ciência da Informação	BARBOSA, Kelly Cristina	DIAGNÓSTICO SOBRE PARÂMETROS DE LAYOUT E DE ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE	2022
16	Dissertação Programa de pós-graduação em educação profissional e tecnológica - PROFEPT	AMARAL, Quezia Barbosa de Oliveira	ACESSIBILIDADE DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA ÀS BIBLIOTECAS DE ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO	2023
17	Dissertação Programa de pós-graduação em educação profissional e tecnológica - PROFEPT	SILVA, Cristiane Pereira da	ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS: um estudo de caso na biblioteca do IFSUL- Campus Pelotas	2023

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

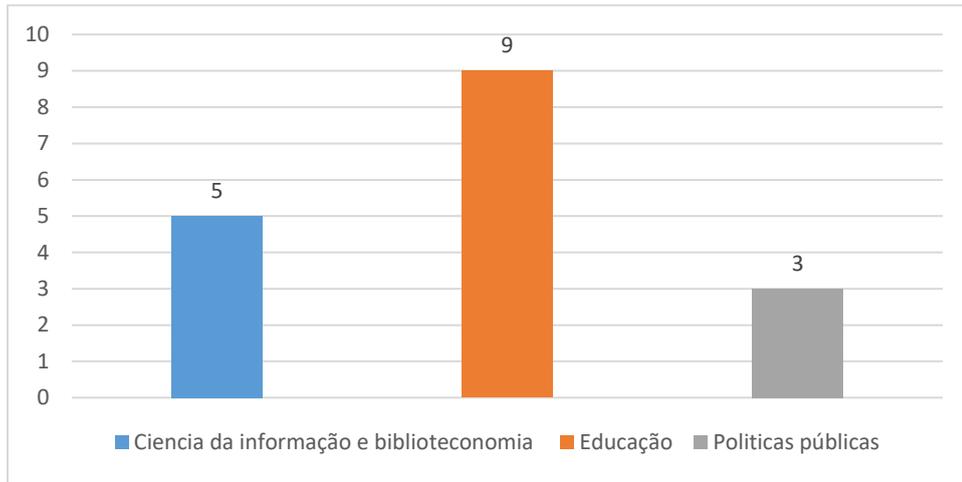
A terceira etapa constituiu-se na caracterização, análise das tendências e concepções sobre as produções acadêmicas dos programas de pós-graduação das mais variadas áreas que abordaram o tema. Nesse processo de seleção e filtragem configurou premissas que nortearam o escopo final das produções acadêmicas a serem analisadas.

Para análise/síntese, as dissertações foram agrupadas por ano, área do programa de pós-graduação, tipo específico de acessibilidade abordada nos estudos, tipologia das deficiências a que se destinam, tipos de estudo e os sujeitos da pesquisa.

Cabe ressaltar que ao avaliar os trabalhos foi constatado uma evolução em relação à tipologia das bibliotecas nas quais os estudos foram realizados, tendo em vista que o foco da análise são as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, percebeu-se que ao longo dos anos houve uma evolução acerca da tipificação da classificação das bibliotecas dos institutos federais, que nos trabalhos selecionados iniciaram sendo caracterizadas como escolares, enquadradas também dentro do contexto de biblioteca pública, em alguns estudos as mesmas foram caracterizadas como universitárias e mais recente como bibliotecas multinível, uma classificação que já se efetiva na literatura biblioteconômica.

Essa variedade de tipificação se justifica primeiramente pelo modelo de ensino desenvolvido pelos IFs, configurado como modelo de educação verticalizado, que de acordo com Marques (2019) significa que o estudante pode cursar todas as etapas da educação profissional e tecnológica em uma mesma instituição, desde o curso técnico de nível médio até a pós-graduação. Outro fator relevante para essa multiclassificação se deve ao fato de que estas bibliotecas se caracterizam, ora como escolar e ora como universitárias, uma vez que devido ao ensino verticalizado convivem no mesmo espaço estudantes do ensino médio técnico profissional e superior.

Ainda neste sentido, procurou-se identificar as áreas do conhecimento nas quais as pesquisas foram desenvolvidas. Nesta prerrogativa pode-se observar uma predominância de pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação ligados à área da Educação que conta com 9 trabalhos, na área de Ciência da Informação e Biblioteconomia foram entrados 5 trabalhos, a área de pós-graduação em políticas públicas contou com 3 trabalhos. Percebeu-se também a predominância de programas de pós-graduação profissionais, aquele que capacita servidores públicos ou profissionais que já atuam em determinada área. No levantamento pode-se evidenciar que dos 17 trabalhos recuperados para análise, 9 trabalhos eram oriundos de programas de pós-graduação profissional. Outro fator relevante dentre esse universo pesquisado foi a identificação de 5 trabalhos oriundos de pesquisadores do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, um programa de qualificação que visa formar profissionais que atuam na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica – RFEPCT.

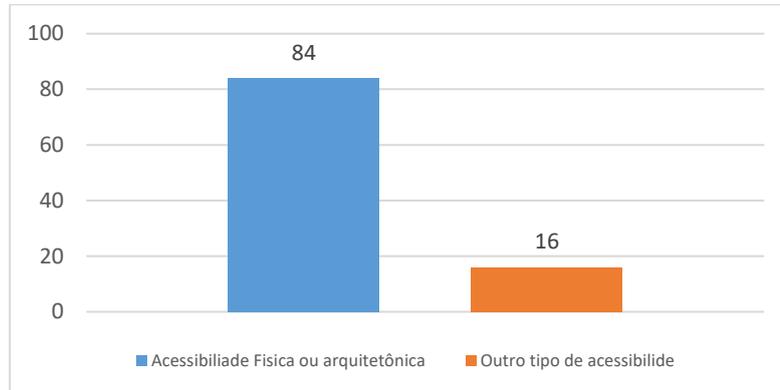


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Após essa fase de análise, percebeu-se que as questões relacionadas à acessibilidade de pessoas com deficiência nas bibliotecas dos IFs configuraram-se como um tema interessante a ser estudado, o que reforça a importância das mesmas no processo de inclusão desse segmento no contexto da educação técnica e tecnológica.

Em relação à temática privilegiada nas produções analisadas no escopo, estas foram agrupadas em quatro eixos temáticos. O primeiro eixo refere-se ao tipo de acessibilidade (arquitetônica, informacional, metodológica, atitudinal) evidenciada nas pesquisas conforme o que foi elencado na Q2. Nesta etapa procurou-se identificar também os tipos de deficiência do grupo focal o que evidencia a tipificação do tipo de acessibilidade abordado no contexto dos estudos. Esta tipificação ajuda a evidenciar quais os grupos que embasam estudos e os que podem nortear estudos novos no contexto dos programas de pós-graduação do País. Neste sentido, evidencia-se que há uma predominância nos estudos que abordam a acessibilidade física nos ambientes das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, caracterizando as condições de acesso das pessoas com deficiência de maneira mais geral, essa predominância corresponde a 84% dos estudos. Já os 16% dos estudos restantes, evidenciaram a acessibilidade informacional, as políticas públicas de acessibilidade e acessibilidade digital nas páginas da web das bibliotecas.

Gráfico 2 – Caracterização do tipo de acessibilidade a qual os estudos focalizaram



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No contexto dos estudos analisados que abordaram o tema evidenciou que estudos específicos a determinado tipo de deficiência se caracterizaram como minoria, podendo-se destacar apenas 4 estudos e todos relacionados com pessoas com deficiência visual, com destaque para os trabalhos de Barbosa (2020) que evidenciou as condições de acessibilidade de pessoas com deficiência visual na biblioteca do Instituto Federal do Ceará- IFCE; Nunes (2021) buscou averiguar a contribuição de um Guia Recomendativo para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual no âmbito do IFPE; Pinheiro (2021) analisou como os recursos Tecnologia Assistiva são utilizados nas bibliotecas das universidades e dos institutos federais brasileiros com uma abordagem direcionada às pessoas com deficiência visual para satisfazer as suas necessidades informacionais e Oliveira (2022) investigou como as bibliotecas multiníveis do IF Baiano têm contribuído para que estudantes com deficiência visual tenham acesso à informação e se apropriem dela, considerando que a informação deve ser acessível a todos, independentemente de raça, cor, religião, sexo, limitações físicas e condições sociais.

A utilização de ferramentas que permitem acessar o conteúdo dos materiais informacionais das bibliotecas também foi caracterizada nos trabalhos selecionados. Estas ferramentas são conhecidas como tecnologias assistivas: lupas, impressoras braile, leitores de tela, soroban, fones de ouvido, sintetizadores de voz, mouses e teclados adaptados e softwares são exemplos dessas tecnologias.

No que se refere à tecnologia assistiva: Carvalho (2013), avaliou os processos de políticas públicas de acessibilidade e tecnologia assistiva aos estudantes com deficiência e em que condições são oferecidas pela biblioteca do Campus Januária do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG; Santos (2019), analisou as condições de acessibilidade e o uso de

Tecnologia Assistiva no Sistema de Bibliotecas (SIBI) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), e a relação destas para autonomia e inclusão de alunos(as) com necessidades educacionais especiais; Mirandola (2021), analisou como o conjunto de bibliotecas do Instituto Federal Catarinense (IFC) tem se organizado para oferecer condições de acessibilidade e garantir inclusão às pessoas com deficiência, evidenciando as tecnologias assistivas como parte importante desse processo de garantia da acessibilidade plena; Nunes (2021), fez uma abordagem bem significativa através de um guia recomendativo sobre as contribuições das tecnologias assistivas como facilitadora do processo de inclusão dos alunos com deficiência visual nas bibliotecas do Instituto Federal de Pernambuco - IFPE; Oliveira (2022), evidenciou o papel das tecnologias assistivas como facilitadora do acesso à informação dos alunos com deficiência visual nas bibliotecas IFBA; Barbosa (2022), analisou as condições das bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe no âmbito de adaptação de layouts que favoreçam a acessibilidade, considerando nestes espaços também a infraestrutura e as tecnologias assistivas. Amaral (2023), caracterizou a ausência de tecnologias assistivas no ambiente das bibliotecas do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES como barreira instrumental evidenciando que a TA busca eliminar tais barreiras e facilita o acesso à informação.

As políticas públicas que garantem o acesso e permanência de pessoas com deficiência nos ambientes físicos das instituições de ensino também foi abordada na maioria dos trabalhos. Mas cabe destacar os trabalhos de Carvalho (2013), que em seu estudo procurou averiguar o conhecimento dos profissionais que atuam nas bibliotecas e usuários com deficiência sobre a legislação e políticas públicas vigentes que favoreçam a acessibilidade na biblioteca da instituição de ensino profissional e tecnológico; Almeida (2015), faz uma abordagem sobre as políticas públicas de inclusão educacional no Brasil ressaltando a importância da aplicação destas para a construção de ambientes acessíveis e inclusivos nas instituições de ensino, recomendando a observância a estas políticas para favorecer a biblioteca do Campus São João Del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais como um ambiente acessível; Pereira (2018), abordou sobre a aplicação das políticas públicas de educação e informação para pessoas com deficiência, buscando esclarecer como a biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo, tem atuado com a execução de políticas, programas, projetos e práticas públicas gerais de educação para pessoas com deficiência; Santos (2019), fez uma abordagem mais aprofundada sobre as políticas públicas de inclusão na área da educação e sua evolução no decorrer do tempo, evidenciando os desdobramentos práticos das políticas de

inclusão para pessoas com deficiência no Sistema de Bibliotecas (SIBI) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

O segundo eixo de análise dos trabalhos foi quanto aos procedimentos metodológicos, buscou-se identificar a natureza das pesquisas, a partir do escopo analisado, verifica-se a predominância de pesquisas teórico-empíricas com 90% do total, uma vez que estas pesquisas se asseguram inicialmente em uma base conceitual nas quais é construída a partir das pesquisas bibliográficas e documentais, bem como confronta-se estes dados teóricos com as pesquisas empíricas as quais puderam ser caracterizadas de acordo com os seguintes procedimentos: estudos de caso, caracterizados nos estudos de Carvalho (2013), Tavares (2015), Almeida (2015), Pereira (2018), Santos (2019), Barbosa (2020), Oliveira (2022), Barbosa (2022), Amaral (2023) e Silva (2023); pesquisas de campo utilizados nos trabalhos de Tamashiro (2016), Antunes (2017), Mirandola (2021), Santos (2021), Nunes (2021). As pesquisas exclusivamente teóricas foram identificadas em 10% dos trabalhos selecionados baseados em pesquisa bibliográfica e documental caracterizados nos estudos de Borinelli (2015) e Paz (2020).

Percebe-se que as pesquisas sobre “acessibilidade de pessoas com deficiência em bibliotecas dos institutos federais”, tem como foco os sujeitos e ressaltam sua importância dentro do contexto das bibliotecas estudadas em relação às questões relacionadas à acessibilidade.

A análise de documentos institucionais também figuraram nos trabalhos como um mecanismo de avaliar como as questões de acessibilidades estão expressos nos documentos normativos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e Projeto Político Pedagógico - PPP e Plano de Desenvolvimento Pedagógico - PDP das instituições estudadas, como pode-se destacar nos trabalhos de Tavares (2015), Pereira (2018), Sousa (2020), Mirandola (2021), Nunes (2021). Estes autores analisaram tais documentos institucionais com o intuito de verificar se eles expressam o compromisso institucional com a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência nas bibliotecas.

Em relação aos trabalhos que definiram e caracterizaram os sujeitos para investigação, tem-se a predominância de estudos com foco tanto nos servidores das Bibliotecas (Bibliotecários e auxiliares, gestores dos sistemas de bibliotecas), quanto nos usuários com deficiência que utilizam as bibliotecas investigadas correspondendo a 74% das pesquisas analisadas.

Na sequência caracterizam-se os estudos que tiveram como sujeitos especificamente os funcionários das bibliotecas (bibliotecários, auxiliares, gestores dos

sistemas de bibliotecas) pode-se evidenciar 3 trabalhos, Almeida (2015), Santos (2021) e Mirandola (2021), este delineamento visou expressar as condições de acessibilidade física dos espaços pesquisados na visão dos bibliotecários e, um ponto comum destes estudos, foi a percepção de que os espaços estudados não apresentavam condições adequadas de acessibilidade e buscaram evidenciar o papel dos bibliotecários na mudança desse cenário como agentes promotores de acessibilidade no contexto das instituições estudadas.

Pesquisa com foco exclusivamente nos usuários com deficiência foram percebidos em 4 trabalhos, Pereira (2018), Barbosa (2020), Amaral (2023) e Silva (2023). Estas pesquisas tiveram como foco principal evidenciar a percepção dos estudantes/usuários com deficiência sobre às condição de acessibilidade e o pleno atendimento às suas necessidades informacionais nos ambientes das bibliotecas estudadas, tendo em vista que este tipo de abordagem evidencia uma avaliação mais real dos indicadores e condições de acessibilidades nos espaços das bibliotecas, visando averiguar o grau de satisfação dos usuários sobre tais condições, uma vez que é a estes que tais condições aceitáveis são implementadas.

Também foi constatado um número expressivo de trabalhos que tiveram como sujeitos tanto profissionais que atuam nas bibliotecas, quanto estudantes/usuários com deficiência das bibliotecas. Esta abordagem foi evidenciada nos trabalhos de Carvalho (2013), Antunes (2017), Santos (2019), Nunes (2021), Oliveira (2022). Estas pesquisas buscaram, além de verificar as condições de acessibilidade dos espaços das bibliotecas, também averiguar junto aos bibliotecários sobre a aptidão para o atendimento das necessidades informacionais dos estudantes/usuários com deficiência. Aos usuários com deficiência, por sua vez, as pesquisas foram direcionadas a averiguar o grau de satisfação dos mesmos com as condições de acessibilidade e os desafios enfrentados por estes na busca por informações nas bibliotecas. Como ponto crucial das pesquisas, pode-se evidenciar que este confronto de informações norteou ações concretas apresentadas como produtos educacionais, guias recomendativos e manuais de atendimento aos usuários com deficiência nas bibliotecas, bem como evidenciar os pontos que devem ser melhorados pelos profissionais que atuam nas bibliotecas para o pleno atendimento das necessidades informacionais dos usuários com deficiência.

2.1 Concepções e tendências dos trabalhos analisados

Partindo para a análise das principais tendências e concepções trazidas pelos trabalhos selecionados ao objeto de estudo – “Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nas Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação”, procurou-se inicialmente,

organizar todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar tendências e padrões relevantes para que se pudesse melhor categoriza-las (Ludke; André, 1986).

De acordo com Noronha e Ferreira (2000, p. 198),

Sintetizando, os trabalhos de revisão contribuem para o desenvolvimento do conhecimento científico, principalmente porque comparam informação de fontes diferentes; compactam o conhecimento existente; identificam especializações emergentes; direcionam pesquisas para novas áreas; notificam os pesquisadores periodicamente sobre a literatura publicada em dada época; promovem um serviço de alerta para campos correlatos; dão suporte à busca bibliográfica, constituindo-se em fonte inicial básica para a elaboração de projetos de pesquisa; auxiliam indiretamente o ensino, dando suporte a trabalhos acadêmicos e, finalmente, oferecem um feedback através da avaliação do trabalho publicado.

A primeira fase, que visou a definição das tendências, partiu-se da perspectiva da verificação dos objetivos norteadores das pesquisas, identificou-se que 70% das pesquisas acadêmicas objetivavam “identificar”, “analisar”, “verificar”, “averiguar”, “mapear” e “descrever” as condições de acessibilidade, as principais barreiras quanto ao acesso informacional dos usuários PCDs no contexto das bibliotecas estudadas. A partir desse delineamento, as concepções foram agrupadas e classificadas em tendências consideradas como o foco das pesquisas.

A primeira tendência tem seu foco nas “condições de acessibilidade”. Estudos que evidenciaram as condições dos espaços físicos, levantando as condições de acesso de pessoas com deficiência a esses espaços.

A segunda tendência foca na “acessibilidade informacional”. Estudos de ações e recursos que favoreçam a acessibilidade informacional dos usuários visando inclusive a transposição de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais e digitais bem como o uso adequado de tecnologias assistivas.

A terceira tendência tem como “foco as ações atitudinais humanas”, em que a implantação de práticas inclusivas que representam verdadeiras mudanças de atitudes por parte dos componentes humanos da comunidade acadêmica é concebida como forma de viabilizar e operacionalizar os princípios da acessibilidade no ambiente físicos ou virtuais das bibliotecas.

A quarta tendência evidencia o “foco nas políticas públicas” para a garantia dos direitos fundamentais às pessoas com deficiência e a garantia da acessibilidade, nesse ponto foram evidenciadas as principais leis e políticas públicas adotadas para que as pessoas com deficiência obtivessem seu direito à cidadania.

No quadro 2 abaixo estão sistematizadas as tendências bem como as concepções resultantes do material empírico apontado nas produções acadêmicas analisadas:

Quadro 5 - Concepções e tendências evidenciadas nas produções acadêmicas (2013 a 2023)

TENDÊNCIAS	CONCEPÇÃO
Foco nas condições de acessibilidade nas bibliotecas	Os estudos apontam que as condições de acessibilidade física e arquitetônica no contexto das bibliotecas dos institutos federais ainda não atendem de forma adequada às especificações legais asseguradas pela legislação e pela NBR 9050, instrumento que serve de base para garantir a adequação aceitável a atender de forma satisfatória as condições de acesso dos usuários PCDs no ambiente das bibliotecas. Investimentos na acessibilidade estrutural, comunicacional e instrumental das instituições e a abordagem e inclusão dessa temática nos Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Planos de desenvolvimento pedagógico, programas e projetos que visam assegurar a permanência destes usuários nas instituições. Evidencia-se também uma mudança expressiva nas questões relativas à acessibilidade, uma vez que a identificação de tais condições na biblioteca passou a ser analisadas pelo SINAES tendo impacto direto nas notas de excelência das instituições de ensino mantenedoras das bibliotecas.
Foco na Acessibilidade Informacional	Os resultados obtidos nos estudos apontam a perseguição de condições para garantir a inclusão social e o acesso à informação pelos usuários com alguma deficiência nos ambientes das bibliotecas. Foi observado nos trabalhos analisados uma grande articulação entre os setores das instituições de ensino visando a favorecer o acesso e permanência de alunos com deficiência nessas instituições e evidencia-se o papel fundamental das bibliotecas nesse contexto. A criação de espaços específicos para atender aos usuários PCDs tem se mostrado em pleno desenvolvimento principalmente em relação à criação dos núcleos e laboratórios de acessibilidade o que favorece a transformação dos materiais informacionais convencionais em formatos acessíveis aos Usuários PCDs, nota-se também um aumento no investimento em Tecnologias Assistivas e serviços especializados. Os estudos apontaram também a necessidade do desenvolvimento da competência informacional dos bibliotecários, dos usuários e também do corpo docente, uma vez que estes têm um papel primordial no favorecimento das capacidades informacionais dos alunos. Evidencia-se dentro do contexto geral dos trabalhos, a necessidade de o bibliotecário desenvolver habilidades que favoreçam o pleno atendimento de pessoas com alguma limitação física, motora, intelectual, visual ou comunicacional que são usuários reais das bibliotecas estudadas, bem como, constituir estes profissionais como catalisadores para favorecer o processo de adequação desses ambientes para que sejam de fato acessíveis a este público.
Foco nas ações atitudinais humanas	Os resultados obtidos nesses estudos apontam que os usuários PCDs das bibliotecas necessitam de condições aceitáveis de acesso não apenas aos espaços físicos, mas também aos espaços digitais e virtuais das bibliotecas. Constata-se que as ações têm sido realizadas pelas diferentes esferas das instituições de ensino, porém esses alunos ainda encontram barreiras para sua efetiva permanência. As barreiras atitudinais constituem-se uma das maiores dificuldades encontradas pelos usuários PCDs no âmbito das bibliotecas, daí a relevância em torná-las conhecidas e visíveis. Os bibliotecários e servidores das bibliotecas tem grande relevância para o favorecimento desta condição de acessibilidade, percebe-se nos trabalhos que abordam as questões de acessibilidade atitudinal que ainda precisa-se avançar no que diz respeito a preparação dos profissionais que estão inseridos nos contextos das bibliotecas e uma das grandes dificuldades percebidas foi em relação à capacitação específica para lidar com as condições de deficiência dos usuários. Evidencia-se que os currículos dos Cursos de Biblioteconomia ainda não contemplam questões quanto a formação desses profissionais para o provimento de acesso de PCDs aos ambientes das bibliotecas, bem como constata-se que uma parcela significativa das instituições às quais estes profissionais estão ligadas também não desenvolvem capacitação específica para este fim, e os Núcleos de Atendimento à Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNEs não conseguem dar um suporte necessário fora do contexto da sala de aula aos alunos.

Foco nas políticas públicas de acessibilidade	Um ponto importante a se destacar, foi que a grande maioria dos trabalhos fez um recorte da evolução das leis e políticas públicas que garantiram o direito de acesso às pessoas com deficiência ao ambiente educacional das instituições de ensino no país. evidenciaram inicialmente a mudança de paradigmas após a inclusão dos direitos das pessoas com deficiência na Constituição da República Federativa do Brasil o que desencadeou toda uma construção a posteriori para garantir os direitos das pessoas com deficiência à educação, à saúde, ao trabalho e emprego e à cidadania.
---	--

Fonte: Dados de pesquisa (2024).

A análise das concepções evidenciadas pelos estudos, pode-se apontar o que cada um dos autores expressou de mais importante, evidenciadas nas considerações finais dos trabalhos dentro do que foi enquadrado nas tendências. Esta caracterização se fez obedecendo uma ordem cronológica dos estudos na qual procurou-se identificar o ponto chave de cada trabalho após todas as análises e abordagens feitas pelos autores.

Neste sentido, podemos mencionar o que afirma Carvalho (2013) ao dizer que foi possível perceber que há um grande clamor por políticas públicas voltadas para inclusão escolar de forma geral, com destaque para acessibilidade nas bibliotecas em todas as suas dimensões, bem como para uso das tecnologias como forma de maximizar o processo de inclusão, com destaque para as tecnologias assistivas nos ambientes de estudo e pesquisa, além de uma grande sensibilização e predisposição por parte dos segmentos dos servidores Técnicos Administrativos (bibliotecários e demais servidores do setor) e do segmento Gestor (dirigentes dos sistemas de bibliotecas ou de setores aos quais estas estão vinculadas).

Ainda segundo Carvalho (2013), o conhecimento sobre a educação inclusiva, a filosofia ou compreensão dos processos de inclusão e acessibilidade, a preocupação com falta de infraestrutura nos setores de atendimento direto aos PCDs, bem como a preocupação com os dispositivos legais voltados para avaliação institucional são fatores importantes que apregoam a participação direta dos agentes ora mencionados desse processo de transformação das bibliotecas e adequação como ambiente acessível.

Borinelli (2015) enfatiza que a partir da ampliação das funções sociais das bibliotecas e do estreitamento dos laços com as comunidades onde estão inseridas, essas unidades informacionais poderão agir como verdadeiros agentes de inclusão social respeitando as especificidades e peculiaridades de cada região.

Tavares (2015) evidencia que embora a tão desejada Acessibilidade seja um direito assegurado pela legislação nacional e internacional, evidenciou que em boa parte dos ambientes de escolas, universidades, unidades de ensino e precisamente nas bibliotecas não possuem os recursos e estrutura adequados para receber de forma democrática todos os usuários e destaca ainda que é de fundamental importância que a Acessibilidade comece nos projetos

arquitetônicos e que, em sua elaboração, sejam levados em consideração a NBR 9050 que trata sobre a adequação de espaços físicos e mobiliário, Desenho Universal e a NR 17 que trata dos aspectos ergonômicos.

Almeida (2015) assegura que as instituições devem buscar alternativas para contribuir de forma significativa na construção de um espaço para todos, oferecendo condições propícias para disseminar conhecimentos práticos e teóricos ao seu público, criando oportunidades para pessoas com necessidades específicas e evidencia o papel preponderante dos profissionais bibliotecários no processo de construção de espaços de bibliotecas acessíveis caracterizando-os como o elo entre usuários com deficiência e o acesso à informação.

Tamashiro (2016) evidencia que mesmo cooperando com dados que possam tornar o espaço físico mais acessível e adequado conforme os padrões de qualidade estabelecidos e regulamentados por órgãos responsáveis e validados como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 9050 e NBR 17), verificou-se que há a necessidade da contínua atualização da literatura sobre a evolução da temática biblioteca e acessibilidade arquitetônica, bem como a contínua realização de ações de melhorias nos espaços da bibliotecas e consequentemente das Instituições em que estão inseridas.

Antunes (2017) acrescenta que a acessibilidade é um conceito que avança juntamente com as mudanças nos paradigmas sociais e educacionais, perpassando a eliminação de barreiras arquitetônicas para abranger novas dimensões do convívio social. Nessa perspectiva a inclusão dos estudantes com deficiência física e sensorial, exige, além da eliminação de barreiras nos espaços, métodos e atitudes que favoreçam a inclusão de fato. Considera ainda que vivemos hoje um momento social de valorização da individualidade do sujeito, de sua autonomia e direitos de cidadania. Nesse contexto, a acessibilidade contribui para que as pessoas com deficiência circulem com autonomia e segurança pelos múltiplos espaços sociais, podendo como cidadãos contribuir para o crescimento da sociedade a que pertencem. Evidencia ainda que a identificação das barreiras na acessibilidade física, arquitetônica, comunicacional, instrumental, programática e atitudinal possibilitará aos profissionais da Biblioteca ter uma dimensão real do quanto esse espaço tem sido acolhedor ou excludente para os estudantes na condição mencionada acima. Pois qualquer avanço no sentido de torná-la mais acessível, só será possível após uma avaliação criteriosa de cada um dos aspectos elencados.

Pereira (2018), defende que a biblioteca necessita estar constantemente se mostrando para o seu público, seja através das redes sociais, seja por e-mail, ou ainda, com organização de eventos e abrindo suas portas para que os alunos participem do cotidiano dela,

seja por parcerias para se terem estagiários ou voluntários. Ela é um elo entre o usuário e sua busca pela informação, portanto, é preciso mais ação, por parte dos servidores e também, por parte da direção, dando o apoio necessário para que isso venha a ocorrer principalmente visando a favorecer o acesso pleno por alunos que tenham algum tipo de deficiência.

Santos, K. G. (2019) diz que a necessidade de informação dos usuários com deficiência não deve girar apenas em torno das disciplinas cursadas por eles, este é um fato que denota uma restrição da percepção do usuário a respeito das informações que podem complementar seu entendimento e aprendizado, bem como o acesso a informações despreziosas e de lazer consideradas também importantes para fomentar a criatividade dos indivíduos e ampliar seu repertório de pesquisa. Outro fator importante no contexto da acessibilidade é o fato de que os setores da instituição de ensino devem trabalhar em conjunto para propiciar uma acessibilidade plena da pessoa com deficiência nos mais variados ambientes institucionais e ainda evidencia que não basta a biblioteca ser um ambiente acessível, ela precisa ser inclusiva.

Barbosa, E. C. B. (2020) evidencia que as perspectivas da efetivação dos direitos de acesso à informação das pessoas com deficiência visual e motora, atualmente, no universo da educação brasileira, são positivas. Visto que a partir da Lei n. 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência), bem como da NBR 9050:2015 (Norma Técnica Brasileira de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos), garantem a melhoria de espaços pedagógicos que sejam adequados para receber e atender, de maneira igualitária e satisfatória, a todos que procurarem por serviços e produtos educacionais nas diferentes instituições de ensino.

Paz (2020) enfatiza que mesmo com as disparidades regionais e institucionais houve progressos importantes ao se tratar dos direitos das pessoas com deficiências, bem como a inclusão destes em âmbito social, porém seguindo ao que foi verificado por meio dos dados apresentados nas estatísticas em relação às condições desfavoráveis sobre inclusão digital existentes das regiões Norte e Nordeste do país, constatou-se que as insuficiências existentes das informações nas páginas web das bibliotecas pesquisadas contribuem para a permanência da exclusão dos usuários com deficiências e/ou limitações de usufruírem do que o Governo Federal tem a dispor para o cidadão.

Santos, V. A (2021) evidencia que a biblioteca ideal não se restringe a base material, sua estrutura, acervos, equipamentos. O lado essencialmente humano, o acolhimento, a afetividade, o ato de cuidar é o aspecto mais importante de todos e que impulsiona as melhorias físicas. Tudo é lido pelo leitor. As bibliotecas são signos que quando compreendidos geram o

sentimento de pertencimento e de valorização por parte do sujeito. Ali é seu lugar. Ali está sua cultura.

Mirandola (2021) registra que as bibliotecas carecem de uma nova organização não apenas para que as pessoas com deficiência possam acessá-las, mas para incluírem a todas as pessoas. A falta de acessibilidade pode estar relacionada à falta de investimentos financeiros, de conhecimentos a respeito da temática, mas pode representar também a cultura excludente que embasa historicamente as bibliotecas e na qual está fundamentada a nossa sociedade, em que a inclusão pode ser realizada no sentido de normalizar e não de interagir. Neste sentido, o desafio de se tornar acessível e inclusiva é posto não apenas às bibliotecas, mas às instituições mantenedoras.

Nunes (2021), afirma que seria interessante o desenvolvimento de estudos para que o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE seja organizado como centro de formação, uma vez que é um núcleo de apoio às pessoas com necessidades específicas e ser composto por profissionais especializados e experientes na temática. Em seguida evidencia o papel das bibliotecas do IFEs como entidades sistematizadas, no sentido de estabelecer critérios comuns e peculiares a cada Campus, tendo em vista as diversas realidades vivenciadas, pois há Campus agrícolas, industriais e em regiões metropolitanas, e cada um deles busca atender as demandas de sua região, ofertando cursos de diferentes eixos tecnológicos. É necessário ressaltar que as bibliotecas dos IFEs carecem de assumir protagonismo no processo de inclusão e se tornarem efetivamente inclusivas, em especial, aos estudantes com deficiência visual, que possuem necessidades específicas para a busca de informação. É preciso ratificar que o professor também é parte integrante do processo de inclusão e precisa de formação continuada para reformular e melhorar suas práticas educativas e contribuir na formação integral do estudante.

Pinheiro (2021) afirma que a presença do marco legal para as pessoas com deficiência não é o suficiente para garantir a acessibilidade e por sua vez, a inclusão desse público, pois como constatado nesta pesquisa, a maioria das bibliotecas universitárias não cumprem com as exigências legais em disponibilizar os recursos de Tecnologia Assistiva para as pessoas com deficiências visuais. Ressalta-se que, a biblioteca universitária tem que estar preparada para receber a pessoa com deficiência tanto do ponto de vista da acessibilidade arquitetônica, com a presença de rampas, elevadores, piso podotáteis, sinalização em Braille, como na acessibilidade informacional, por meio da presença de recursos de TA, como leitores de tela, ampliadores de tela, acervo em Braille, áudio, para que a informação de fato esteja acessível e seja alcançada a todas as pessoas, inclusive, as pessoas com deficiências visuais. E

o mais importante dentre os tipos de acessibilidade, a que se refere ao aspecto atitudinal, ao valorizar as necessidades informacionais das pessoas com deficiência, ao saber ouvi-la, compreendê-la, isento de julgamentos pelo seu estereótipo, sem discriminação e reconhecê-la como cidadão.

Oliveira (2022), enfatiza que é necessário promover qualificação, visando à formação autônoma dos(as) estudantes com deficiência para acessarem os recursos físicos ou digitais disponibilizados nas bibliotecas. Essa ação formativa também deve contemplar os(as) bibliotecários(as), para que possam ter consciência de suas atividades mediadoras, e disponibilizar dispositivos que proporcionem conforto aos(às) usuários com deficiência visuais, uma vez que para esse segmento é evidente a dificuldade de acessar informações relacionadas à tipografia das fontes, à luminosidade do ambiente da biblioteca e ao formato dos arquivos digitais e das plataformas não acessíveis e com a própria informática. Essas razões, evidenciam que é preciso ressignificar as ações mediadoras para que favoreçam o acesso e o uso da informação nas bibliotecas, a fim de que essas práticas sejam humanizadoras e inclusivas, e apoiem os(as) usuários(as) deficientes visuais para que se apropriem da informação e atuem de maneira protagonista, desenvolvendo ações coletivas que visem à equidade e à justiça social, de modo a ampliar e desenvolver saberes e garantir espaços inclusivos na sociedade.

Barbosa, K. C (2022), reforça que transformar uma biblioteca consiste em concentrar esforços em aprimorar atividades que estejam de acordo com a função e objetivos da mesma e da instituição a qual é pertencente. A projeção desses espaços ajuda a evitar danos futuros e gastos desnecessários, em aquisições de tecnologias, mobiliário e contratação de serviços, bem como modificações na estrutura física predial. É necessário transformar o ambiente num espaço mais acolhedor, com o objetivo de chamar a atenção daqueles que não tem necessidade de frequentar a biblioteca. As instalações físicas das bibliotecas do IFS deverão ter layouts adequados e estarem em consonância com a legislação e diretrizes vigentes, com espaços de leitura criados para atender às expectativas dos usuários, em conformidade com as exigências do MEC. Além disso, possibilita a acessibilidade à inclusão informacional na biblioteca.

Amaral (2023) enfatiza que o papel do bibliotecário na disponibilização da informação para o estudante com deficiência se faz essencial, por serem minoria esses estudantes muitas vezes passam pelo instituto sem ter acesso à bibliografia do curso, e o que nós profissionais da informação estamos fazendo para incluir os estudantes com deficiência? Por insegurança, medo ou não saber o que fazer perdemos a oportunidade de fazer a diferença, ouvir o estudante com deficiência e entender a sua necessidade é fundamental para a construção

de uma educação igualitária.

Silva (2023) evidencia que para se avaliar se as bibliotecas atendem as condições de acessibilidade é preciso ouvir os usuários com deficiência e averiguar a percepção destes sobre o ambiente das bibliotecas.

A análise da produção acadêmica dos programas de pós-graduação brasileiros no período de 2013 a 2023 a qual foram selecionados 17 trabalhos, dissertações em sua totalidade, foi possível evidenciar uma evolução dos estudos que abordam o tema com destaque para estudos sobre acessibilidade nas Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, uma vez que, estas instituições atendem tanto a educação de nível médio-técnico quanto superior o que denota características diversificadas de abordagem em suas bibliotecas caracterizadas anteriormente como escolares, algumas como universitárias e mais recentemente como bibliotecas multinível.

As produções analisadas apontam o fortalecimento de políticas institucionais por meio de ações articuladas que visam favorecer a permanência principalmente em estudos que caracterizaram a acessibilidade arquitetônica ou física nas bibliotecas, não deixando também de apontar a necessidade de uma capacitação mais abrangente do corpo técnico administrativo que trabalham nos ambientes das bibliotecas, abordando uma mudança inclusive nos currículos dos cursos de graduação em biblioteconomia visando qualificar melhor os profissionais bibliotecários ao pleno atendimento dos usuários que tem alguma necessidade especial de atendimento por conta de alguma deficiência.

3 MARCOS IMPORTANTES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Quando se fala em inclusão ou acessibilidade pode-se evidenciar uma série de abordagens que perpassam desde a promoção de ambientes físicos acessíveis, melhoria da mobilidade urbana para acesso de pessoas com deficiência, soluções tecnológicas e digitais que permitem o acesso e uso por pessoas com deficiência, bem como acesso à cidadania que garantem os direitos básicos à saúde, ao emprego, à educação e à informação, tudo isso é garantido por meio da promoção de políticas públicas, compreendidas como ações governamentais voltadas para a garantia de direito, a mitigação ou eliminação da vulnerabilidade de certos grupos sociais específicos.

É inegável que o desenvolvimento de políticas públicas para pessoas com deficiência não ocorreu de forma aleatória, tiveram alguns marcos referenciais importantes para que estas pudessem configurar-se como políticas públicas e sua efetividade fosse de repercussão efetiva e geral. A luta por direitos, por garantia do acesso à cidadania para pessoas com deficiência não é um fato recente. Consta que desde o período colonial, no Brasil, já havia uma preocupação, principalmente com a educação das pessoas com deficiência, evidentemente, esta preocupação se dava prioritariamente para atender ao segmento social que podia pagar pelo serviço ou mesmo para atender os filhos de pessoas influentes da sociedade da época. (Januzzi, 2004).

As iniciativas de cunho geral para atendimento de pessoas com deficiência são percebidas, de forma mais significativa em meados do século XX, embalados principalmente pelas iniciativas de organismos internacionais que suscitavam preocupações pela igualdade de direitos das pessoas e começaram a discutir a participação social das pessoas com deficiência como parte integrante da sociedade e a estas deveriam se dar os mesmos direitos de cidadania dados aos demais, mesmo que em condições desiguais. (Lustosa; Ferreira, 2020).

O Brasil como signatário de tratados e acordos internacionais, principalmente os elaborados pela Organização das Nações Unidas – ONU, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Organização Mundial da Saúde – OMS, favoreceram o impulsionamento de ações que tratavam das garantias de direitos às pessoas humanas que constavam em documentos oficiais tal como a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 a qual estabelece o reconhecimento da dignidade inerente ao ser humano, independente de sexo, raça, cor, etnia, cultura, religião, condição física ou social, assim como também estabelece que o indivíduo é a fonte de toda lei favorecendo uma nova concepção de direito igualitário e universalista. (ONU,

1948)

A Declaração Universal de Direitos Humanos é um marco importante no estabelecimento de garantias aos grupos de humanos minoritários e marginalizados, uma vez que impulsionou discussões acerca dos direitos humanos no âmbito mundial, evidenciados no pós-guerra, como uma forma de evitar novos holocaustos.

Neste sentido, vale destacar que posterior a Declaração Universal de Direitos Humanos foi elaborado também a Declaração de Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 9 de dezembro de 1975, com o propósito de assegurar às pessoas com deficiência a garantia de direitos fundamentais, “[...] Tendo em vista a necessidade de prevenir deficiências físicas e mentais e de prestar assistência às pessoas deficientes para que elas possam desenvolver suas habilidades nos mais variados campos de atividades e para promover portanto quanto possível, sua integração na vida normal”. (ONU, 1975).

Nesse período também é percebido o abandono gradativo do modelo médico, utilizado para qualificar as pessoas com deficiência, no qual perdurava a ideia de que a deficiência seria a consequência lógica e natural do corpo com lesão, adquirida inicialmente por meio de uma doença, sendo uma consequência desta. A deficiência seria em si a incapacidade física, e tal condição levaria os indivíduos a uma série de desvantagens sociais (França, 2013). Este modelo trazia também a ideia da “normalização”, por meio da qual a pessoa com deficiência poderia ser reintegrada na sociedade desde que se aproximasse do que se considerava uma condição “normal” dos seus integrantes, ou seja, aceitava-se que tais pessoas deixassem as internações ou os locais de isolamento em que se encontravam, desde que pudessem se adaptar para viver uma vida “normal”. O modelo médico centrava-se no indivíduo que deveria ser modificado para que pudesse ingressar na sociedade, evidenciando-se o desvalor da sua condição de pessoa com deficiência, pois em tal condição não mereceria acolhida no meio social. (Correa, 2019).

A substituição gradativa do modelo médico pelo modelo social evidencia, segundo UPIAS (1976 apud Correa, 2019) que:

[...] deficiência é uma situação causada por condições sociais que requer para sua eliminação, (a) que nenhum aspecto, tal como renda, mobilidade ou instituições, seja tratado isoladamente, (b) que pessoas com deficiência devam, com conselhos e auxílio de outros, assumir o controle de suas vidas, e (c) que profissionais, peritos e outros que buscam ajudar devam estar comprometidos em promover tal controle pelas pessoas com deficiência.

[...] é a sociedade que desabilita as pessoas com impedimentos físicos. Deficiência é algo imposto sobre nossos impedimentos, de forma que nós somos desnecessariamente isolados e excluídos da plena participação na sociedade. As pessoas com deficiência são, assim, um grupo oprimido na sociedade. (UPIAS, 1976, p. 4)

Essa caracterização evidencia que no modelo social, a deficiência não é centrada no indivíduo, mas nas barreiras existentes para a inclusão deste na sociedade, diferentemente do que se fazia no modelo médico, no qual a superação dos impedimentos era o caminho oferecido para a aceitação do indivíduo. Portanto, no modelo social a aceitação da diferença que propicia à pessoa com deficiência ser incluída na sociedade independentemente do impedimento que possua. A conscientização de que na diversidade da coletividade, a diferença é ínsita à sociedade, afasta a possibilidade de grupos oprimidos serem considerados “cidadãos de segunda classe”. (Correa, 2019).

Vale ressaltar que a própria Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu artigo 1º, adotou definição de pessoa com deficiência pautada na diferença entre “impedimento” e “deficiência”, apontando que a deficiência se encontra na interação dos impedimentos com as barreiras sociais existentes, nos termos propostos pelo modelo social. Que na concepção de Oliver (2012 apud Correa [2019](#)) evidencia a diferença entre “deficiência” e “impedimento”.

Deficiência é a desvantagem ou limitação de atividade causada por padrões políticos, econômicos e culturais de uma sociedade que não considera ou considera pouco as pessoas que tem impedimentos e, assim, as exclui das principais atividades. (Consequentemente, deficiência, como racismo ou sexismo, é discriminação e opressão social). Impedimento é a característica da mente, do corpo ou dos sentidos dentro do indivíduo, que são de longo prazo e podem ser ou não resultado de uma doença, genética ou de lesão. (Oliver, 2012, p. 16 apud Correa, 2019, p. 45)

Em meio ao contexto de mudanças de paradigmas e abandono de classificações que só reforçavam ainda mais a discriminação. Pressões de grupos organizados para que o direito das pessoas com deficiência fosse garantido pelas nações, marcaram o início da década de 1980, estabelecida pela ONU como a década da pessoa com deficiência, onde inúmeras iniciativas colocaram em evidência as pessoas com deficiência, tendo como um marco importante o ano de 1981 o qual a ONU proclamou como o ano internacional da pessoa com deficiência. Como resultado dessa maciça e efervescente organização é elaborada a proposta do Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência posteriormente adotada em 1982 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

Em 1983 a convenção da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre “Reabilitação e Emprego (Pessoas Deficientes)” estabelece normas gerais para que os países membros elaborem normas que garantissem a manutenção do emprego de pessoas com deficiência e que se promova, assim, a integração ou a reintegração dessa pessoa na sociedade. (OIT, 1983).

A década de 1990 também se caracteriza de grande importância na luta por direitos

das pessoas com deficiência, principalmente no que se refere à área de educação, uma vez que esta área provoca diretamente mudanças no comportamento da sociedade, em virtude da função formadora e socializadora do conhecimento. É nesse período que há o desenvolvimento de iniciativas que congregam direitos à inclusão das pessoas com deficiência nos sistemas regulares de ensino dos Países. Neste sentido, vale destacar inicialmente a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien na Tailândia em 1990. Este evento teve como produto a “Declaração de Jomtien” a qual evidenciava que os países teriam que reforçar a Educação como um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades e especifica que a educação é fundamental para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades e contribui para a conquista de um mundo mais justo e mais saudável em todos os aspectos. (Rodrigues, Capellini, 2014)

Outro marco importante foi a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”, realizada pela Unesco em Salamanca (Espanha), em junho de 1994. A partir dessa conferência, os países participantes declararam ao mundo os princípios que norteariam a construção de sistemas mais inclusivos (BRASIL, 1994). A declaração de Salamanca, como ficou conhecido o documento fruto dessa conferência, estabeleceu algumas diretrizes importantes que serviram de base para a mudança de paradigmas em relação ao processo de inclusão das pessoas com deficiência nos sistemas de ensino regulares dos Países.

A Declaração de Salamanca traz como pontos de destaque:

Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.
 Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.
 Sistemas educacionais deveriam ser convocados a desenvolver e implementar programas educacionais que levassem em conta a vasta diversidade humana e suas necessidades, garantindo a todos os estudantes, incluindo aqueles da educação especial e a todos os historicamente excluídos, acesso à escola regular, oportunizando uma pedagogia centrada no estudante e na satisfação de suas necessidades, bem como na valorização de suas possibilidades.
 Escolas regulares que possuem tal orientação inclusiva constituem-se os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras e importantes espaços de transformação de uma cultura excludente em uma cultura inclusiva para, dessa forma, perseguirmos o ideal de escola de qualidade para todos. (Brasil, 1994b, p.3)

A partir da Declaração de Salamanca, as discussões em torno do tema escolarização de alunos da educação especial na classe comum se intensificaram em nível internacional. Acredita-se que a inclusão escolar deva estar ligada a todos os segmentos da sociedade, porém, na área educacional, tal processo aconteceu de forma mais efetiva, por meio de leis, decretos e diretrizes nacionais. (Rodrigues; Capellini, 2014).

A “Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência” realizada na Guatemala em 1999 foi outro marco internacional importante para as pessoas com deficiência na década de 1990. Essa convenção teve como objetivo orientar os governos participantes a reafirmarem que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que os demais cidadãos, assim como apregoa a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entre os direitos está o de não ser submetido à discriminação com base na deficiência, emanando da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. Outro ponto importante foi a definição do termo deficiência caracterizado como “[...] qualquer restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. (UNESCO, 1999).

Outra definição trazida por esse documento foi a do termo “discriminação contra pessoas com deficiência”, que significa

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (UNESCO, 1999).

Com a virada do milênio as questões relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência se solidificaram, uma vez que os países desenvolvidos editaram suas legislações garantidoras dos direitos sociais às pessoas com deficiência, como no caso dos Estados Unidos e dos países componentes das União Europeia. Tal fato acabou por desencadear iniciativas mais efetivas também nos países em desenvolvimento, como no caso específico do Brasil, signatário das ações das iniciativas proclamadas pela ONU no que concerne à garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Em meio a essa efervescência de ações, como marco importante na solidificação das ações de garantias dos direitos às pessoas com deficiência, em 13 de dezembro 2006 é realizada pela ONU a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que contou com a participação de 192 países membros da ONU e de centenas de representantes da sociedade civil de todo o mundo. O documento foi assinado por 86 países sem reservas, no qual cada Estado Parte se obriga a promover a inclusão em bases iguais com as demais pessoas, bem como dar acesso à todas as oportunidades existentes para a população em geral. (Brasil, 2007)

A convenção tornou-se o primeiro tratado internacional de garantia aos direitos as pessoas com deficiência. Ao aderir à Convenção, os países signatários, como o Brasil, assumem

compromisso de respeitar as pessoas com deficiência, não mais em razão só da legislação interna, mas de uma exigência universal de solidariedade, independente da condição pessoal de cada um, a convenção não cria novos direitos, apenas especifica esses direitos, segundo a condição pessoal das pessoas para que possam ter as mesmas oportunidades que a maioria dos seres humanos. (Brasil, 2016)

Ao assumir o compromisso universal para a inclusão social das pessoas com deficiência, os países participantes, estarão trazendo para o seio social profissionais das mais variadas áreas que, ao invés de onerar a previdência social, farão parte da massa de pessoas que contribuem para a maior riqueza das sociedades onde vivem.

Nesse contexto de mudança de paradigma social, Sasaki (2003) pontua alguns conceitos que devem se fazer presentes na nova perspectiva sobre a inclusão das Pessoas com Deficiência, com: autonomia, independência, empoderamento e equiparação de oportunidades. Segundo o autor, essas noções resumem a ideia de que a pessoa com deficiência deve ter o direito de exercer o controle sobre sua própria vida ter domínio do espaço físico em que vive, ter condições justas de oportunidades e ter vivências que possibilitem o fortalecimento individual. Nesse sentido, a inclusão consiste em fazer com que todos os sistemas sociais estejam adequados para o máximo de possibilidades possíveis, de modo que sejam eliminadas as barreiras que impedem que todas as pessoas, com suas particularidades, possam compartilhar os mesmos ambientes e consigam ter acesso às mesmas coisas.

3.1 Marcos Constitucionais da política de inclusão de pessoas com deficiência no Brasil

O desenvolvimento de políticas públicas no Brasil para pessoas com deficiência, tem sido fruto de uma luta constante e efetiva, que em meio às dificuldades impostas pelas várias fases do cenário político brasileiro das últimas décadas rendeu bons frutos que garantiram os direitos à cidadania das pessoas com deficiência, marginalizadas e excluídas do processo de socialização por longo período.

No contexto especificamente brasileiro, a garantia do direito às pessoas passou a ganhar mais importância após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 - (CF 1988). A carta magna, instituiu no artigo 5º caput que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". Essa premissa basilar se assegura primeiramente na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que trata de forma igual homens e mulheres, jovens

e idosos, pessoas de diferentes credos, cor de pele, nacionalidade, cultura, etnia, condição física, psíquica e social. Ainda nesse sentido, a CF 1988 expressa em outros dos seus artigos a garantia de direitos às “pessoas com deficiência”, o que institui o dever do Estado em reconhecer os direitos dessas pessoas como cidadãos.

A cidadania da pessoa com deficiência instituída pela CF 1988 pode ser evidenciada no artigo 6º inciso XXXI – que assegura “a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”. O artigo 23, no inciso II estabelece que “[...] é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”. Assim como o artigo 24, inciso XIV o qual reafirma que “compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência”. (Brasil, 1988).

No artigo 37 da CF 1988, que trata sobre os princípios constitucionais, a mesma expressa no inciso VIII, como parte do princípio da legalidade, que “[...] a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”. (Brasil, 1988).

No artigo 203, que trata da prestação da assistência social a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, no inciso IV evidencia às pessoas portadoras de deficiência “a habilitação e reabilitação e a promoção de sua integração à vida comunitária” e no inciso V “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei”. Já no artigo 208, que trata sobre a garantia pelo Estado do direito de todos à educação, em seu inciso III estabelece o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (Brasil, 1988).

O artigo 227, parágrafo primeiro que assegura que é dever do Estado em prover programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas, no inciso II reafirma que compete ao Estado “[...] criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.” O parágrafo segundo do referido artigo, evidencia também que “A lei disporá sobre normas de construção

dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”, reafirmados no artigo 244 caput. (Brasil, 1988).

As garantias de direitos às pessoas com deficiência dada pela Constituição Federal brasileira, evidencia a preocupação em garantir os direitos básicos de cidadania às pessoas com deficiência, pois ao colocar tais direitos no documento basilar das leis brasileiras esse segmento da sociedade, por muitas vezes deixado à parte, pode começar a ser alcançado por políticas públicas voltadas ao atendimento e à garantia dos direitos à cidadania.

O desenvolvimento que foi dado aos direitos sociais às pessoas com deficiência pós 1988 foi bem expressivo. Leis, decretos, normas técnicas, políticas públicas e sociais nas mais variadas áreas favoreceram de fato a percepção da pessoa com deficiência como “pessoa”, como ser humano, parte integrante da sociedade, que assim como os caracterizados “normais” podem exercer todos os seus direitos, os portadores de condições especiais terão as mesmas garantias.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A base para a elaboração de políticas públicas construída pela Constituição Federal de 1988 (CF 1988) é bem expressiva, uma vez no decorrer do texto constitucional evidencia-se a garantia dos direitos das pessoas com deficiência nas mais variadas áreas, tais como: trabalho e emprego, assistência social, seguridade social, educação e saúde, e cabe ao Estado legislar sobre tais garantias. Tais premissas constituem-se como direitos inalienáveis a esse segmento que tem na CF 1988 a garantia ao direito à cidadania igualmente aos demais cidadãos.

O período pós 1988 foi marcado por uma mudança de paradigma, tendo em vista a asseguaração das garantias de direitos básicos às pessoas com deficiência. É nesse contexto de desenvolvimento, apregoadado pela CF 1988, que se começa a desenvolver políticas públicas efetivas, agora tendo como base os preceitos constitucionais.

Neste sentido, evidencia-se as primeiras iniciativas de políticas educacionais de inclusão das pessoas com deficiência no contexto efetivo da escola regular, mudando o paradigma vigente de segregação, ocasionada pela mercantilização da educação das pessoas com deficiência em detrimento da criação por instituições filantrópicas e/ou privadas de espaços separados de aprendizagem para atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais. (Santos; Reis, 2015; Mendes, 2019)

Em 1989 a Lei Federal nº 7.853 que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência em seu artigo 2º evidencia que cabe

“ao Poder Público e seus órgãos assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (Brasil, 1989)

No que se refere especificamente à educação, o inciso I do parágrafo segundo da referida lei evidencia tal garantia às pessoas com deficiência, assegurando:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema

regular de ensino; (Brasil, 1989)

Percebe-se que a referida lei estabelece o dever do Estado no provimento de acesso à educação, não mais num contexto segregador, da chamada educação especial, com base nos núcleos de atendimento especializados para pessoas com necessidade especiais que tinham a função de permitir acesso à educação de uma maneira desvinculada do sistema regular de ensino, caracterizado primordialmente por uma conotação mais assistencial e menos pedagógica.

A referida lei, em seu artigo 8º, inciso I, ainda constitui como crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa àquele que recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência. (Brasil, 1989)

Em meio a efetividade das ações internacionais promovidas pela ONU no que se refere ao desenvolvimento de iniciativas em um nível global que favoreça a educação para todos, como exemplo a Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990 e a Declaração de Salamanca de 1994, marcos importantes que efervesceram a melhoria na configuração de leis e políticas educacionais dos países signatários dessa declaração, no caso específico do Brasil, em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. (Brasil, 1994, p.19).

Nessa perspectiva de transformações, a Lei nº 9.394 de 1996, responsável por estabelecer diretrizes e bases para a educação nacional, que ao longo dos anos sofreu inúmeras alterações, principalmente à medida que os direitos e garantias das pessoas com deficiência foram evoluindo, pressionados principalmente pelos grupos organizados junto ao congresso nacional para que os preceitos constitucionais das pessoas com deficiência sejam garantidos.

Nesta perspectiva, a referida lei traz em seu artigo 3º, que trata sobre os princípios para a educação nacional, em seu inciso XIV (incluído pela Lei nº 14.121 de 2021), o “respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva”. No artigo 4º que trata do dever do Estado em oferecer educação, reafirma que este, conforme o inciso III (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) tem como garantia oferecer o “[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos

os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (Brasil, 2023)

O capítulo V da lei nº 9.394/96 que trata sobre a educação especial se caracteriza de suma importância dentro do contexto da promoção da educação para pessoas com deficiência no sistema regular de ensino, uma vez que evidencia que a mesma insere-se em meio ao documento que rege o funcionamento da educação básica no Brasil e em seu artigo 58, alterado pela Lei 12.796 de 2013, traz o conceito de educação especial caracterizada como “[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (Brasil, 2013)

O artigo 59 da referida lei ainda assegura que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos “educandos com deficiência” currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. (Brasil, 1994).

Como parte do processo de reformulação da LDB 9394/96, principalmente no contexto da educação especial, a mesma sofreu uma alteração significativa no ano de 2021 dada pela Lei nº 14.191 que dispõe sobre a educação bilíngue de surdos. Estas alterações inseriu o Capítulo V-A que normatiza a oferta de educação bilíngue de surdos e a define em seu artigo 60-A como:

“[...] a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.” (Brasil, 2021).

O artigo Art. 60-B enfatiza ainda que:

[...] os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior. (Brasil, 2021)

A evolução ocasionada na década de 1990 em prol da garantia de direitos na área da educação às pessoas com deficiência é bastante expressiva, o que não descarta toda a luta dos grupos que se mobilizaram durante as décadas anteriores para que as pessoas com deficiência tivessem sua garantia à cidadania respeitada por meio de leis e políticas públicas que favoreceram a inclusão, a inserção das pessoas com deficiência na escola e no mundo do

trabalho. Como parte integrante desse processo de evolução das políticas públicas para inclusão das pessoas com deficiência, houve em 1999 a edição do Decreto nº 3.298 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular, que regulamentou a Lei nº 7.853/89. (Brasil, 1999)

Continuando esse processo de evolução, foi publicada em 8 de novembro de 2000 a lei nº 10.048 que dispõe sobre o atendimento prioritário de pessoas a que especifica e dentre elas engloba as pessoas com deficiência e dar outras providencias. Em 19 de dezembro de 2000, foi publicada também a Lei Federal nº 10.098 – que dispõe sobre a Promoção de Acessibilidade aos Portadores de Deficiência, é uma lei bastante ampla e engloba o ambiente físico, as edificações e os transportes.

O ano de 2001 é marcado por inúmeras publicações que objetivaram reafirmar o compromisso com a inclusão das pessoas com deficiência no contexto do sistema regular de ensino. Nesse contexto pode-se evidenciar a publicação do Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, traz em seu bojo a caracterização da educação especial como modalidade de educação, que se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos, e evidencia ainda que a educação especial terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino e os entes da federação terão que garantir as vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência. (Brasil, 2001a)

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 que institui as diretrizes nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades. A referida resolução estabelece em seu Art 2º que “[...] os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.” (Brasil, 2001b)

O ano de 2002 também se caracteriza por uma gama de leis, decretos e resoluções que visaram dar mais garantias de direitos às pessoas com deficiência na área da educação. Esse período é caracterizado por estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, a qual define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente pautada no

desenvolvimento de competências, que deverão ser contextualizadas e complementadas pelas competências específicas próprias de cada etapa e modalidade da educação básica, voltadas para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. (Brasil, 2002).

Em 2002 houve a edição da Lei nº 10.436 que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos e estabelece em seu artigo quarto que “O sistema educacional brasileiro deve garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Assim como a portaria nº 2.678 de 2002 que assegura a difusão do Sistema Braile em todas as modalidades de educação compreendendo especificamente a Língua Portuguesa.

Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, que materializa a política pública de desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos em 144 municípios-polos, em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promova um amplo processo de formação de gestores e educadores para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização e a promoção da acessibilidade. Um outro fator de grande relevância para garantia da acessibilidade foi a elaboração da Portaria nº 3284/2003, que se refere ao compromisso das instituições de ensino superior em prover garantias de acesso aos deficientes, principalmente visando garantir ao aluno deficiente visual, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, software de ampliação de tela entre outros equipamentos. Também dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência motora e propõe que a interpretação de língua de sinais/língua portuguesa deve ser propiciada sempre que necessário. (Brasil, 2003).

Em 2004, o Decreto nº 5.296 que regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24 determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (Brasil, 2013).

Em 2005, foram implantados os Núcleos de Atividade das Altas

Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todos os Estados e no Distrito Federal, os quais visavam formar centros de referência para o atendimento educacional especializado aos alunos com altas habilidades/superdotação e favorecer a formação continuada dos professores, além de garantir o atendimento às famílias dos alunos. Pode-se ainda evidenciar o Decreto nº 5.626/05, que regulamentou a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professores, instrutores e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

O ano de 2006 é marcado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU, da qual o Brasil é signatário. O documento apresenta o conjunto de medidas a serem cumpridas pela sociedade e pelos governos, com igual responsabilidade, visando à justiça social advinda da equiparação de oportunidades e estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Segundo Paula (2008), a referida convenção é o mais recente tratado internacional de direitos humanos e foi o primeiro a contar com a voz dos movimentos sociais na fase de elaboração e no Brasil, foi ratificada com base no § 3º do artigo 5º da Constituição, incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, passando a marco constitucional.

O Decreto Legislativo 186/2008 ratificou-a e o Decreto 6.949/2009 promulgou a Convenção para efeitos internos, é a única convenção com status constitucional, pois condiciona todas as leis, decretos e outras normas atinentes às pessoas com deficiência, assim como aumentaram as obrigações do Estado, em todas as esferas de governo, do segundo e terceiro setores, com ativa participação da pessoa com deficiência e das famílias. (Maior; Meireles, 2010).

Ainda em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançaram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o documento incorpora aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, agregando demandas antigas e contemporâneas de nossa sociedade pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz que objetiva, dentre as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.

A agenda social que se seguia no Brasil no decorrer da década continuou sua transformação significativa na garantia de direitos às pessoas com deficiência. Neste sentido,

pode-se evidenciar o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, instituído pelo Decreto nº 6094/2007 que estabeleceu como as diretrizes do compromisso “Todos pela educação” que garantiu as condições necessárias para a permanência das pessoas com deficiência nos sistemas regulares de ensino fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas. O PDE ainda teve como foco a formação de professores para as escolas especiais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e o acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior. (Brasil, 2007)

Em 2008 um grupo de trabalho do Ministério da Educação elaborou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na qual foi traçado um panorama da evolução da educação especial no Brasil visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008)

Para que as pessoas com deficiência matriculadas nas classes comuns pudessem ter a possibilidade do pleno desenvolvimento da sua aprendizagem, em 2009 o Ministério da Educação pública a Resolução CNE/CEB nº 04/2009 que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (AEE), modalidade Educação Especial, determinando-se o público alvo da educação especial, definindo o caráter complementar ou suplementar do AEE, prevendo sua institucionalização no projeto político pedagógico da escola.

Também em 2009, com a publicação do Decreto n. 6.949/2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, organizada pela ONU a qual reconhece que, para serem garantidos os direitos humanos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência, há que se ter acessibilidade nos meios físico, social, econômico, cultural, de saúde, de educação, de trabalho, de informação e de comunicação (BRASIL, 2009a)

No ano de 2010 a regulamentação de algumas garantias ao segmento das pessoas

com deficiência também foi bem expressiva, neste sentido pode-se evidenciar a regulamentação da profissão do Interprete de Libras dada pela Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, assim como a instituição do dia nacional do sistema Braille pela Lei nº 12.266, de 21 de junho de 2010, o Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010 que dispõe sobre os programas de material didático dando garantia da aquisição de materiais didáticos acessíveis aos alunos da educação especial e editais com previsão de formatos acessíveis, houve ainda o Decreto nº 7.219, de 24 de Junho de 2010 que dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID ao qual também assegura a participação de docentes que atuarão na educação de pessoas com deficiência e o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES que visa garantir o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Em 2011 houve a regulamentação da educação especial e do atendimento educacional especializado em toda rede de ensino do País regulamentado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 que tem como prerrogativas assegurar o dever do Estado em prover a educação das pessoas com deficiência por meio das seguintes diretrizes:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (Brasil, 2011a)

O referido decreto ainda assegura a criação dos núcleos de atendimento especializado nas instituições e ensino superior da rede federal objetivando eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que dificultam a participação efetiva e o desenvolvimento acadêmico e social do aluno com deficiência nas instituições de ensino superior. (Brasil, 2011a).

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano viver sem Limites, também de 2011, instituído pelo Decreto n. 7.612/2011 que teve como objetivo intensificar as ações da garantia de direitos às pessoas com deficiência foi um marco muito importante no desenvolvimento de políticas públicas para esse segmento, uma vez que congrega

essas políticas em 4 eixos (acesso à educação, acesso à saúde, inclusão social e acessibilidade) interdependentes e articulados para assegurar a garantia de direitos às pessoas com deficiência, considerando suas múltiplas necessidades nos diferentes momentos de suas vidas. (Brasil, 2011b).

O Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei nº 13.005 de 2014, estabelece em sua Meta 4 universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (Brasil, 2014)

Um passo largo em relação à acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência, destacamos a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, a chamada Lei Brasileira de Inclusão (LBI) que favoreceu ainda mais o respeito aos direitos da pessoas com deficiência à cidadania, uma vez que apregoa em seu bojo todas as garantias legais e em seu capítulo IV traz expresso a garantia do direito à educação, não substituindo as demais leis anteriores responsáveis por garantir tal direito, mas visando a favorecer as condições e acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência no sistema de educação nacional em todos os níveis.

Neste sentido, pode-se evidenciar o que dispõe o Art. 27 da referida Lei, no que se refere à educação das pessoas com deficiência assegurando que:

[...] a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Ainda em 2015 houve uma alteração importante na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9394/94, dada pela Lei nº 13.234 de 2015, para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. (Brasil, 2015b)

Em 2016, a Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016 alterou um importante instrumento legal de garantia de acesso ao ensino técnico e superior, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe de reserva de vagas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, responsável por criar a política de cotas. Neste contexto a referida lei garantiu que pessoas com deficiência pudessem ter acesso às instituições mediante reserva de vagas. (Brasil, 2016a)

No mesmo ano a Lei nº 13.348 de 10 de outubro de 2016 alterou a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta de educação infantil, para incluir as crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC e as crianças com deficiência ainda que estas não se enquadrem como beneficiárias dos referidos programas sociais. (Brasil, 2016c).

Em 2017 uma série de mudanças significativas na legislação contribuíram ainda mais para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência na área da educação. Um dos pontos importantes foi a garantia no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, dado pelo Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017 que garante a inclusão nos editais de seleção de livros didáticos a inclusão de materiais em formato acessível para garantir a acessibilidade de professores e alunos com deficiência. (Brasil, 2017 a).

O Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, garante desde o credenciamento para o funcionamento das instituições de ensino superior a garantia das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência. (Brasil, 2017 b).

Em 2018 a Lei nº 13.696, que institui a Política Nacional do Livro, Leitura e Escrita, como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil, estabelece que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, promovam além da universalização do livro e da leitura, garantam o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP e tem como um dos seus objetivos democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade. (Brasil, 2018)

O Decreto Nº 9.522, de 8 de outubro de 2018, promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. O tratado foi ratificado por meio do Decreto Legislativo nº 261, de 25 de novembro de 2015. (Brasil, 2018b).

O ano de 2019 algumas ações relacionadas às garantias dos direitos das pessoas com deficiência continuaram a se materializar, como o aumento de diagnósticos de pessoas portadoras do espectro do autismo e o do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade – TDAH, além da inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino, a Lei nº

13.794, de 3 de janeiro de 2019 que regulamenta a atividade profissional de psicomotricista e autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade, um fator muito importante que auxilia no desenvolvimento das pessoas com deficiência e ou com transtornos do espectro autista, transtorno de déficit de atenção com hiperatividade - TDAH ou que precisam de algum tipo de reabilitação passam a contar com a ajuda desse profissional também no sistema educacional. (Brasil, 2019^a)

Também em 2019 o Decreto nº 10.094 que dispõe sobre o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, órgão destinado a assessorar na estruturação, na formulação, na articulação, na implementação e no acompanhamento de plano de tecnologia assistiva, com vistas a garantir à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos e serviços que maximizem sua autonomia, sua mobilidade pessoal e sua qualidade de vida, observado o disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. (Brasil, 2019b).

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência instituído pelo Decreto nº 10.177 de 16 de dezembro de 2019, caracterizado como órgão superior de caráter paritário, consultivo e de deliberação colegiada sobre as políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência, instituído no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a quem compete acompanhar a implementação da Política Nacional para a Inclusão da Pessoa com Deficiência; avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana, reabilitação e outras políticas relativas à pessoa com deficiência. (Brasil, 2019c).

Em 2020 a edição do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, mas segundo especialistas e grupos organizados da sociedade civil que lutam pelo direito da educação equitativa das pessoas com deficiência afirmaram que este decreto visa incentivar a separação das salas de aula e das escolas para crianças com deficiência, caracterizando como uma medida é retrógrada e que historicamente fez com que escolas “comuns” não aceitassem pessoas com deficiência.

Em 2021 o Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021, regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. O referido decreto caracteriza tecnologia assistiva ou ajuda técnica como: os produtos, os equipamentos, os dispositivos, os recursos, as metodologias, as estratégias, as práticas e os serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida,

com vistas à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social como o objetivo de eliminação, redução ou superação de barreiras à inclusão social por meio do acesso e do uso da tecnologia assistiva. (Brasil, 2021a).

A lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021 que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem no que compreende a identificação precoce do transtorno, o encaminhamento do educando para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino, bem como o apoio terapêutico especializado na rede de saúde e ainda reafirma que as escolas da educação básica das redes pública e privada, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção ao educando com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental. (Brasil, 2021b)

O Decreto nº 10.882, de 3 de dezembro de 2021 regulamenta o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, promulgado pelo Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018, para dispor sobre o processo administrativo de reconhecimento e de fiscalização de entidades autorizadas a realizarem o intercâmbio transfronteiriço e a importação de exemplares em formatos acessíveis, e as obrigações relativas a medidas tecnológicas de proteção, ao respeito à privacidade e à cooperação.

Em 2023, após a transição de governo foi assinada a Lei 14.533 de 11 de janeiro de 2023 que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), estruturada a partir da articulação entre programas, projetos e ações de diferentes entes federados, áreas e setores governamentais, a fim de potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis visando garantir por meio da educação digital escolar adoção de critérios de acessibilidade, com atenção especial à inclusão dos estudantes com deficiência. (Brasil, 2023a).

4.1 O contexto da educação inclusiva na educação profissional

A formação para o trabalho necessita cada vez de um nível elevado de escolarização, uma vez que as especificidades do mundo trabalho exige que as pessoas que pretendem atuar em determinadas áreas possuam uma formação bem específica. Esta formação

específica formal é adquirida em instituições especializadas, sejam de nível médio ou superior, neste contexto, destacam-se as Escolas de Formação Técnica (especializadas em uma modelo de formação específica com foco no mundo do trabalho) e as Universidades (responsável por uma formação mais completa e que demanda um pouco mais de tempo de formação).

A educação técnica e profissional é um modelo de educação continuada presente na vida do trabalhador-cidadão, e visa proporcionar conhecimentos teóricos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, com um importante papel na aprendizagem inicial, continuada e da qualificação dos indivíduos, possibilitando o acesso a novos conhecimentos e saberes, que precisam estar articulados com as mudanças cada dia mais veloz do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea. (Pacheco, 2012)

O novo paradigma da educação profissional apresentada pela Lei nº 9394/96 na qual configura-se inicialmente como parte integrante do ensino médio a qual foi instituída na LDB na seção IV-A pela Lei nº 11.741 de 2008 configura no caput do artigo 36-A, que “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.” Evidencia também no artigo 36-C que a educação profissional técnica de nível médio articulada será desenvolvida de forma:

- I- integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;
 - II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:
 - a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.
- (Brasil, 2008)

Essa nova configuração da educação profissional abandona o enfoque assistencialista que esta assumiu durante décadas, uma vez que era responsável apenas por prover a qualificação de pobres que precisavam adentrar precocemente no mercado de trabalho. (Vieira; Souza Junior, 2016). É necessário evidenciar que esta mudança ocorre mediante alteração continua do mundo trabalho, pressupondo a superação das qualificações restritas às exigências de postos delimitados, o que determina a emergência de um novo modelo de educação profissional centrado no desenvolvimento de competências por área profissional (Paiva, 2011). Atualmente com essa nova concepção da educação profissional focada na formação integral do trabalhador/cidadão, assume um papel de destaque, uma vez que prepara

o cidadão tanto para o mercado de trabalho, como para a continuidade dos estudos.

Neste sentido, cabe ressaltar o contexto da educação profissional para a inclusão de pessoas com deficiência, assegurada nas garantias constitucionais e legais que visam garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, evidenciam também a necessidade de uma formação condizente com os anseios do mercado para esse público específico. Não basta apenas incluir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho por conta de exigência legais, torna-se necessário que além da garantia do direito ao trabalho, a pessoa com deficiência precisa estar qualificada para ocupar aquele posto de trabalho.

A educação inclusiva no contexto da educação profissional ainda pode ser considerada como um desafio, uma vez que perpassa por inúmeros problemas, que variam desde os estruturais (como acesso físico as dependências das instituições) e profissionais (como baixa qualificação dos profissionais envolvidos na formação profissional das pessoas com deficiência). (Dantas; Valcácio, 2020)

É inegável que tem havido um movimento significativo pela inclusão de pessoas com deficiência no contexto da educação profissional, por meio da constituição de leis e diretrizes que garantem o acesso à qualificação básica e profissional de estudantes com deficiência. Este fato pode ser notado com mais evidência a partir do ano 2000 quando se começou a favorecer de fato o processo de inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional.

Como marco importante desse delineamento pode-se citar a Resolução nº 02 de 11 de setembro de 2001 que “institui as diretrizes nacionais para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica em todas as suas etapas e modalidades”. Neste sentido, reforça a obrigatoriedade da matrícula de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino. Essa resolução, evidencia em seu artigo 17 a garantia da matrícula e permanência dos estudantes com deficiência na rede de educação profissional.

Art. 17. Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino.

§ 1º As escolas de educação profissional podem realizar parcerias com escolas especiais, públicas ou privadas, tanto para construir competências necessárias à inclusão de alunos em seus cursos quanto para prestar assistência técnica e convalidar cursos profissionalizantes realizados por essas escolas especiais.

§ 2º As escolas das redes de educação profissional podem avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desses procedimentos, para o mundo do trabalho. (Brasil, 2001)

Outro marco importante no favorecimento da educação inclusiva no contexto da educação profissional foi a aprovação em 2008 da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que passa a demandar um sistema educacional inclusivo, defendendo que todas as pessoas tenham acesso ao sistema regular de ensino, desse modo, na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social. (Brasil, 2008).

A PNEEPEI estabeleceu como público-alvo da Educação Especial: as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Ainda, reitera-se a Educação Especial como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (Brasil, 2008).

Ainda em 2008 com a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, agregando um importante marco no contexto da educação básica e na formação profissional de jovens e adultos. A referida lei evidencia as principais competências e finalidades dos Institutos Federais cantantes nos três primeiros incisos do artigo 6:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; (Brasil, 2008).

Os Institutos Federais foram implantados com a proposta de se configurarem como um novo padrão de instituição de ensino, como um marco de transformação do ensino técnico e tecnológico brasileiro, pois propunham materializar um novo entendimento quanto à função do sistema de ensino federal na oferta pública da educação profissional e tecnológica, incorporando-a não só a todas as etapas e modalidades do ensino, mas, também, à pesquisa e extensão (MEC, 2022).

No contexto da educação inclusiva na educação profissional sobre a nuance do atendimento educacional especializado – AEE, o qual garante aos alunos com deficiência e com altas habilidades um atendimento especializado com disponibilidade de profissionais especializados na área, e a organização de tempo, espaços e recursos necessários ao processo

de aprendizagem de cada estudante atendido pelo serviço, demorou a ser implementado de maneira efetiva, uma vez que o corpo técnico profissional especializado para atuar nesse AEE em muitos casos não estavam previstos na estrutura de cargos das instituições de ensino da educação profissional.

Essa efetividade se tornou mais ávida a partir da criação do Programa Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização - TEC NEP para Pessoas com Necessidades Específicas, criado com o objetivo de inserir as pessoas com NEE nos cursos ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nas modalidades de formação inicial e continuada, técnico, tecnológico, licenciatura, bacharelado e pós-graduação, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino (PROGRAMA TEC NEP, 2000).

No escopo de suas ações, o Programa TEC NEP visa à implantação de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que se constitui em um setor de referência institucional responsável por articular as ações internas voltadas para garantir a acessibilidade dessas pessoas, e ao desenvolvimento de uma cultura de respeito à diversidade e eliminação de barreiras, com intuito de atingir o sucesso em sua formação profissional (PROGRAMA TEC NEP, 2000).

De acordo com Nascimento e outros (2011), os NAPNE, no contexto das instituições de educação profissional, é que articula pessoas e setores para o desenvolvimento das ações de implantação/implementação da Ação TEC NEP no âmbito interno das instituições. Os NAPNEs têm como objetivo principal criar na instituição a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e de comunicação. O Núcleo tem um(a) Coordenador(a) e os outros participantes são denominados membros.

De acordo com Soares e Melo (2016), não se pode negar a relevância do Programa TEC NEP, uma vez que abriu um leque de possibilidades para as pessoas com NEE e conseguiu colocar em pauta discussões sobre o tema educação inclusiva nas instituições da Rede Federal. Possibilitou, também, mudanças significativas e que vão além das barreiras físicas.

A Lei nº 13.146/2015, conhecida com a Lei Brasileira de Inclusão, estabelece em seu artigo 27 que “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida [...]” (Brasil, 2015). No artigo 28 da referida lei nos incisos XIII e XIV, também enfatizam que o estado deve prover acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas; bem como deve favorecer a inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e

tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento. (Brasil, 2015).

O artigo 30 da referida lei traz expresso que:

Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

A garantia legal de acesso é um pressuposto que garante que as pessoas com deficiência possam ingressar nas instituições de ensino e que nelas possam permanecer e concluir sua formação. Neste sentido vale destacar também uma alteração significativa na Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que institui a lei de cotas para ingresso nas instituições de ensino superior e técnico profissionais de nível médio, a referida alteração foi feita pela Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016 que incluiu na reserva de vagas um percentual de 5% do total das vagas para o ingresso de pessoas com deficiência. (Brasil, 2016).

O processo de inclusão no ensino profissional é uma ação que propicia para as pessoas com deficiência a possibilidade de mudança da sua condição social ao passo que proporciona a estas pessoas uma formação específica profissionalizante que pode vir a favorecer a entrada destas pessoas de maneira mais efetiva no mercado de trabalho. É fato que há a obrigatoriedade da reserva de vagas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas esse reserva também requer que estas pessoas estejam qualificadas para o desempenho das atividades profissionais que se dispõem.

O acesso ao sistema regular de ensino para pessoas com deficiência ainda se configura como desafio, tendo em vista que problemas pontuais ainda não foram resolvidos, como a acessibilidade física nos espaços educacionais, o serviço de transporte público não consegue atender de forma satisfatória as pessoas com deficiência que dependem deste para se locomover. Outro fator relevante é a falta de pessoas capacitadas para o trato com a pessoas

com necessidades educacionais específicas que ainda se constitui como um grande problema no contexto educacional, principalmente nas instituições da rede federal de ensino uma vez que o ingresso de profissionais na maioria dos casos se dá por meio de concurso e nem sempre as vagas para o provimento de cargos específicos são favorecidas. A falta de qualificação dos professores e demais profissionais também se configura como um problema significativo nesse delineamento.

5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO IFMA E ACESSIBILIDADE

Como se sabe, os Institutos Federais são oriundos de mudanças estruturais no escopo da educação profissional brasileira, no caso específico do IFMA essa transformação ocorreu no cerne de duas instituições que já estavam consolidadas no Estado do Maranhão como referência na educação profissional e tecnológica, de um lado o CEFET e do outro as Escolas Agrotécnicas Federais. Em meio a essa transformação, muitas adequações precisaram ser efetivadas para que estas pudessem enquadrar-se nesse novo modelo educacional pretendido pelos IFs, não apenas com foco em preparar mão-de-obra especializada para o mercado do trabalho, mas em prover uma educação profissional transformadora com foco em mudanças sociais estruturantes. Esse período de implementação da Rede federal também foi marcado por inúmeras transformações sociais, educacionais e políticas e como marco importante podemos evidenciar a garantia de direitos às pessoas com deficiência.

O Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA como instituição integrante da rede federal de educação profissional e tecnológica, atualmente é composto por 30 unidades espalhados pelas mais variadas regiões do estado do Maranhão, caracterizado por muita diversidade distribuídos da seguinte forma: Região Metropolitana de São Luís (IFMA Campus São Luís Monte Castelo, IFMA Campus São Luís Centro Histórico, IFMA Campus São Luís Maracanã, Campus Avançado Itaqui-Bacanga e IFMA Campus São José de Ribamar) e as outras 25 unidades nas cidades de Açailândia, Alcântara, Araióses, Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Buriticupu, Carolina, Caxias, Codó, Coelho Neto, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Porto Franco, Rosário, Santa Inês, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras, Timon, Viana, Zé Doca.

O IFMA de acordo com o censo escolar de 2023 conta com a 17.606 matrículas divididas nas várias modalidades de ensino (Cursos FIC, Cursos Técnicos Integrados, subsequentes e concomitantes, Educação de Jovens e Adultos – EJA, Cursos de graduação – Licenciaturas e tecnológicos, Cursos de especialização, mestrados e doutorados) das suas unidades. Tendo em vista o escopo da presente pesquisa, faz necessário caracterizar que dentro desse universo de matrículas, 7,9% dos alunos são pessoas com deficiência e neste sentido é importante evidenciar as políticas institucionais do IFMA responsáveis por garantir o ingresso e a permanência dos alunos PCDs na instituição. (IFMA, 2023)

Nesse contexto cabe mencionar que nos últimos anos a instituição vem promovendo ações que visam garantir o acesso e permanência dos estudantes com deficiência. Com a implementação das políticas de ações afirmativas, que garantiu o direito ao acesso às vagas

pelas minorias sociais, a instituição precisou adequar-se a essa nova realidade. Neste sentido, destaca-se mudanças estruturais no ensino e na própria estrutura arquitetônica para o atendimento das pessoas com deficiência que começaram a fazer parte da comunidade discente de maneira mais expressiva.

Desde 2013 o IFMA vem acolhendo de forma mais significativa alunos com deficiência, o que de fato forçou a instituição a promover mudanças em toda sua estrutura para favorecer o atendimento desses alunos. Como marco importante tem-se a edição da resolução nº 14 de 28 de março de 2014, a qual aprovou normas gerais da educação profissional técnica de nível médio do IFMA, na qual estabelece as diretrizes de funcionamento dessa modalidade de ensino, com destaque para o Capítulo VII da referida resolução que trata da educação especial. Esta seção, traz em seu artigo 84 que a “educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras, que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (IFMA, 2014).

A referida resolução ainda estabelece que estes serviços de apoio à educação especial serão denominados de atendimento educacional especializado (AEE), compreendidos como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestados das seguintes formas: complementar à formação dos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, com apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes nas salas de recursos multifuncionais, ou suplementar à formação de estudantes com altas habilidades e superdotação. (IFMA, 2014).

Na resolução 14/2014 faz a menção ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Napne e estabelece que cada campus deverá implementar seu NAPNE, visando promover a inclusão de pessoas com necessidades específicas regularmente matriculadas contribuindo com as condições necessárias para o seu acesso, permanência e conclusão com êxito. (IFMA, 2014).

A implementação do NAPNE em todos os campi foi a principal iniciativa para garantir um melhor acolhimento dos alunos com deficiência, uma vez que este núcleo é responsável por garantir a integração dos diversos setores dos campi no atendimento às necessidades dos alunos com deficiência, transtorno específico, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento.

O NAPNE no IFMA foi instituído por meio da resolução nº 15 de 27 de fevereiro de 2015 e regulamentado pela Resolução Consup/IFMA nº 86/2023, com o objetivo de proporcionar a cultura da “educação por convivência”, aceitação da diversidade e,

principalmente promover a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e as atitudinais de forma a promover a inclusão de todos na educação profissional e tecnológica. (IFMA, 2015).

Os NAPNEs nos campi tem sido um importante aliado no apoio ao desenvolvimento educacional dos alunos com necessidades específicas, uma vez que congrega uma gama de profissionais especializados que promovem ações e serviços de assistência aos alunos com necessidades específicas, aos alunos ditos normais e aos demais profissionais da instituição no processo de inclusão e socialização no ambiente educacional.

Em meio ao pleno desenvolvimento da política de assistência estudantil, caracterizada como um conjunto de princípios e diretrizes que norteia a implantação de programas que visam contribuir no acesso, na permanência e na conclusão dos cursos, na perspectiva de inclusão social, formação integral, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico, a qual contempla um maior apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade social que são atendidos pelas ações afirmativas implementadas na instituição, tem como foco principal a educação focada nos direitos humanos, uma vez que a promoção da universalização do acesso à educação torna-se um direito fundamental de qualquer cidadão. (IFMA, 2021).

Os instrumentos de gestão são a base para o planejamento de ações do Instituto Federal de Educação do Maranhão, um desses instrumentos é o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. O primeiro PDI 2009-2013 já contemplava ações estratégicas para a promoção da acessibilidade na instituição. A ação 2.6 do referido PDI que trata da modernização das instalações físicas, estabelece objetivos e metas para a concretização dessa ação. Neste sentido podemos evidenciar um trecho específico do PDI 2009-2013 que traz um dos objetivos e a meta para o alcance dessa ação:

VI.3.1. Objetivo Específico: Adequar as instalações físicas do Instituto visando à inclusão e à acessibilidade a pessoas com necessidades educacionais especiais.

VI.3.2. Meta:

a) Democratizar o acesso e o uso das unidades do IFMA pelas pessoas com deficiências, adequando as instalações físicas prioritariamente com a colocação de rampas de acesso, instalação e manutenção permanente de elevadores, planejamento e adequação dos espaços físicos em obediência às normas nacionais para esse fim. (IFMA, 2009).

Ainda pode-se observar no PDI 2009-2013 a preocupação com o atendimento das pessoas com necessidades específicas. O capítulo 10 do PDI que trata sobre o atendimento às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida enfatiza que a instituição se preocupa com as condições de acessibilidade dos campi mesmo à época a grande maioria das instalações sendo estruturas antigas que necessitavam de

adequações pontuais para o favorecimento das condições aceitáveis de acesso e já prevendo que as novas instalações pudessem já ser construídas com as condições de acessibilidade recomendadas pela legislação.

O PDI 2014-2018 trouxe algumas mudanças significativas no que se refere ao atendimento das demandas das pessoas com necessidades específicas. A própria estrutura da instituição já mudou, nesse período novas unidades foram construídas. A Lei nº 12.711, a chamada lei de cotas, sancionada em 2012 responsável por garantir o acesso de pessoas pretas, pardas e indígenas e oriundos de escolas públicas com renda per capita de até 1,5 salário por pessoa da família, sofreu alterações em 2016 com a inclusão das pessoas com deficiência que passaram a ter a garantia de 5% das vagas ofertadas. Tais mudanças foram garantidas pela aprovação da Lei nº 13.146 de 2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O referido PDI trouxe expresso o atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas como parte integrante da política de atendimento ao discente, que compõe o capítulo 7 do PDI 2014-2018. A aprovação da política de assistência estudantil do IFMA no final do ano de 2014 respaldada pela resolução nº 14 de 05 de dezembro de 2014 serviu para direcionar ações que pudessem favorecer princípios básicos para a garantia do acesso, permanência e conclusão dos cursos por todos os estudantes. Neste ponto específico destacam-se os programas universais de apoio pedagógico e financeiro.

O IFMA dispõe de programas e projetos que buscam fortalecer o desenvolvimento do estudante no processo de ensino-aprendizagem. São eles:

- a) Programa de Apoio Pedagógico: tem como objetivo a orientação educacional, no sentido de contribuir na preparação do estudante para enfrentar os desafios cotidianos da vida acadêmica com responsabilidade e atuar como protagonista do seu processo educativo. Entre suas ações estão: identificar os estudantes com alto índice de desestímulo em relação ao processo ensino-aprendizagem e com ausência reiterada às aulas; identificar as dificuldades que interferem no processo de ensino-aprendizagem; promover atividades de apoio e de orientação pedagógica que estimulem à permanência dos estudantes na Instituição, bem como, prestar assessoria pedagógica aos docentes;
- b) Programa de Acompanhamento Psicológico: tem como objetivo garantir o bem estar biopsicossocial dos estudantes e a preservação da saúde mental, por meio de ações de natureza preventiva e interventiva, que respeitem a ética e os direitos humanos e priorizem a multidisciplinaridade por meio de intervenções educativas, a fim de prevenir todo e qualquer tipo de violência, uso de substâncias psicoativas; atividades individuais ou grupais direcionadas à orientação profissional para estudantes e acompanhamento e orientação de estudantes e docentes que apresentem dificuldades no processo de ensino-aprendizagem;
- c) Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas: tem por finalidade garantir aos estudantes com deficiência física, surdez, cegueira, surdocegueira, deficiência múltipla, deficiência intelectual, transtorno específico, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento as condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição. (IFMA, 2014)

Sobre o atendimento de pessoas com necessidades especiais, caracterizado no item 7.6 do PDI este estabelece que o Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, no ambiente escolar em especial, os recursos, serviços e espaços acessíveis podem possibilitar a integração entre os estudantes contribuindo no seu acesso e permanência exitosa. Por sua vez, os ambientes inacessíveis são fatores preponderantes na exclusão escolar e podem determinar sua futura marginalização também no mercado de trabalho.

Neste sentido o PDI traz expresso como ações que possam garantir a melhoria do acesso aos ambientes comuns dos Campis a adequação dos espaços com a construção de rampas de acesso, instalação de piso tátil, sinalização em braile, capacitação dos profissionais e no caso específico das bibliotecas, aquisição de acervo em formato acessível, aquisição de tecnologia assistiva e melhoria da estrutura física. (IFMA, 2014).

Percebe-se uma evolução significativa no que diz respeito às questões relacionadas à promoção da acessibilidade e inclusão das pessoas com necessidades específicas em relação ao PDI do IFMA. Pode-se inferir que esta evolução gradativa se deve à aprovação de leis e instrumentos normativos que possibilitaram a garantia de direitos básicos às pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, principalmente no que se refere ao acesso à educação.

Essa evolução pode ser percebida nas ações propostas no PDI 2018-20123 no que refere a preocupação com as garantias de acesso às pessoas com necessidades educacionais específicas uma vez que estas ganharam mais espaço no planejamento institucional. O PDI 2019-2023 mostra essa evolução de forma mais significativa, uma vez as ações e metas que envolvem a melhoria constante da acessibilidade são caracterizadas como indicadores de qualidade no contexto do desenvolvimento institucional.

Em sua organização, o PDI 2019-2023, assim como os anteriores, traça um panorama histórico do IFMA, descrevendo seu perfil institucional, sua missão, visão e valores. Integram também o documento as políticas de ensino, pesquisa e extensão; planos de oferta de cursos nos diferentes níveis e modalidades educacionais; relações internacionais e mobilidade acadêmica; infraestrutura física, de gestão e tecnológica, contemplando-se as ações de acessibilidade; organização de pessoal dos corpos docente e técnico-administrativo; mecanismos de avaliação e autoavaliação. (IFMA, 2019).

O diferencial desse PDI é que além de ações específicas para o desenvolvimento institucional, o mesmo conta com a implementação de parâmetros de excelência para avaliação de desempenho da gestão. Nesse ponto específico percebe-se que o parâmetro acessibilidade

ganha um destaque significativo, uma vez que está inserido nas diversas categorias com parte do planejamento estratégico da instituição, caracterizando-se como um importante indicador do “objetivo: adequar e consolidar a infraestrutura acadêmica, administrativa e tecnológica”. (IFMA, 2019).

Figura 1 – Trecho do PDI 2019-2023

OBJETIVO: ADEQUAR E CONSOLIDAR A INFRAESTRUTURA ACADÊMICA, ADMINISTRATIVA E TECNOLÓGICA		
<p>7 INDICADOR: Índice de acessibilidade das Unidades do IFMA segundo a Norma ABNT/NBR 9050 (IAC [%])</p> <p>FINALIDADE: Avaliar se as Unidades do IFMA estão atendendo aos parâmetros de acessibilidade e segurança para pessoas com deficiência, conforme as normas e legislação vigentes.</p> <p>DEFINIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Percentual de Acessibilidade de calçada (%ACC); • Percentual de Acessibilidade de estacionamento (%ACET); • Percentual de Acessibilidade de acesso à edificação (%ACAE); • Percentual de Acessibilidade de circulação interna (%ACCI); • Percentual de Acessibilidade de escadarias (%ACES); • Percentual de Acessibilidade de banheiros (%ACBA); • Percentual de Acessibilidade de vestiários (%ACVE); • Percentual de Acessibilidade de biblioteca (%ACBI); • Percentual de Acessibilidade de auditórios e similares (%ACAD); • Percentual de Acessibilidade de restaurantes e similares (%ACRE); • Percentual de Acessibilidade de mobiliários (%ACMO). 	<p>FÓRMULA DE CÁLCULO: $IAC [\%] = \%ACC + \%ACET + \%ACAE + \%ACCI + \%ACCS + \%ACBA + \%ACVE + \%ACBI + \%ACAD + \%ACRE + \%ACMO$</p>	
<p>REFERÊNCIA: 100%</p>	<p>POLARIDADE: +</p> <p>PERIODICIDADE: ANUAL</p>	
PAINEL DE MEDIÇÃO		
METAS ESTABELECIDAS DE LONGO PRAZO:		
2018	2019	2020
70%	85%	95%

Fonte: (PDI IFMA, 2019)

No que diz respeito à biblioteca, no que se refere à acessibilidade, o PDI 2019-2023 em seu capítulo 8, em relação aos parâmetros de qualidade, estabelece que as condições adequadas às necessidades informacionais de usuários que são pessoas com deficiência caracterizam-se como importante qualificador no que diz respeito ao parâmetro mínimo de qualidade na oferta de serviços aos usuários. Compreende-se que o padrão mínimo de uma biblioteca do IFMA, caracterizada como aceitável, necessita de início ofertar condições de mínimas de acesso e atendimento às pessoas com deficiência.

Neste sentido o PDI 2019-2023 evidencia que:

Para o conceito ‘Aceitável’, entende-se que os indicadores são mínimos, devendo as Bibliotecas atendê-los para que possam disponibilizar o básico a seus usuários, ou seja, não seria o ideal, mas sim o mínimo para se configurarem com Bibliotecas de acordo as legislações vigentes. Já, para o conceito ‘Ótimo’ os indicadores representam a excelência, algo palpável a ser alcançado, sendo sinônimo de boa qualidade, que atente aos elementos norteadores, podendo-se ir mais além. Estes parâmetros devem ser referenciais para instituição (o campus ao qual a biblioteca atende), podendo ser flexíveis, adaptáveis e aperfeiçoados dadas as mudanças sociais, institucionais e econômicas. (PDI IFMA, 2019)

No que se refere ao planejamento das ações de melhoria e adequação às condições de acessibilidade e atendimento às demandas educacionais das pessoas com deficiência o plano

de desenvolvimento institucional categoriza ações, metas, parâmetros e objetivos para assegurar as garantias de serviços e ações pontuais em atendimento às demandas das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.

Faz-se necessário compreender que as questões relacionadas à acessibilidade é requisito fundamental nas diversas avaliações institucionais e de cursos a qual o IFMA é submetido ao longo do tempo. Nos diferentes instrumentos de avaliação é possível observar que a acessibilidade é analisada de forma ampla, envolvendo de documentos institucionais à práticas profissionais cotidianas. (IFMA, 2023)

Assim, a efetivação da inclusão no IFMA inicia-se com o alinhamento do tema em seus principais documentos, tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Planejamento Estratégico e os Projetos Pedagógicos de Cursos, para que seja possível uma atuação articulada entre diferentes setores institucionais. (IFMA, 2023)

Neste sentido é importante ressaltar que a instituição possui um importante instrumento que trata especificamente sobre a acessibilidade. O plano geral de garantia da acessibilidade (PGA), aprovado em 2023, é um instrumento de gestão que tem como objetivo assegurar o direito à acessibilidade de todas as pessoas, com deficiência ou não, aos espaços físicos, à comunicação e à informação, aos serviços e às atividades acadêmicas e administrativas da instituição. (IFMA, 2023).

O PGA está em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015, e com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008. O plano também se baseia nos princípios da acessibilidade universal, que visam garantir o acesso autônomo e independente de todas as pessoas, independentemente de suas características físicas, sensoriais, cognitivas ou intelectuais.

Através do PGA, a instituição se compromete a promover a acessibilidade em todas as suas dimensões:

- **Acessibilidade física:** garantir a acessibilidade aos espaços físicos da instituição, incluindo rampas, elevadores, piso tátil, sinalização adequada e adaptações em sanitários.
- **Acessibilidade comunicacional:** garantir a comunicação acessível em diferentes formatos, como Libras, legendas, audiodescrição e materiais em Braille.

- **Acessibilidade à informação:** garantir que todas as informações da instituição sejam acessíveis, incluindo o site, os documentos institucionais e os materiais didáticos.
- **Acessibilidade tecnológica:** garantir que as tecnologias utilizadas pela instituição sejam acessíveis, incluindo softwares com recursos de acessibilidade e equipamentos adaptados.
- **Acessibilidade atitudinal:** promover uma cultura de respeito à diversidade e à inclusão, combatendo o preconceito e a discriminação.

Juntamente ao PGA, o IFMA desenvolve o projeto “IFMA Afirmartivo” que visa garantir a implementação do Plano de Garantia de Acessibilidade (PGA) da instituição. O Projeto tem metas e ações anuais para a promoção da acessibilidade e inclusão em todas as suas dimensões: física, comunicacional, à informação, tecnológica e atitudinal e certifica os campi que melhor implementarem anualmente essas políticas.

Portanto, percebe-se que mediante o arcabouço de instrumentos institucionais, pedagógicos e de gestão, elaborados pelo IFMA que há o compromisso institucional pela garantia da acessibilidade em todos as dimensões, congregando as unidades e os setores institucionais para a promoção da acessibilidade.

6 BIBLIOTECAS MULTINÍVEL E A ACESSIBILIDADE

O contexto diversificado dos Institutos Federais de Educação caracterizados por agregar diferentes modalidades de ensino, denominada verticalização, que compreende desde o ensino médio integrado à educação profissional, a educação de jovens e adultos, cursos de graduação, bem como cursos de pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados). Essa diversidade ocasionou também uma dificuldade em caracterizar suas bibliotecas dentro das tipologias já estabelecidas. Em meio a essas características singulares, há diversos estudos que caracterizaram as Bibliotecas dos IFs, levando em consideração essa variabilidade do público a que atende sendo as mesmas condicionadas ora como bibliotecas escolares, ou então com bibliotecas universitárias, também caracterizadas como bibliotecas híbridas ou mistas, ou ainda como bibliotecas técnico-acadêmicas e mais recentemente como Bibliotecas Multinível, neste sentido denota-se essa nova classificação como a mais condizente com o que se propõe as bibliotecas dos IFs.

Nesta perspectiva, com base na análise da criação dos Institutos Federais, levando em consideração o modelo de educação a que se propõe essa instituição com um projeto político pedagógico inovador e diversificado, evidencia-se o surgimento de um novo tipo de biblioteca emergente deste cenário, seus desafios e sua responsabilidade social no contexto da educação profissional e tecnológica precisam ser caracterizados.

Os autores Moutinho (2014), Almeida (2015), Veiga, Pimenta e Silva (2018), Almeida e Freire (2019) alimentam a discussão em torno dessa nova tipologia de bibliotecas, justamente pela singularidade destas instituições no que se refere à variedade do público (usuários), das diversas modalidades de ensino que os IFs ofertam, o que é conseqüentemente refletida nos vários tipos de necessidades informacionais com que estas bibliotecas trabalham.

Para Moutinho (2014), ao evidenciar o surgimento de uma instituição impar no país como os institutos federais de educação, uma instituição multimodal, multinível caracterizada pela variabilidade de cursos e os variados níveis de ensino, o que de fato também define o tipo de biblioteca que atende os usuários dessa instituição, então estas bibliotecas foram caracterizadas como multinível.

Para Almeida (2015), a biblioteca multinível é toda aquela unidade de informação que quanto à finalidade atende aos usuários de diversos níveis de ensino e compreende ainda que a definição da identidade de uma biblioteca dessa complexidade é relevante para inseri-la no campo científico com propriedade e para nortear as discussões entre os bibliotecários que dela fazem parte quanto às práticas e à política adotada para seus próprios serviços de

informação.

Para Veiga, Pimenta e Silva (2019, p. 51), as bibliotecas multiníveis:

[...] além de atender um universo distinto de modalidades de cursos e usuários, [...] têm outra característica que as singularizam como uma nova tipologia de unidades de informação. Isso ocorre, em vista do seu planejamento de atividades educativas, que mais uma vez, são afetadas pelas características de seus usuários (idade, nível formativo, necessidade de informação, alfabetização digital e etc.), que afetam os projetos e planejamento educativos informacionais.

A necessidade convergente por uma classificação que garanta uma identidade das bibliotecas dos IFs é crescente. Grupos de trabalho ligados a instituições representativas como a FEBAB e a Comissão Brasileira de Bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - CBBI, vêm se debruçando sobre a definição da tipologia das bibliotecas do Institutos Federais, considerando a necessidade dessa definição como um pressuposto para a constituição de diretrizes que possam repercutir em uma melhor prestação de serviços para seus usuários.

É sabido que as bibliotecas não são organismos autônomos, são parte integrante de uma instituição ou organização e por conseguinte acabam por transfigurar a identidade organizacional, compreendida segundo Garcia, Barbosa e Oliveira (2011) como um “conjunto de crenças e valores organizacionais”.

As bibliotecas dos institutos federais têm uma demanda de trabalho e ações bem diversificada tendo em vista que precisam atender a todas as demandas institucionais, uma vez que a instituição congrega variados níveis de ensino que variam desde a educação de jovens e adultos – EJA, o ensino médio técnico profissional, o ensino profissional propriamente dito, os cursos de nível superior e as pós-graduações em todos os níveis (especializações, mestrados e doutorados). Neste sentido, as ações das bibliotecas dos IFs tendem a se misturar, ora como bibliotecas escolares, na organização de programas e ações que visem o desenvolvimento da leitura nos mais jovens, que em sua grande maioria são fruto de um sistema educacional público que não dispõe de bibliotecas, ora no atendimento às demandas dos cursos de nível superior, dando suporte ao ensino e a pesquisa, além de atender a demanda institucional em relação a avaliação periódica dos cursos superiores da instituição pela CAPES.

Além dessas inúmeras atribuições que as bibliotecas multiníveis assumem, estas ainda precisam estar acessíveis, precisam atender as condições de acesso para as pessoas com deficiência que também se configuram como parte desse público diversificado atendido pela mesma como parte da missão institucional a quem estão vinculadas.

Respaldadas pela legislação as instituições públicas de ensino precisam garantir o acesso pleno das pessoas com deficiência aos mais variados ambientes educacionais para que

sua formação possa ser condizente com o que está configurado nas leis, como exemplo pode-se citar o que afirma o Decreto nº 5.296/2004 que normatiza as Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000, que traz no sua Art. 24 que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditório, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, p. 8, 2004).

Esse preceito legal que garante acessibilidades nos espaços e organismos públicos reforça o que afirma Paz (2020, p. 82), ao enfatizar que:

[...] os IFs e as bibliotecas devem buscar constantemente se enquadrarem nas demandas recentes de seus usuários, contribuindo para um importante serviço, pois, além de estar exercendo seu papel social dentro da sociedade da informação, termina cooperando para a permanência deste público que em alguns momentos optam por se evadirem da escola diante das barreiras ainda existentes.

A biblioteca, como uma organização dinâmica, deve se preocupar com a coletividade e para isso tem que compreender seu real valor institucional para com a comunidade, se destacando como uma organização necessária para a mesma. Neste sentido, a biblioteca deve atender as necessidades informacionais de todos ‘sem distinção’, tendo como base o compromisso social. (Oliveira; Alves; Maia, 2013)

Essa prerrogativa de biblioteca acessível evidencia a necessidade de esta ser inclusiva, promovendo condições para que as pessoas com deficiência possam além de ter acesso ao espaço e aos serviços que são oferecidos, que se sintam parte integrante do processo de difusão da informação.

Para Oliveira, Alves e Maia (2013), o termo biblioteca inclusiva, quando é mencionado, logo vem o entendimento de que ela é um ambiente destinado as pessoas com necessidades educacionais especiais, onde na verdade, deve ser um local acessível para todos, independente de suas limitações, como também um local que deve garantir um espaço livre de barreiras arquitetônicas, principalmente em se tratando de uma instituição como os IFs que tem uma variabilidade de público, atendendo inclusive idosos e/ou pessoas que passaram muito tempo fora da escola, além de atender as pessoas que são inseridas nos programas de qualificação tais como desenvolvidos na instituição como: Programa de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego - PRONATEC, Mulheres Mil, ProEJA, etc.

Sendo a biblioteca uma organização dinâmica, que tem como principal missão atender as necessidades de informação da coletividade, reforça o papel social dessa instituição na sociedade. Nesse sentido, Sanches Neto (2011, p.4) enfatiza que “[...] A biblioteca deve atuar ao lado da população, não excluindo nenhuma de suas camadas, nem priorizar os ricos, nem os

pobres, nem doutores, nem analfabetos, nem videntes, nem cegos e etc.”

As bibliotecas como organizações sociais, “[...] devem enxergar-se muito além de prateleiras e livros, isto é, deve identificar sua função social para com a sociedade, e agir como uma organização transformadora, agindo assim, a biblioteca estará realizando seu papel democrático/social, e estará preparada para ajudar qualquer cidadão.” (Oliveira; Alves; Maia, 2013).

As bibliotecas como unidades transformadoras e mediadoras da informação não podem ficar fora das discussões relacionadas à acessibilidade em todas suas particularidades, principalmente em se tratando do acesso às suas bases informacionais para pessoas com deficiência no momento em que esta é solicitada, contribuindo significativamente disseminando a informação e tornando seus usuários capazes de ampliar e desenvolver novos conhecimentos.

Para Barbosa e Moreira (2019), no contexto acadêmico, a biblioteca multinível torna-se um espaço pedagógico capaz de apresentar inúmeras possibilidades aos usuários com deficiência, que vão desde as tecnologias, hoje existentes, até sua maneira de disponibilizar os recursos informacionais. Em virtude da multiplicidade de serviços, da diversidade de público e da dinâmica do acesso à informação é que se pode afirmar que as Bibliotecas Multiníveis têm um papel fundamental no processo de inclusão, não só inclusão acadêmica, mas política e social.

6.1 A acessibilidade no acesso à informação

O avanço vertiginoso da produção de conhecimento é um fenômeno estruturante da área da Ciência da Informação. Esta se assegura no preceito de que é preciso promover acesso à gama de conhecimentos que são produzidos diariamente de maneira efetiva a todos sem distinção.

Neste sentido, podemos evidenciar Le Coadic (2004, p.27) ao afirmar que “[...] a informação é o sangue da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e o conhecimento não existiria [...] a informação só interessa se circula, e, sobretudo, se circula livremente.” Neste sentido a busca pelo conhecimento deve começar pelo acesso ao já existente, aos princípios que já estão estabelecidos e fundamentados, ou seja, a produção de conhecimento tem início com a busca de informações sobre aquilo que já foi produzido anteriormente. (Le Coadic, 2004)

A ciência da informação ao longo dos tempos assumiu uma série de definições e conceitos que a evidenciam como de suma importância na sociedade do conhecimento. Desde

os primórdios da humanidade vêm se produzindo conhecimento e se tentando criar mecanismos que favoreçam o acesso a tudo que está disponível para uso a quem interessar.

Nesta perspectiva pode-se ainda mencionar Le Coadic (2004, p. 21-22) ao afirmar que:

A ciência da informação, com a preocupação de esclarecer um problema social e concreto, o da informação, voltada para o ser social que procura informação, coloca-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso a uma compreensão do meio social e do cultural. [...] a ciência da informação torna-se então uma ciência social rigorosa, sob o efeito tanto de uma demanda social crescente, quanto de novos objetivos sociais e importantes avanços econômicos.

Para Seracevic (1996, p. 47), “[...] a Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação.”

O desenvolvimento tecnológico a partir da criação das TICs evidenciou ainda mais as possibilidades da ciência da informação como área interdisciplinar a assegurar-se como de suma importância no contexto da sociedade da informação, classificada como espaço de universalidade de conhecimentos e acesso à conteúdos de informação dos estoques documentais para o maior número de usuário possíveis. (Borko, 1968)

A importância do acesso irrestrito à informação, no contexto da sociedade da informação, é algo intrínseco no processo de desenvolvimento social e harmônico das unidades de informação, profissionais e usuários exploram de forma efetiva todos os canais e meios que estes espaços ofertam. Nessa perspectiva, evidencia-se as necessidades informacionais dos usuários que possuem algum tipo de deficiência ou limitação de qualquer ordem (motora, etária, visual, auditiva, cognitiva, dentre outras), dentro dos ambientes das unidades de informação das instituições de ensino como usuários reais do processo cíclico de acesso, uso e produção de novos conhecimentos no meio acadêmico, pois o acesso e a participação de pessoas com deficiência nas instituições de ensino é uma realidade, mesmo recente, mas evidente, que ainda encontram inúmeras barreiras que nelas incidem desde os primeiros anos de sua escolarização.

A acessibilidade pretendida pela Ciência da Informação no contexto das unidades de informação e seus profissionais nem sempre é atingida na sua plenitude, pois se evidenciarmos as leis de Ranganathan (os livros são para serem usados; a cada leitor seu livro; para cada livro seu leitor; poupe o tempo do leitor; a biblioteca é uma organização em crescimento) ainda não conseguimos avançar de forma efetiva no que rege estes preceitos básicos da biblioteconomia, principalmente no quesito acessibilidade, de forma mais evidente,

nas unidades públicas de informação, que dependem de recursos do poder público, cada vez mais escassos, principalmente pelos cortes e contingenciamentos frequentes na área da educação, ciência e tecnologia, o que implica de forma efetiva no provimento de acesso irrestrito a seus usuários à informação.

Para entendimento, precisamos compreender a acessibilidade como um conceito marcado por múltiplos aspectos e que se apresenta hoje como uma questão de direitos humanos. Neste sentido, destaca-se além da acessibilidade dita formal como princípio básico de inclusão, também é importante considerar a acessibilidade como direito fundamental das pessoas com deficiência, sendo que a mesma está em consonância com os principais aportes legais que corroboram para o processo de inclusão da pessoa com deficiência nas instituições de ensino regular, profissionais e superior.

Ao refletir sobre a acessibilidade nas bibliotecas, deve-se considerar alguns aspectos pertinentes para a concepção de bibliotecas acessíveis e, conseqüentemente, podem contribuir para a diminuição da exclusão e desigualdades sociais nesses espaços. Neste sentido, algumas questões podem se caracterizar como barreiras, que compreendem questões arquitetônicas e também relativas ao mobiliário, aos equipamentos e aos materiais informacionais. A eliminação das barreiras contribui para que o direito do acesso à informação seja assegurado, cabendo garantir desde o acesso ao espaço físico das bibliotecas, como também, a permanência e o acesso aos produtos e serviços às pessoas com deficiência.

Ainda sobre a garantia do acesso à informação, a IFLA - *International Federation of Library Association* elaborou em 2002 o Manifesto Sobre o Livre Acesso à Informação que, dentre seus pressupostos, alerta para a remoção das barreiras ao acesso à informação e evidencia a responsabilidade que as bibliotecas têm na promoção do acesso aos ambientes e aos materiais de maneira irrestrita a todos os seus usuários.

A Lei nº 13.146 de 2015 (Lei Brasileira da Inclusão) classifica como barreiras qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outras. (BRASIL, 2015a).

A referida lei elenca seis barreiras, que são:

- a) **barreiras urbanísticas**: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) **barreiras arquitetônicas**: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) **barreiras nos transportes**: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) **barreiras nas comunicações e na informação**: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento

de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) **barreiras atitudinais**: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) **barreiras tecnológicas**: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015a).

Nessa perspectiva, como forma de garantir a diminuição das barreiras que podem dificultar o acesso à informação, Melo (2006, p. 17), afirma que existem diferentes entendimentos para a expressão acessibilidade, inicialmente, é bastante comum associá-la primeiramente ao compromisso de melhorar a qualidade de vida dos idosos e de pessoas com deficiência, uma vez que essas pessoas, em geral, sofrem impacto direto da existência de barreiras nos vários ambientes, produtos e serviços que utilizam. Entretanto, a acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas. É notório que a acessibilidade se configura de forma mais abrangente, mais complexa, uma vez que envolve também o direito à informação. Neste contexto, o acesso à informação deve ser um direito universal e igualitário.

Torna-se evidente que ter acesso a informações implica até mesmo na qualidade de vida das pessoas, como evidencia Targino (1991) ao afirmar que a difusão da informação é condição fundamentalmente social e implica diretamente no que chamamos de cidadania, que segundo a autora é feita mediante a sensibilização, participação e acesso a informações em qualquer que seja o formato e suporte. Para Paula (2009, p.44), “As barreiras para a circulação da informação devem ser removidas, especialmente aquelas que favorecem a desigualdade, a pobreza e o desespero”.

No que tange o desenvolvimento social pautado pelo acesso à informação, podemos citar o que dizem os autores Souza; Costa; Tabosa e Araripe (2013, p.03) que afirmam:

A informação é fundamental para vencermos as barreiras do preconceito e da discriminação. Ao buscarmos a informação, exercitamos o respeito à diversidade humana. Munidos de informação, descobrimos que a maior barreira em relação às pessoas com deficiência, por exemplo, é a nossa própria atitude.

Neste sentido, evidencia-se que a construção de uma sociedade da informação também acessível perpassa pela inclusão, tanto das pessoas com deficiência, quanto daqueles que por alguma dificuldade seja ela social, educacional ou tecnológica tenha alguma limitação em ter acesso pleno à informação. Esta é uma ferramenta importante para eliminar barreiras e garantir direitos sociais aos antes excluídos, que a partir do acesso à informação e ao conhecimento conseguiram o fortalecimento necessário para iniciar a defesa dos seus direitos.

Em 2015 com a aprovação da Lei nº 13.146 que se estabeleceu como o estatuto da pessoa com deficiência, principalmente por caracterizar diretrizes que favoreçam a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência na sociedade de forma igualitária e justa. Fez-se necessário caracterizar no escopo da referida lei a definição de acessibilidade, como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, **informação** e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (Brasil, 2015, grifo nosso).

Já Sasaki, anteriormente à Lei 13.146/2015, classificou a acessibilidade em seis tipologias, caracterizadas como dimensões que são:

Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo.

Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil), virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar).

Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.).

Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc.).

Acessibilidade atitudinal: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, nas pessoas em geral (Sasaki, 2011, p.1).

Essas definições das dimensões da acessibilidade foi uma maneira de favorecer a diminuição das barreiras de qualquer ordem, que viessem a dificultar que as pessoas com deficiência ou acometidas por alguma condição especial momentânea pudessem ter acesso a espaços edificados, equipamentos, mobiliários, produtos e serviços e à informação.

Neste sentido, cabe destacar que no contexto das bibliotecas faz necessário a integração de todas as dimensões da acessibilidade. Essas acessibilidades, como exprime Faveiro e Costa (2014), são fundamentais para favorecer a inclusão social e cultural dos usuários com deficiência nas bibliotecas.

Nesse contexto de integração das dimensões da acessibilidade, no que se refere aos ambientes informacionais, começou a se caracterizar uma nova dimensão da acessibilidade além das já elencadas por Sasaki (2011), essa nova dimensão que aliou pontos importantes das demais teve como principal objetivo favorecer a diminuição das barreiras quanto ao acesso à informação. Essa nova dimensão foi caracterizada como “acessibilidade informacional” que logo ganhou espaço em inúmeras pesquisas que abordavam o acesso das pessoas com

deficiência aos ambientes informacionais. Para que se possa compreender o alcance da Acessibilidade Informacional é imprescindível que haja a compreensão do que ela realmente é, quais seus objetivos e os elementos que a compõem. (Fernandes, 2018).

Ainda no contexto da acessibilidade informacional faz necessário tomar uma série de ações para que essa acessibilidade cumpra seu objetivo. Inicialmente é preciso que as demais acessibilidades estejam em plena aplicação, o acesso ao espaço deve ser favorecido pela acessibilidade arquitetônica, a sinalização e a comunicação deve ser a mais abrangente possível congregando várias linguagens e símbolos pela acessibilidade comunicacional, deve haver proatividade dos profissionais no atendimento das demandas informacionais dos usuários com deficiência pela acessibilidade atitudinal e metodológica e os profissionais precisam estar capacitados para o atendimento dos vários públicos que demandam informações nas bibliotecas.

Em meio a isso, é preciso que se adote também diretrizes sobre o acervo a ser disponibilizado no ambiente das bibliotecas, que de acordo com a IFLA (2013, p.18), “[...] o desenvolvimento de coleções deve também basear-se no princípio de acesso para todos, e incluir acesso a formatos para grupos específicos, como por exemplo Braille e livros sonoros para pessoas com deficiência visual.”

Para Miranda (2007) na formação de acervos de uma biblioteca o diferencial se dá pela filtragem adequada das informações que garantam a disponibilidade de obras confiáveis nos diversos suportes informacionais. Assim sendo, é imprescindível conhecer as necessidades da comunidade a fim de permitir um planejamento com qualidade e eficácia no desenvolvimento e formação das coleções.

Para Ferrés (2006), uma Biblioteca acessível é um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população.

Quando se caracteriza os estudos sobre acessibilidade em Bibliotecas, evidencia-se que todas as ações além de visar a garantia do acesso ao ambiente, com a adequação dos espaços físicos reduzindo barreiras, favorecendo a sinalização, há também o foco na acessibilidade informacional a partir do incremento de matérias em formatos acessível, uso das tecnologia assistiva e a qualificação dos profissionais que atuam na biblioteca, visando de fato garantir o pleno atendimento das necessidades informacionais dos usuários com deficiência ou alguma limitação momentânea.

Para Santos e Araújo (2015), a dimensão da acessibilidade informacional abrange todas as outras formas de acessibilidade quando se trata de favorecer o acesso à informação em

bibliotecas, ao evidenciarem que acessibilidade informacional é a dimensão que permite circular livremente e ter acesso às fontes e aos materiais de informação de forma confiável e com autonomia, com o uso das tecnologias assistivas auxiliando na construção de recursos informacionais de busca, recuperação e uso da informação sem nenhuma interferência.

Fernandes (2018), caracteriza que a acessibilidade informacional possui característica relativa à diminuição e/ou remoção das barreiras no processo informacional, visando que as pessoas possam alcançar a satisfação de suas necessidades informacionais através de uma experiência positiva e com menor esforço necessário, obtendo resultados eficazes e condizentes com sua condição, seja ela qual for.

É importante sinalizar que a caracterização da biblioteca como ambiente acessível pode ser percebida por meio de alguns indicadores essenciais, que atendidos de maneira satisfatória podem definir se as bibliotecas são ambientes acessíveis, pode-se observar no quadro 1 abaixo algumas dimensões da acessibilidade e alguns indicadores que se atendidos caracterizam o grau de acessibilidade das bibliotecas. Esses indicadores podem ser encontrados nos instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, na NBR 9050/2020, nos manuais e manifestos das IFLA e no manual de adaptações e acessibilidade do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e no manual orientador de bibliotecas acessíveis e inclusivas.

Quadro 6 – indicadores de acessibilidade para bibliotecas acessíveis.

Tipo de dimensão de acessibilidade	Indicadores
Acessibilidade arquitetônica	Condições do entorno da biblioteca (Calçadas, rampas, escadas, acesso do estacionamento), porta de entrada, altura do balcão de atendimento, tipo de piso, largura das portas internas, largura dos corredores, piso tátil, banheiros adaptados, iluminação adequada.
Acessibilidade comunicacional	O ambiente é sinalizado, a sinalização é em múltiplas linguagens (textual, libras, braile e sonora), a biblioteca possui tradutor/interprete de libras
Acessibilidade atitudinal	A equipe da biblioteca atende diretamente os usuários com deficiência ou precisam de ajuda especializada, está preparada para orientar quanto ao uso de recursos tecnológicos pelos usuários com deficiência, possui programas específicos de capacitação de usuários, dentre outros.
Acessibilidade Informacional	Existe no acervo material em formato acessível (Livros em braile, audiolivros, livros ampliados, livros digitais ou digitalizados), existe sistema informatizado de gerenciamento de acervo, o sistema possui ferramentas de acessibilidade (tradução do texto em voz, fonte ampliada, permite busca por comando de voz), existe tecnologia assistiva (Lupas, Leitores de tela, impressora Braile, teclados e mouses adaptados, sintetizadores de voz, fones de ouvidos, soroban dentre outros), Existe laboratório de acessibilidade

Fonte: Adaptado do manual orientação de bibliotecas acessíveis (2024)

Diante do conjunto de diretrizes e aparatos legais, compete às bibliotecas das instituições de ensino analisar as necessidades da comunidade acadêmica e garantir que os produtos e serviços estejam sintonizados e adequados para garantir que seu público alvo tenha acesso igualitário à informação, independente da condição física, social, educacional ou financeira desse usuário.

Essa concepção reforça que a Biblioteconomia e Ciência da Informação como integrante das Ciências Sociais, preocupada com o movimento cotidiano promovido pelas demandas da sociedade por meio das necessidades dos sujeitos, se entenda como responsável pelos debates que envolvam o acesso à informação, ao conhecimento, e aos equipamentos culturais, propiciando o desenvolvimento do espírito crítico de todos os usuários que necessitam da informação independente de qualquer condição que os torne diferentes.

6.2 Tecnologias assistivas na biblioteca

No atual cenário de mudanças ocasionado pela garantia de direitos às pessoas com deficiência e nesse contexto de pleno desenvolvimento e de muitos desafios, as bibliotecas necessitam incorporar os princípios do direito ao acesso à informação a todos, para tanto conhecer os aportes legais, seu público-alvo, sobretudo àqueles que demandam tratamento informacional diferenciado, serviços especializados e espaços adequados para responder as suas especificidades é fundamental. Portanto, uma vez identificadas às necessidades dos usuários que são pessoas com deficiência, as bibliotecas poderão, por exemplo, organizar formas de qualificação de sua equipe, criar programas adaptáveis, produtos e serviços que disponibilizem as informações de forma adequada, oferecer mecanismos das tecnologias de comunicação e informação e prover a usabilidades de tecnologias assistivas para garantir o acesso à informação destes usuários. Estes encaminhamentos são essenciais para minimizar as diferenças e oferecer oportunidades para que todos possam usufruir da informação, contribuindo para o exercício da cidadania. (Stroparo; Moreira, 2016).

No contexto atual das Bibliotecas ligadas às instituições de ensino, as quais permitem o acesso e permanências das pessoas com deficiência como garantia legal, é essencial a disponibilização das Tecnologias Assistivas - TA, uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas funcionais encontrados pelos indivíduos com deficiências. Também entendidas como ferramentas tecnológicas que ajudam as pessoas portadoras de deficiência a minimizar barreiras impeditivas, neste contexto mais específico que favoreçam o acesso à informação.

O conceito de Tecnologia Assistiva está em constante evolução, acompanhando as mudanças das concepções em relação às pessoas com deficiência e suas necessidades, tais conceitos já não apontam somente uma relação direta com os produtos e equipamentos, mas também englobam outras perspectivas que ampliam o conceito também a uma gama de serviços e ecossistemas. No contexto brasileiro, seguindo essa concepção mais abrangente sobre as tecnologias assistivas e ajudas técnicas, o conceito de TA foi elaborado a partir do entendimento e adequação de inúmeros outros conceitos e, a partir dessa concepção o Comitê de Ajudas Técnicas – CAT, formado por um grupo de especialistas caracterizou as Tecnologias Assistivas como:

[...] área do conhecimento com característica interdisciplinar que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social" (Brasil, 2000)

Para Galvão Filho (2013), a tecnologia assistiva é caracterizada como um tipo de mediação instrumental, que favorecem, compensam, potencializam ou auxiliam, as habilidades ou funções pessoais comprometidas pela deficiência, geralmente relacionadas às funções motoras, funções visuais, funções auditivas e/ou funções comunicativas.

De acordo com Melo, Costa e Soares (2006), as TAs procuram aumentar capacidades funcionais das pessoas com deficiência por meio de recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades da vida diária e assim promover a autonomia e a independência de quem as utiliza.

Cabe evidenciar que para a identificação e classificação dos recursos de TA deve ser levado em consideração a sua finalidade. Neste sentido, pode-se evidenciar Rodrigues e Alves (2013) ao caracterizar que as tecnologias assistivas podem ser compreendidas sob a ótica de duas dimensões: como recursos, que são os equipamentos, produtos ou sistemas; e serviços, destinados a auxiliar diretamente às pessoas com deficiência a selecionar, adquirir ou usar os recursos de TA.

A aprovação da Lei nº 13.146/2015 destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania e caracterizada como estatuto da pessoa com deficiência, trouxe grandes avanços à garantia dos direitos sociais das pessoas com deficiência. No seu artigo 3º inciso III expressa o conceito para tecnologia assistiva ou ajuda técnica, caracterizada como:

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade

e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social; (Brasil, 2015).

Essa caracterização da TA na Lei Brasileira de Inclusão - LBI 2015, apesar de não evidenciar a mesma como área do conhecimento interdisciplinar, mas continua a reforçar que a TA não se resume apenas a recursos e equipamentos, mas também, congregam serviços e estratégias práticas para prover a melhoria das condições de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nos ambientes.

Recentemente foi promulgado o Decreto nº 10.645/2021 para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva, que regulamenta o artigo 75 da Lei nº 13.146/2015 o qual evidencia que:

[...] o poder público desenvolverá plano específico de medidas, a ser renovado em cada período de 4 (quatro) anos, com a finalidade de:

I - facilitar o acesso a crédito especializado, inclusive com oferta de linhas de crédito subsidiadas, específicas para aquisição de tecnologia assistiva;

II - agilizar, simplificar e priorizar procedimentos de importação de tecnologia assistiva, especialmente as questões atinentes a procedimentos alfandegários e sanitários;

III - criar mecanismos de fomento à pesquisa e à produção nacional de tecnologia assistiva, inclusive por meio de concessão de linhas de crédito subsidiado e de parcerias com institutos de pesquisa oficiais;

IV - eliminar ou reduzir a tributação da cadeia produtiva e de importação de tecnologia assistiva;

V - facilitar e agilizar o processo de inclusão de novos recursos de tecnologia assistiva no rol de produtos distribuídos no âmbito do SUS e por outros órgãos governamentais e por outros órgãos e entidades da administração pública.

A finalidade do plano nacional de tecnologia assistiva é prover que as pessoas com deficiência possam dispor de recursos e serviços de tecnologia assistiva que favoreçam o exercício da cidadania e garantam a plena inclusão social, principalmente por meio do fomento do poder público de iniciativas facilitadoras de desenvolvimento, produção e aquisição dos recursos de TA.

A disponibilidade das tecnologias para favorecer o acesso à informação é uma realidade evidente no âmbito as bibliotecas, uma vez que são muito comuns a utilização de equipamentos tecnológicos para a mediação e acesso à informação, como computadores e dispositivos moveis que conectados à internet favorecem o acesso dos usuários à informação. As chamadas TICs no contexto das unidades de informação, têm uma função primordial na facilitação do acesso às informações, principalmente as disponíveis em ambientes virtuais e digitais. Bases e bancos de dados, catálogos de publicações online, as bibliotecas virtuais e as informações do acervo da biblioteca atualmente podem ser acessadas por meio de dispositivos de comunicação conectados à internet dentro ou fora do ambiente das bibliotecas.

Neste sentido, Rodrigues e Alves (2013, p. 176) enfatizam que:

O acelerado avanço das TIC no mundo contemporâneo pode ser notado facilmente em vários espaços e em diferentes práticas sociais. Os recentes dispositivos digitais e a Internet têm aberto novas possibilidades comunicativas, cognitivas, sociais e culturais. Portanto, é importante que haja, necessariamente, uma relação bem próxima entre as TIC e a TA, de modo a garantir a equiparação de oportunidades para as pessoas com deficiência ou idosas.

É importante compreender que as tecnologias assistivas não são necessariamente equipamentos tecnológicos ou sistemas computacionais ou digitais. As tecnologias assistivas são recursos que visam a favorecer a melhoria de condições de acesso aos ambientes, produtos, serviços e à mobilidade das pessoas com deficiência, portanto as TIC podem ser utilizadas como recursos de TA e em outros casos, para que pessoas com deficiência possam usar as TIC, estas precisam de recursos de TA como: acionadores, teclados adaptados, softwares especiais ou até mesmo adaptações simples e artesanais. (Rodrigues; Alves, 2013)

Para Manzini (2005, p.82):

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo um veículo adaptado para uma pessoa com deficiência física.

Neste sentido, foram definidas algumas categorias para facilitar a organização e identificação das tecnologias assistivas que de acordo com Bersch (2017) enquadram-se nas seguintes categorias:

- Auxílio para a vida diária – Materiais e produtos para auxílio em tarefas cotidianas (comer, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais, escrever, ler, manter a casa etc).
- CSA - Comunicação Suplementar e Alternativa – Produtos, eletrônicos ou não, que permitem a comunicação expressiva e receptiva das pessoas sem a fala oralizada ou com limitações da mesma. São utilizadas as pranchas de comunicação (por exemplo: Símbolos de Comunicação Pictórica – PCS, sistema Bliss, Arasaac), vocalizadores e softwares.
- Recursos de acessibilidade ao computador – Equipamentos de entrada e saída (síntese de voz, Braille), auxílios alternativos de acesso (ponteiras de cabeça, luz), teclados modificados ou alternativos, acionadores, softwares especiais (reconhecimento de voz) etc.
- Sistemas de controle de ambiente – Sistemas eletrônicos que auxiliam as pessoas com limitações motoras a controlar remotamente aparelhos eletroeletrônicos e sistemas de segurança, entre outros, localizados em diferentes ambientes.
- Projetos arquitetônicos acessíveis – Adequações estruturais e reformas em casas, ambientes públicos e de trabalho, com o uso de rampas, elevadores, acessibilidade em banheiros etc.
- Órteses e próteses – Troca ou ajuste de partes do corpo, segmentos ausentes ou com funcionalidade comprometida, por membros artificiais ou outros recursos ortopédicos (talas, apoios etc.).
- Adequações postural/funcional – Adaptações para cadeira de rodas ou outro sistema de sentar, visando ao conforto e à distribuição adequada da pressão na superfície da pele (almofadas especiais, assentos e encostos anatômicos), bem como posicionadores e contentores, que propiciam maior estabilidade e postura adequada do corpo por meio de suporte e posicionamento de tronco, cabeça e membros.

- Auxílio de mobilidade – Cadeiras de rodas manuais ou motorizadas, bases móveis, andadores, scooters de 3 rodas e qualquer outro veículo utilizado na mobilidade.
- Auxílios para pessoas cegas ou com visão subnormal – Auxílios para grupos específicos que inclui lupas e lentes, Braille, equipamentos com síntese de voz, grandes telas de impressão, sistema de TV com aumento para leitura.
- Auxílios para pessoas surdas ou com deficiência auditiva – Auxílios que incluem o uso de Libras de forma presencial, gravada ou por meio de interfaces (avatar, app) vários equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, telefones com teclado — teletipo (TTY), sistemas com alerta tátil-visual, entre outros.
- Adaptações em veículos – Acessórios e adaptações que possibilitam que a pessoa com deficiência conduza e/ou use o veículo, elevadores para cadeiras de rodas no transporte público, camionetes adaptadas e outros veículos automotores usados no transporte.

De acordo com Galvão Filho (2009), os recursos de tecnologia assistiva podem variar de um simples artefato ou equipamento, a um complexo sistema computadorizado. Já os serviços de TA incluem aqueles prestados profissionalmente à pessoa com deficiência visando selecionar, obter ou usar um instrumento de tecnologia assistiva.

Os serviços de Tecnologia Assistiva são normalmente transdisciplinares envolvendo profissionais de diversas áreas, tais como: Fisioterapia, Terapia ocupacional, Fonoaudiologia, Educação, Psicologia, Enfermagem, Medicina, Engenharia, Arquitetura, Design, Técnicos e profissionais de muitas outras especialidades. (Sartoretto; Bersch, 2024).

Portanto, diante do exposto, é imprescindível pensar em Bibliotecas que atendam a contento todos os seus usuários o que inclui as pessoas com deficiência, considerando suas necessidades especiais. Para esse pronto atendimento, a biblioteca precisa dispor de ferramentas que possam garantir o acesso ao material informacional e aos equipamentos e serviços que a biblioteca dispõe, de forma a facilitar que pessoas com deficiência possam ter acesso às informações de que necessitam, com o mínimo de esforço possível, devido as suas limitações.

A disponibilidade das tecnologias assistivas, por meio dos seus produtos e serviços nas bibliotecas é uma maneira de viabilizar a acessibilidade informacional dos usuários com deficiência, principalmente os usuários com deficiência visual, o que não restringe o uso das tecnologias assistivas para pessoas com outros tipos de deficiência.

Neste sentido é imprescindível que os bibliotecários possuam um conhecimento básico e adequado sobre o que são tecnologias assistivas e quais as que podem contribuir de forma significativa para favorecer o processo de acesso, uso e disseminação da informação nos ambientes das bibliotecas.

Diante de uma gama de artefatos, dispositivos, equipamentos e programas que se configuram como tecnologia assistiva, faz-se necessário caracterizar algumas que podem ser utilizados nas bibliotecas e sua funcionalidade para favorecer o pleno acesso dos usuários com

deficiência à informação.

Atualmente as bibliotecas dispõem de informações nos mais variados suportes, tanto em meio físico como digital, só que o acesso a esses meios nos quais as informações estão contidas nem sempre podem ser utilizadas facilmente por usuários com deficiência, neste ponto específico destacam-se os usuários com deficiência visual que necessitam de materiais em formato acessível e/ou equipamentos que favoreçam o acesso ao material informacional: Livros em Brille, audiolivros, livros ampliados, lupas convencionais ou eletrônicas, leitores e ampliadores de tela, linha Brille, impressoras Brille, etc, são alguns exemplos de materiais e instrumentos que podem favorecer o acesso à informação das pessoas com deficiência visual em bibliotecas.

Ainda no contexto das bibliotecas, o atendimento das pessoas com deficiência física ou com dificuldades de mobilidade também se caracteriza com um desafio, uma vez que o acesso ao espaço da biblioteca por essas pessoas em muitos casos ainda se configura como um problema, e além das adequações espaciais que eliminem ou diminuam as barreiras, as tecnologias assistivas para esse público específico podem também fazer grande diferença no acesso à informação.

Outro grande desafio é o atendimento aos usuários surdos ou com deficiência auditiva, uma vez que existe algumas barreiras quanto a comunicação com estes usuários. É primordial enfatizar a diferença linguística que caracteriza o Surdo como membro de uma comunidade e detentor de uma cultura e de uma identidade própria. Essa cultura apresenta características que são específicas, sendo ela visual e que se traduz de forma visual, recebida pelos olhos e produzidas pelas mãos. (Quadros, 2004)

Outro ponto específico são os recursos de TA para surdos, que podem ser disponibilizadas em bibliotecas, itens como dicionários bilíngues (Português/Libras – Libras/Português) ou ilustrados; sistemas de escrita da Libras como o SignWriting; editores como *Signed* e o *Signsim*, que fazem a tradução da Libras para a língua Portuguesa; o sistema Falibras, “[...] que capta a fala no microfone e o computador interpreta em Libras, na forma gestual, animada”. (Ferreira; Chagas, 2016, p.92).

Há também as tecnologias específicas, como: o software Vlibras (que possui ferramentas para a tradução de conteúdos de sites, áudio e textos para a Libras); a Wikilibras (sistema de correção e inclusão de novos sinais); o Hand Talk (aplicativo que transforma imagens e textos em Libras). (Dias; Bom, 2019).

Com recursos diversificados, é cada vez mais comum encontrar tais tecnologias no ambiente informacional, porém, para que a inclusão de pessoas com deficiência de fato aconteça

nesse ambiente, é preciso que o bibliotecário esteja capacitado para utilizá-la e que serviços especializados sejam elaborados e disponibilizados para tais usuários. A prática bibliotecária tem sido favorecida pela área da TA e desafiada também, pois evidencia que apenas a presença delas não garante a inclusão. São os serviços e materiais especializados que atraem e podem proporcionar ao usuário com deficiência o sentimento de pertencimento ao ambiente.

6.3 Filosofia do Desenho Universal na biblioteca

A melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade aos espaços e ambientes das instituições públicas e privadas, logradouros e vias públicas e transportes foram objeto de profundas discussões, principalmente em relação ao uso equitativo desses espaços por pessoas com deficiência. O princípio do direito de “ir e vir” das pessoas, se constitui como fundamental para o exercício da cidadania e no contexto das diferenças, esse princípio deve contemplar todas as pessoas independente da sua condição física ou habilidade.

Durante muito tempo, os ambientes, materiais, equipamentos, utensílios e meios de transporte foram projetados pensando, exclusivamente, nas pessoas que dispõem de todas habilidades motoras e visuais ditas normais, excluindo aquelas que não se enquadram nesse padrão de normalidade. Escadas sem corrimão na entrada das edificações, ausência de rampas de acesso, calçadas desniveladas e acima do nível da via, portas estreitas, batentes na entrada dos ambientes etc., são alguns exemplos de como os ambientes eram e ainda são projetados sem levar a em conta a diversidade das pessoas.

Neste sentido, pode-se evidenciar o desenvolvimento do conceito de Desenho Universal, caracterizado por propor uma arquitetura e um design mais centrado no ser humano e na sua diversidade. Estabelece critérios para que edificações, ambientes internos, urbanos e produtos atendam a um maior número de usuários, independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, favorecendo a biodiversidade humana e proporcionando uma melhor ergonomia para todos.

O conceito de Desenho Universal surge por meio de arquitetos da Universidade da Carolina do Norte nos EUA com “[...] o objetivo de definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos, na sua máxima extensão possível, sem necessidade de adaptação ou projeto especializado para pessoas com deficiência”. (Carletto; Cambiaghi, 2016, p. 10).

A ideia do Desenho Universal, era criar produtos e ambientes acessíveis a todos os tipos de pessoas, independentemente de suas características pessoais, idade ou habilidades desenvolvendo a ideia de que qualquer ambiente ou produto poderá ser alcançado, manipulado

e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade. (Carletto; Cambiaghi, 2016).

O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas e visa, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiência, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos. (Carletto; Cambiaghi, 2016).

Apesar de a ideia do Desenho Universal ter sido efetivada na década de 1980, chancelado pelo arquiteto americano Ron Mace, que utilizava cadeira de rodas e um respirador, a ideia de mudar o velho o conceito de projetos que eram produzidos para o dito “homem padrão”, que nem sempre é o “homem real”, emergiu em 1961, quando países como Japão, EUA e nações europeias, se reuniram na Suécia para discutir como reestruturar e recriar o velho conceito de ambientes e produtos que nem todo mundo poderia utilizar de forma satisfatória. Essa iniciativa foi berço para que, em 1963, em Washington, nascesse a *Barrier Free Design* (design sem barreiras), uma comissão com o objetivo de discutir desenhos de equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequados à utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Carletto; Cambiaghi, 2016).

Cabe evidenciar que o conceito de Desenho Universal não se aplica somente à arquitetura, mas também como o design de produtos. O Desenho Universal atende às pessoas considerando suas características pessoais, idade e habilidades individuais. (Martinho, 2022)

A estruturação da concepção de ambientes que podem ser utilizados por todas as pessoas independente da sua condição física ou habilidades, expressa a ideia da acessibilidade como um dos aspectos que contribui para a inclusão, é também uma das formas de melhorar a vida das pessoas. Sem acessibilidade há o fomento da exclusão e, conseqüentemente, há espaço para a deficiência. (Mirandola, 2021)

O conceito de acessibilidade foi, aos poucos, ampliado para além da dimensão arquitetônica, pois a partir de 1990, uma nova compreensão relaciona-se ao surgimento do conceito de Desenho Universal, onde a acessibilidade é pensada para atender a todos, sem discriminação ou diferenciação no acesso, no uso dos espaços e serviços e nas relações sociais. (Sasaki, 2013; Mirandola, 2021).

No Brasil, as discussões sobre as concepções do Desenho Universal se deram também na da década de 1980, apoiadas nos ideais desse movimento que visava a universalidade de uso dos ambientes, dos produtos e serviços, e também favorecida pela efervescência das discussões em torno dos direitos das pessoas com deficiência pelo mundo.

Visando favorecer essa mudança de paradigma na garantia do direito de “ir e vir” das pessoas com deficiência e garantir acesso aos ambientes, produtos e serviços, em 1985, foi criada a primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade intitulada NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. A referida norma passou por algumas atualizações, a primeira foi em 1994, a segunda em 2004, a terceira em 2015 e a mais recente em 2020 a qual encontra-se em vigor.

A NBR 9050/2020 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Tem como principal objetivo proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção. (ASSOCIAÇÃO..., 2020).

A concepção do desenho universal, passou a figurar de maneira efetiva na caracterização das condições recomendadas para o provimento da acessibilidade propostas pela NBR 9050/2020, bem como na Lei nº 13.146 de 2015 a chamada Lei Brasileira da Inclusão ou estatuto da pessoa com deficiência. Essa definição foi de suma importância para o provimento de edificações, transportes e equipamentos urbanos e rurais de forma a garantir o acesso de qualquer pessoa, independente da sua condição física e habilidade.

Neste sentido, vale destacar os ambientes das bibliotecas, como espaços edificados que precisam estar de acordo com os princípios do desenho universal, expresso na NBR 9050/2020 e dispostos a seguir:

- 1) **uso equitativo:** é a característica do ambiente ou elemento espacial que faz com que ele possa ser usado por diversas pessoas, independentemente de idade ou habilidade. Para ter o uso equitativo deve-se: propiciar o mesmo significado de uso para todos; eliminar uma possível segregação e estigmatização; promover o uso com privacidade, segurança e conforto, sem deixar de ser um ambiente atraente ao usuário;
- 2) **uso flexível:** é a característica que faz com que o ambiente ou elemento espacial atenda a uma grande parte das preferências e habilidades das pessoas. Para tal, devem-se oferecer diferentes maneiras de uso, possibilitar o uso para destros e canhotos, facilitar a precisão e destreza do usuário e possibilitar o uso de pessoas com diferentes tempos de reação a estímulos;
- 3) **uso simples e intuitivo:** é a característica do ambiente ou elemento espacial que possibilita que seu uso seja de fácil compreensão, dispensando, para tal, experiência, conhecimento, habilidades linguísticas ou grande nível de concentração por parte das pessoas;
- 4) **informação de fácil percepção:** essa característica do ambiente ou elemento espacial faz com que seja redundante e legível quanto a apresentações de informações vitais. Essas informações devem se apresentar em diferentes modos (visuais, verbais, táteis), fazendo com que a legibilidade da informação seja maximizada, sendo percebida por pessoas com diferentes habilidades (cegos, surdos, analfabetos, entre outros);
- 5) **tolerância ao erro:** é uma característica que possibilita que se minimizem os riscos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais na utilização do ambiente ou elemento espacial. Para tal, devem-se agrupar os elementos que

apresentam risco, isolando-os ou eliminando-os, empregar avisos de risco ou erro, fornecer opções de minimizar as falhas e evitar ações inconscientes em tarefas que requeiram vigilância;

6) **baixo esforço físico**: nesse princípio, o ambiente ou elemento espacial deve oferecer condições de ser usado de maneira eficiente e confortável, com o mínimo de fadiga muscular do usuário. Para alcançar esse princípio deve-se: possibilitar que os usuários mantenham o corpo em posição neutra, usar força de operação razoável, minimizar ações repetidas e minimizar a sustentação do esforço físico;

7) **dimensão e espaço para aproximação e uso**: essa característica diz que o ambiente ou elemento espacial deve ter dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho de corpo, postura e mobilidade do usuário. Desta forma, deve-se: implantar sinalização em elementos importantes e tornar confortavelmente alcançáveis todos os componentes para usuários sentados ou em pé, acomodar variações de mãos e empunhadura e, por último, implantar espaços adequados para uso de tecnologias assistivas ou assistentes pessoais. (NBR 9050, 2020)

Uma biblioteca pode ser caracterizada como verdadeiramente acessível se for construída em todos os seus aspectos sob os moldes do Desenho Universal, pois esta biblioteca irá incluir a maior gama de usuários possível, levando em conta suas diferenças antropométricas e sensoriais. Uma biblioteca acessível não é aquela projetada para atender somente os usuários com deficiência, mas é aquela projetada para atender a todos, independentes da sua condição física, sensorial e habilidades.

É comum que os ambientes ocupados pelas bibliotecas, em muitos casos, não foram projetados inicialmente para abrigá-la, por conta disso, a organização do espaço não seguiu aos princípios do desenho universal, esta situação é evidente principalmente nas instituições com mais de 10 anos de funcionamento. Neste sentido, segundo Paula e Carvalho (2009), cabe diferenciar espaço acessível do espaço adaptado, pois o espaço acessível é aquele que desde seu projeto foi pensado para ser alcançado, acionado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com alguma limitação física ou sensorial, já o espaço adaptado é aquele cujas características iniciais foram alteradas posteriormente a fim de tornarem-se acessíveis.

Essa ideia de acessível e adaptado, assim como adaptável e adequado estão expressos na NBR 9050/2020 e não se caracterizam apenas relacionados aos ambientes físicos e edificações. Segundo a NBR 9050/2020 caracteriza-se como:

Acessível: espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.

Adaptável: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível;

Adaptado: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.

Adequado: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis. (ASSOCIAÇÃO... 2020, p. 3)

É importante destacar que além do espaço acessível, adaptado e adequado das

bibliotecas, também é importante caracterizar a disponibilidade da informação em formato acessível em suportes multivariados como parte integrante do desenho universal. O acervo das bibliotecas deve contemplar toda a gama de materiais e formatos que atendam a necessidade dos usuários e oferecer serviços com base na igualdade de acesso a todos, sem distinção. (Bernardino; Suaiden, 2011).

Souza e Targino (2016, p. 18) evidenciam que “o princípio da informação para todos põe por terra qualquer tipo de discriminação, e, sobretudo, favorece recursos educacionais aos excluídos socialmente, o que só é possível por meio da disseminação do conhecimento e da democratização do acervo.”

O acesso à informação acaba por fortalecer a luta contra o preconceito e discriminação, onde evidencia a diversidade humana e favorece mudanças de atitudes que ajudam a quebrar modelos arcaicos, em que pessoas com deficiência eram tidas como totais incapazes.

A busca constante pela melhoria no acesso à informação é fundamental para que as barreiras impostas pela sociedade às pessoas com deficiência sejam retiradas. Neste sentido, a acessibilidade informacional é a dimensão que determina a eliminação de barreiras para auxiliar no alcance às fontes e materiais de informação para que todas as pessoas de forma segura e autônoma possam, por meio da construção de ambientes propícios para busca, recuperação e utilização da informação, de fato exercer a cidadania ao direito de ter acesso à informação. (Santos, 2015).

A correta organização do espaço, o uso da tecnologia assistiva, a acessibilidade física, urbana, arquitetônica e informacional, bem como a capacitação dos funcionários representa um dos pilares centrais no planejamento de uma biblioteca acessível e o conceito de Design Universal é determinante para a concepção deste espaço.

7 O BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE SOCIAL DE INCLUSÃO

Já vimos que as bibliotecas são organismos sociais que devem favorecer o atendimento às necessidades informacionais das pessoas, bem como constituir-se como um ambiente acessível e inclusivo que permita a convivência mútua entre todos, independentemente de qualquer condição, social, educacional, cultural, étnica ou física.

Como parte importante no contexto da inclusão e da garantia da acessibilidade informacional nas bibliotecas, destaca-se o bibliotecário, o componente humano, o elo entre o usuário e a busca da informação, este também se configura como o maior responsável por conduzir todos os processos que garantam um ambiente acessível e inclusivo.

Compreendendo que a informação é uma importante aliada na luta contra o preconceito e discriminação, pois como já mencionado, com o domínio da informação os sujeitos antes excluídos, munidos do conhecimento sobre seu papel social, podem conduzir mudanças capazes de destruir os velhos modelos de discriminação e exclusão que qualificavam as pessoas com deficiência como incapazes.

A partir do conceito de mediação da informação, explicitado por Almeida Júnior (2015, p.25), como:

Toda ação de interferência, realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação da informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Neste contexto que se evidencia a responsabilidade social do bibliotecário como mediador da informação na inclusão de pessoas com deficiência, com o emprego de toda ação de interferência em prol da satisfação das necessidades informacionais dos seus usuários.

Como evidenciado por Freire (2001 apud ALVES, VIGENTIN, 2013), o papel do profissional da informação, perante comunidades que experimentam diversas formas de exclusão, é disseminar a informação e delinear um caminho para a inclusão social, evidenciando uma das tarefas dos profissionais da informação que além de organizar a informação documental, faz-se necessário conhecer os sujeitos que demandam por informações e conhecimento.

O código de ética dos bibliotecários e outros profissionais da informação, elaborado pela IFLA, reforça a importância de que estes profissionais atuem de forma a gerir as bibliotecas para que elas atendam à diversidade, com o objetivo de assegurar o acesso à informação para todos no sentido de seu desenvolvimento pessoal e educacional, enriquecimento cultural, lazer,

atividade econômica, participação informada e reforço da democracia. (IFLA, 2012)

Neste sentido, o bibliotecário e outros profissionais da informação, para promover a inclusão e erradicar a discriminação, deve ser garantido o direito de acesso à informação, assim como serviços equitativos a todos, independente da “[...] idade, nacionalidade, crença política, condição física ou mental, gênero, descendência, educação, renda, condição migratória ou de asilo, situação matrimonial, origem, raça, religião e orientação sexual” (IFLA, 2012, p. 3).

Como parte integrante da biblioteca inclusiva, o profissional bibliotecário é o responsável pelo sucesso ou fracasso da garantia da acessibilidade no seu ambiente, pois é ele que tem a missão de garantir que os usuários tenham a garantia de acesso às informações sem barreiras de qualquer natureza. O bibliotecário deve fornecer elementos e base para que os seus usuários possam ter acesso à informação, pois ele é o elo entre o usuário e sua busca da informação, e sua missão como mediador da informação torna-se ainda mais importante quando se trata de usuários com deficiência.

Neste sentido, de acordo com Mirandola (2018) “[...] o bibliotecário precisa ter ciência de quem é o seu público, é importante ter esse conhecimento para saber quais formas de levar a informação a todos que a procuram e se seu usuário está conseguindo obtê-la.”

Conhecer seu público é de suma importância para oferecimento de serviços efetivos para garantir o atendimento das necessidades informacionais dos seus usuários, sendo que neste contexto, quando estes usuários são pessoas com deficiência, torna-se fundamental que o profissional saiba o quantitativo de usuários com deficiência, quais são as deficiências, o perfil econômico, o grau de escolaridade, as preferências e as áreas de interesse de leitura, com vistas a melhor oferta de produtos e serviços informacionais. A falta desse conhecimento impede que se pense e se desenvolvam práticas que auxiliem o uso das bibliotecas pelas pessoas com deficiência. (Souza, 2013).

À medida que as bibliotecas se tornam mais acessíveis, a preocupação dos bibliotecários, não pode apenas focar na organização da coleção, nesse novo paradigma essa preocupação precisa incluir uma função educativa aliada à inclusão, pois não basta apenas disponibilidade do material e permissão para usá-lo se os usuários com deficiência encontram barreiras de outra ordem.

O bibliotecário desempenha uma função social que corresponde à prestação de serviços informacionais para a sociedade, visando conhecê-la, auxiliá-la em buscas e transformá-la por meio da disseminação do conhecimento e, no tocante à inclusão dos usuários com deficiência, sua atuação torna-se de suma importância para favorecer a inclusão desses

usuários na biblioteca, além de oferecer garantias para que estes usuários possam ter suas necessidades informacionais atendidas, o bibliotecário deve se preocupar em prover um ambiente acessível, que favoreça o acesso de todos independente da sua condição física ou social.

Portanto, o bibliotecário precisa estar preparado para enfrentar esses novos e os antigos desafios que sempre figuram nas bibliotecas, um deles é a acessibilidade, seja ela física, informacional ou atitudinal, o profissional bibliotecário precisa estar capacitado para lidar com todas as situações que circundam o ambiente da biblioteca, esta preparação deve ser oriunda de uma formação mais humanizada e menos tecnicista, como se vem observando nos cursos de biblioteconomia que recentemente vem promovendo mudanças significativas em seus currículos, no que se refere a formação cidadã dos profissionais. (Martins, 2001).

Ressalta-se também, a importância da formação continuada desse profissional como forma de melhorar sua atuação junto ao desenvolvimento de suas ações, principalmente quando estas estão relacionadas ao atendimento dos usuários com deficiência que são usuários reais da biblioteca. (Costa; Duarte, 2017)

Neste sentido, Borges (2004) enfatiza que devido as pressões e modificações pelas quais passam a sociedade, principalmente pelas garantias de direitos a grupos antes excluídos, o profissional bibliotecário precisa ter uma formação adequada, que contemple tanto as habilidades profissionais exigidas pela profissão, como o redirecionamento da conduta do profissional, perante os desafios do momento. Para Milanesi (2002), o novo paradigma social exige que a formação do bibliotecário englobe “[...] a necessidade de formar profissionais que sejam necessários à sociedade e preparados para atuar em áreas distintas face a diversidade de públicos e quadros sociais”.

O acesso de pessoas com deficiência às instituições de ensino técnico e superior é cada vez mais frequente, mesmo pequena em números absolutos, mas afetiva, tendo em vista a garantia dos direitos de acesso à educação por meio da lei de cotas que reservam vagas específicas para ingresso desses alunos. Neste sentido, o bibliotecário depara-se com essa realidade e precisam lidar com ela, na maioria dos casos, sem ter a formação acadêmica condizente com essa nova realidade. (Silva; Costa; Crivellari, 2014).

Na concepção de Martins e Martins (2012, p, 7), “[...] tal situação leva-nos a questionar se os currículos dos bibliotecários [...] deveriam ser ajustados, no sentido de já possuírem alguma formação adequada às áreas de necessidades especiais.” A discussão sobre a formação acadêmica dos bibliotecários devem ser realizadas ao mesmo tempo que ocorrem as mudanças estruturantes na sociedade e que impactam diretamente seu trabalho, como no caso

específico da inclusão de disciplinas sobre tecnologias devido ao avanço tecnológico dos últimos anos e tendo em vista as crescentes discussões sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, essa também deveria ser um área a ser explorada de maneira mais significativa na formação básica dos profissionais da informação. (Silva; Costa; Crivellari, 2014).

A inserção de disciplinas nos currículos de biblioteconomia, que iniciam o processo de preparação dos bibliotecários para atuar no atendimento das pessoas com necessidades educativas especiais, principalmente pessoas surdas, vem ocorrendo de forma significativa principalmente após a aprovação do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Apesar dessa inserção da disciplina Libras nos currículos de biblioteconomia, esta, em muitos casos, ainda não se constitui como disciplina obrigatória, figurando na maioria dos currículos como disciplina optativa sob a responsabilidade dos departamentos de letras e/ou educação das respectivas universidades, mas entende-se que estas ações pontuais já se configuram como de grande relevância para a área biblioteconomia. (Costa; Valério, 2023).

Imbuídos por essa formação multifacetada a que dispõem os bibliotecários e no contexto das grandes bibliotecas, como a biblioteca universitária e a biblioteca pública, os bibliotecários assumem determinadas atividades, tornando-se bibliotecários de catalogação, de referência, coordenadores de serviços específicos (portal de periódicos, bibliotecas virtuais, repositórios digitais, dirigentes de programas e projetos culturais, etc), no caso em específico dos bibliotecários de referência, como o profissional que lida diretamente com os usuários e com suas necessidades, cabe ressaltar que estes precisam de uma qualificação mais específica, principalmente quando se trata do atendimento aos usuários com deficiência, pois precisam ter condições de locomoção, ter recursos humanos capacitados e preparados para recebê-los e atendê-los, tecnologias assistivas para que possam ter autonomia na realização de suas buscas e acesso de informação de forma adequada. (Costa, 2015; Costa, Duarte, 2017; Souza, Farias, 2011).

Na concepção de Oliveira, Costa e Nunes (2020), ao afirmar que o bibliotecário precisa ser e estar acessível para que os usuários possam procura-lo de modo natural e espontâneo ressaltando a proatividade como a principal característica para que este profissional possa ter êxito na execução de suas atividades.

A proatividade promove o sucesso no quesito acessibilidade. O bibliotecário que não se “esconde” por trás de um balcão, mas circula na biblioteca com o objetivo de estar disponível para assistir o usuário em suas necessidades de informação promove um

ambiente de acolhimento e motiva os usuários a procurá-lo em outras situações. (Oliveira; Cotas; Nunes, 2020, p. 52).

A mudança de perfil do bibliotecário frente as transformações pela qual a sociedade vem passando, torna-se de suma importância para o desenvolvimento das suas atividades, a atualidade não comporta mais os profissionais meramente tecnicistas, focados na organização e guarda do conhecimento, a figura o bibliotecário como guardião do conhecimento não se sustenta mais perante as mudanças advindas com o desenvolvimento tecnológico. O novo profissional da informação precisa, além da formação técnica, possuir uma formação mais humanística e tecnológica para conseguir se adaptar ao contexto de profundas mudanças na mutante sociedade da informação.

O paradigma da sociedade inclusiva já é realidade, as organizações estão se conscientizando de que precisam adequar-se para que as pessoas com deficiência tenham acesso pleno ao ambiente físico, a produtos e serviços, neste contexto estão inseridas as instituições de ensino e seus setores, um desses é a biblioteca que precisa estar adequada para receber e atender aos anseios dos usuários com deficiência.

É inegável que o bibliotecário precisa estar em consonância com esse ambiente acessível, não basta oferecer um ambiente acessível, sinalizado, com materiais em formato acessível, equipamentos e mobiliário que permitam a mobilidade das pessoas com deficiência se o profissional não se encontra alinhado a esse ambiente.

O cenário no qual se evidencia uma biblioteca que conte com vários profissionais com suas funções bem definidas como as explicitadas acima, de fato ainda não é uma realidade recorrente em todas as bibliotecas das instituições públicas de ensino. As bibliotecas das universidades podem de fato ter essa divisão de tarefas mais efetiva, ou algumas bibliotecas públicas, ou em instituições de ensino que estão localizadas nos grandes centros urbanos, no mais, a realidade mais efetiva é a das bibliotecas que possuem um número reduzido de profissionais para atender a diversidade de serviços e públicos. Nesse ponto em específico, menciona-se as bibliotecas multinível, dos institutos federais, principalmente as localizadas em cidades pequenas nos interiores dos estados brasileiros, em muitos casos estas bibliotecas possuem apenas 1 (um) bibliotecário ou no máximo 2 (dois) profissionais que se revezam no desenvolvimento de todas as funções exigidas em uma biblioteca e ainda precisam estar preparados para lidar com a diversidade dos seus usuários incluindo as pessoas com deficiência.

8 METODOLOGIA

Os aspectos éticos da pesquisa estão fundamentados nos princípios legais estabelecidos pela Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Essa norma orienta sobre os entendimentos éticos e legais que devem ser observados em pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. (Brasil, 2016).

A referida pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, recebendo assim parecer favorável sob o número 6.301.342 disponível no Anexo B. A pesquisa foi submetida também à apreciação do Diretoria de Pesquisa do Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA a qual recebeu autorização através do Termo de Anuência Institucional – TAI, disponível no Anexo A.

O percurso metodológico foi pautado inicialmente no método descritivo, uma vez que se pretende descrever o fenômeno em análise, a partir da realização de uma pesquisa bibliográfica dos princípios norteadores da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no âmbito das instituições de ensino no Brasil, evidenciando a legislação que assegura que pessoas com deficiência sejam incluídas no sistema regular de ensino e tenham pleno acesso à educação e em meio a este fato evidenciar como se caracteriza a abordagem conceitual em torno das condições de acesso das pessoas com deficiência ao ambiente das Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, buscando compreender a realidade da atuação dos profissionais bibliotecários quanto ao processo de inclusão e socialização das pessoas com deficiência mediante as condições de acessibilidade desses locais.

Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, pois visa pôr em prática os conhecimentos adquiridos a fim de que possa modificar uma determinada realidade. Quanto a abordagem a pesquisa caracteriza-se como qualiquantitativa, que de acordo com Galvão; Pluye e Ricarte (2017, p. 8), “[...] combina os métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos e tem por objetivo generalizar os resultados qualitativos, ou aprofundar a compreensão dos resultados quantitativos, ou corroborar os resultados (qualitativos ou quantitativos)”.

O emprego conjunto dos métodos para a análise do objeto de estudo, segundo Duffy (1987 apud Paschoarelli et al, 2015), traz certos benefícios como: a possibilidade de controlar vieses (pela abordagem quantitativa) e compreensão dos agentes envolvidos no fenômeno (pela abordagem qualitativa); identificação de variáveis específicas (pela abordagem quantitativa) e visão global do fenômeno (pela abordagem qualitativa); complementação de um conjunto de fatos e causas oriundos da abordagem quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade; enriquecimento das constatações obtidas em condições controladas com dados

obtidos no contexto natural.

A familiaridade com o problema em questão norteará a pesquisa, quanto aos seus fins, como exploratória, que segundo Gil (2010), tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Ainda segundo Gil (2010), identifica-se nessas pesquisas a interação com sujeitos que participam ativamente dentro do seu ambiente de atuação, bem como os que possuem conhecimentos sobre o objeto de pesquisa e a análise de exemplos que favoreçam a compreensão do objeto pesquisado.

O ambiente de pesquisa foram as bibliotecas do Instituto Federal de Educação do Maranhão-IFMA, uma instituição de ensino que integra a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e atualmente conta com 23 unidades em plena atividade e mais seis novas unidades em fase de implementação, espalhadas por diversas cidades do Estado do Maranhão, as quais ofertam cursos de nível médio-técnico, cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos), cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), e também educação para jovens e adultos, visando atender às demandas regionais relacionadas a arranjos produtivos locais e/ou características econômicas dessas regiões. O público específico dessa pesquisa foram os bibliotecários que atuam diretamente nas bibliotecas dos campi do IFMA.

Inicialmente a pesquisa tem por finalidade evidenciar, por meio de uma revisão bibliográfica, conceitos que favoreçam o pleno entendimento sobre o tema, que segundo Gil (2010, p.29), “[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.”

Vale evidenciar a necessidade também de uma pesquisa documental dos princípios legais e documentos institucionais (PDI e PPPs do IFMA), que asseguram e garantem a adequação do espaço das bibliotecas às condições recomendadas para o pleno provimento da acessibilidade de pessoas com deficiência. Neste sentido, segundo Almeida (2011), neste tipo de pesquisa faz-se análise de documentos organizacionais, governamentais ou mesmo de um indivíduo para caracterizar de forma expressa o objeto de pesquisa. Em seguida, a pesquisa pautará junto aos profissionais bibliotecários, para averiguar a efetividade das ações dos profissionais que atuam nas diversas unidades do IFMA mediante as condições de acessibilidade das referidas bibliotecas, a partir da aplicação de questionário semiestruturado, elaborado a partir das recomendações normativas apregoadas pela NBR 9050/2020 e pelo estatuto da pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015) e adequadas da metodologia utilizada por

Nicoletti (2010) que elaborou um “*checklist*” para verificar se as bibliotecas estão adequadas as condições de acessibilidade e Stroparo (2014) que criou indicadores para a presença de variáveis, que a depender das condições que estas se encontram, caracterizam o ambiente como acessível ou não, visando obter as respostas que respondam as principais perguntas norteadoras e evidenciem de forma direta as reais condições de acessibilidade nos seus mais variados aspectos dentro das Bibliotecas do IFMA.

Neste sentido, é fundamental que se caracterize o questionário como um instrumento eficiente de coleta de dados para favorecer o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa. De acordo com Gil (2011, p.121),

o questionário é uma técnica de investigação [...] composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos [...]. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. [...] Apresenta uma série de vantagens: a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa; b) implica menores gastos com pessoal, posto que não exige o treinamento dos pesquisadores.

O preenchimento do questionário incluiu o Registro do Termo de Consentimento e do Assentimento. Conforme a resolução Nº 510/2016, esse registro é o meio pelo qual se explicita o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, podendo ser apresentado por escrito, em formato sonoro, visual ou de outras formas adequadas à pesquisa e aos participantes, devendo ser claro e de fácil compreensão para garantir o entendimento sobre a pesquisa (Brasil, 2016).

Além disso, a resolução estabelece que a forma de registro deve ser adequada às características do participante e à abordagem metodológica. Com foco na simplicidade e objetividade da pesquisa, o Registro de Consentimento e do Assentimento foi incluído junto ao instrumento de coleta de dados, disponível no Apêndice A para consulta.

Nesta perspectiva, os dados obtidos por meio do instrumento de coleta foram agrupados em eixos temáticos, elaborados mediante as orientações técnicas da NBR 9050/2020, do do *checklist* elaborado por Nicoletti (2010) e Stroparo (2014), confrontados junto ao mapeamento das condições de acessibilidade das referidas bibliotecas. Após esse processo, os dados foram analisados pelo método da análise temática, que segundo Braun e Clarke (2006, p. 7), é um

[...] método essencialista ou realista, que relata experiências, significados e a realidade dos participantes, ou pode ser um método construtivista, que examina as maneiras como eventos, realidades, significados, experiências e assim por diante são feitos de uma série de discursos que operam dentro da sociedade. [...] a análise temática pode ser um método que funciona tanto para refletir a realidade, como para desfazer ou desvendar a superfície da realidade.

Neste sentido, os resultados foram apresentados, conforme delineamento dos objetivos específicos deste trabalho, favorecendo a identificação das categorias de acessibilidade analisadas evidenciando as condições de acessibilidade e como estas se apresentam no contexto das bibliotecas estudadas.

9 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados para este estudo se deu através da aplicação de questionário eletrônico elaborado em formulário Google enviado via e-mail aos bibliotecários dos 23 campi IFMA que possuem bibliotecas ativas. O formulário de coleta de dados foi enviado inicialmente para o e-mail da Biblioteca como também diretamente ao e-mail do bibliotecário responsável pela biblioteca do referido Campus, o prazo para que os bibliotecários respondessem se caracterizou-se entre os dias 13 a 20 de agosto de 2024. Dos 23 questionários enviados obteve-se 18 respondidos, sendo que em um dos campi, 2 bibliotecários responderam e as respostas foram idênticas, neste sentido foi considerado apenas um questionário figurando no final do prazo em 17 questionários respondidos.

O questionário foi dividido em três partes, sendo elas: identificação da unidade, sobre a acessibilidade arquitetônica na biblioteca e sobre acessibilidade informacional e atendimento aos usuários com deficiência - UCDs.

9.1 Identificação da Biblioteca da unidade.

Nesta sessão procurou-se coletar os dados de identificação das bibliotecas, na qual buscou-se evidenciar o campus a qual a biblioteca pertence, o tempo de funcionamento da biblioteca, como o bibliotecário classifica a biblioteca na qual atua (universitária, escolar, mista, híbrida, multinível) e a quantidade de profissionais que nela atua. Procurou-se dentro desse contexto de identificação, também analisar as informações contidas nos sites das bibliotecas dos campi, buscando identificar informações relacionadas às condições de acessibilidade desses locais.

É de suma importância nesse processo de identificação, caracterizar as condições nas quais as bibliotecas foram inseridas no contexto dos IFs. Como é sabido, o IFMA é uma instituição que se originou de duas outras já consolidadas no Estado do Maranhão, O CEFET e as Escolas Agrotécnicas Federais, tais instituições já estavam implementadas e atuantes no Estado e nesse processo de mudança, a estrutura administrativa e de ensino foram apenas adequadas ao novo modelo de oferta da educação profissional e tecnológica a que os IFs se destinam.

Nesse processo de transformação, as bibliotecas existentes na estrutura das instituições primárias, já estavam consolidadas com estrutura física e administrativa atuando na oferta de produtos e serviços e as novas unidades que foram sendo implantadas o espaço

destinado à biblioteca sempre foi priorizado, por menor que fosse o espaço destinado para estas. Neste sentido cabe reforçar o que mencionam as autoras Becker e Faqueti (2015), que no contexto das Rede Federal de Educação Profissional as bibliotecas tiveram sempre prioridade na estrutura dos IFs, pois consideram esse fato como um exemplo de sistema educacional que preconiza e realiza a instalação de bibliotecas e a contratação de bibliotecários para gerirem tais espaços.

A implementação do IFMA no estado do Maranhão foi realizada de forma gradativa, dividida em fases.

Quadro 7 – Fases de implementação do IFMA no estado do Maranhão.

FASES DE IMPLEMENTAÇÃO	CAMPUS IMPLEMENTADOS
Fase I – 2008 a 2009	IFMA São Luís Monte Castelo (antigo CEFET), IFMA Campus São Luís Maracanã (antiga escola Agrotécnica de São Luís), IFMA Campus Codó (antiga Escola Agrotécnica de Codó), IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras (Antiga Escola Agrotécnica de São Raimundo das Mangabeiras), IFMA Imperatriz (Antiga Unidade de Ensino Descentralizada de Imperatriz), IFMA Campus Zé Doca (Antiga Unidade de Ensino Descentralizada de Zé Doca), IFMA Campus Buriticupu (Antiga Unidade de Ensino Descentralizada de Buriticupu), IFMA Campus Açailândia (Antigo Centro Federal de Educação Profissional), IFMA Campus São Luís Centro Histórico, IFMA Campus Santa Inês.
Fase II – 2010 a 2012	IFMA Campus Caxias, IFMA Campus Bacabal, IFMA Campus Alcantara, IFMA Campus Pinheiro, IFMA Campus Barra do Corda, IFMA Campus Barreirinhas, IFMA Campus São João do Patos e IFMA Campus Timon.
Fase III – 2013 a 2015	IFMA Campus Coelho Neto, IFMA Campus Itapecuru-mirim, IFMA Campus Grajaú, IFMA Campus Pedreiras, IFMA Campus Presidente Dutra, IFMA Campus Avançado Rosário, IFMA Campus São José de Ribamar, IFMA Campus Viana, IFMA Campus Araiões, IFMA Campus Avançado Carolina, IFMA Campus Avançado de Porto Franco.

Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Estas informações se tornam importantes à medida que podemos verificar os momentos históricos pela qual passou a política de inclusão brasileira, no momento da implementação das unidades do IFMA e de que maneira estas ações impactaram no processo de transformação dos espaços das bibliotecas em espaços genuinamente acessíveis e inclusivos.

Atualmente o IFMA é composto por 30 Campi, distribuídos em todas as regionais do estado do Maranhão, conforme figura 2 abaixo, mas nem todos os campi estão com suas bibliotecas funcionando.

Figura 2 – mapa de localização dos campi do IFMA no Estado do Maranhão



Fonte: (IFMA, 2014)

De acordo com o levantamento realizado durante a pesquisa identificou que existem em funcionamento apenas 23 Bibliotecas conforme se observa no quadro 8 abaixo:

Quadro 8 – Relação das bibliotecas que estão em funcionamento no IFMA

Nº	Campus IFMA	Biblioteca
1	IFMA Campus São Luís Monte Castelo	Biblioteca Tebyreçá de Oliveira
2	IFMA Campus São Luís Centro Histórico	Biblioteca Matilde Carvalho
3	IFMA Campus São Luís Maracanã	Biblioteca José Murilo Diniz
4	IFMA Campus São José de Ribamar	Biblioteca Maria Firmina dos Reis
5	IFMA Campus Açailândia	Biblioteca Campus Açailândia
6	IFMA Campus Alcantara	Biblioteca Moacyr Melquíades Brito Amorim
7	IFMA Campus Bacabal	Biblioteca IFMA Bacabal
8	IFMA Campus Barra do Corda	Biblioteca Maranhão Sobrinho
9	IFMA Campus Barreirinhas	Bibliotecas IFMA Barreirinhas
10	IFMA Campus Buriticupu	Bibliotecas Chico Mendes
11	IFMA Campus Caxias	Biblioteca Professor Luís Queirois
12	IFMA Campus Codó	Biblioteca do Campus Codó
13	IFMA Campus Coelho Neto	Biblioteca Professor Antônio Nonato Sampaio
14	IFMA Campus Grajaú	Biblioteca João Renôr Ferreira de Carvalho
15	IFMA Campus Imperatriz	Biblioteca do campus Imperatriz
16	IFMA Campus Pedreiras	Biblioteca João do Vale
17	IFMA Campus Pinheiro	Biblioteca Domingos de Castro Perdigão
18	IFMA Campus Santa Inês	Bibliotecas Aluísio de Azevedo
19	IFMA Campus São João dos Patos	Biblioteca do Campus São João dos Patos
20	IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras	Biblioteca Ministro Raimundo Carreiro
21	IFMA Campus Timon	Biblioteca Aurélio de Brito
22	IFMA Campus Viana	Biblioteca Sinézia Pereira Cutrim de Jesus
23	IFMA Campus Zé Doca	Biblioteca Machado de Assis

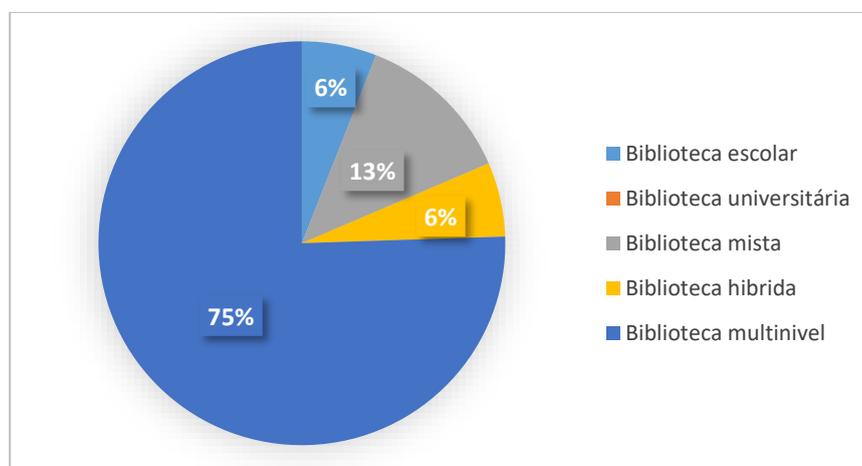
Fonte: www.ifma.edu.br

Infelizmente é uma realidade que instituições de ensino funcionem sem bibliotecas, uma situação que se evidencia na maioria dos ambientes educacionais pelo Brasil, principalmente as escolas de nível fundamental e médio. No caso específico do IFMA, apesar de as bibliotecas fazerem parte da estrutura organizacional dos campi, por vezes estas não iniciam suas atividades no mesmo momento em que os campi são autorizados a funcionar, como o caso dos campi do IFMA Campus Avançado de Rosário, IFMA Campus Araiões (Fechada por falta de profissional), IFMA Campus Itapecuru-mirim, IFMA Campus Avançado de Porto Franco, IFMA Campus Avançado Carolina e IFMA Campus Presidente Dutra, essa

condição ocorre por algumas situações específicas, tais como: falta de código de vaga para profissionais bibliotecários, falta de recursos financeiros para compra de material bibliográfico, estrutura provisória de funcionamento da campus.

Partindo para a identificação das bibliotecas, fez necessário averiguar como o bibliotecário classifica sua biblioteca, segundo classificação existem bibliotecas escolares, bibliotecas públicas, bibliotecas universitárias, bibliotecas híbridas, bibliotecas mistas e as bibliotecas multinível, está última classificação utilizada de forma frequente como a classificação que melhor identifica as bibliotecas dos Institutos Federais, principalmente porque atende uma gama de usuários diversificados, composto por alunos dos cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação e cursos de pós-graduação que são ofertados de maneira simultânea pelos IFs. Neste sentido, conforme o gráfico 3 abaixo, pode-se evidenciar que a maioria dos bibliotecários (75%) classifica a biblioteca do campus onde atua como multinível, 13 % classificou a biblioteca onde atua como mista, 6% classificou as bibliotecas como escolar e híbrida.

Gráfico 3 – classificação das bibliotecas do IFMA de acordo com os bibliotecários



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Os dados acima mostram que mesmo com estudos recentes e com os grupos de trabalhos congregados pelo Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI) e pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecas, Cientistas de informação e Instituições - FEBAB responsáveis por dinamizar e favorecer a popularização dessa classificação, ainda não há uma unanimidade entre os bibliotecários que atuam no cerne das bibliotecas dos IFs em relação a um entendimento efetivo destas como bibliotecas multiníveis. Neste sentido, conforme Oliveira (2022, p. 44), faz

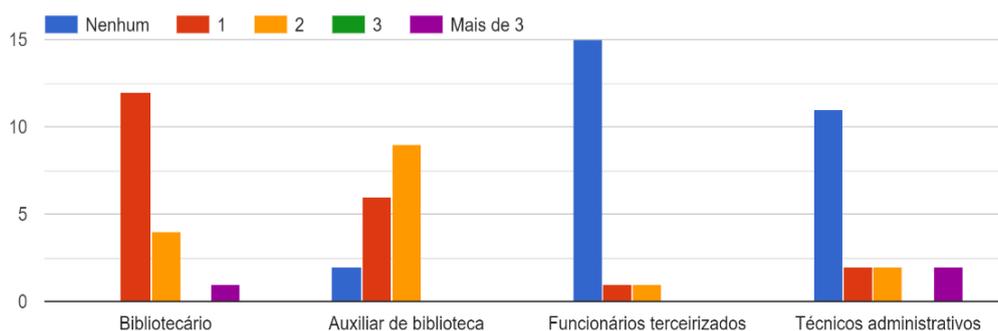
necessário evidenciar que mesmo em meio a essa dúvida em relação à classificação das bibliotecas dos IFs, “as bibliotecas, independentemente do tipo, objetivam apoiar a formação e a atuação dos sujeitos em suas múltiplas atividades socioculturais, de maneira humanizadora e respeitando os princípios da alteridade, ou seja, acolhendo os diversos sujeitos.”

Outro fator muito importante na identificação das bibliotecas é a informação sobre a quantidade de profissionais que nela atua, sabe-se que a efetividade na prestação de serviços e na oferta de produtos informacionais nesse ambiente depende exclusivamente da atuação da equipe de profissionais que atuam na biblioteca. Como é sabido, as instituições públicas de ensino estão condicionadas ao orçamento público e, a construção de espaços edificadas, a contratação de pessoal, aquisição de produtos e equipamentos dependem da disponibilidade de recursos orçamentários voltados para esse fim. Garantir o funcionamento das Bibliotecas com a contratação de profissionais capacitados para o pleno desenvolvimento é princípio básico, mas nem sempre a quantidade de profissionais é suficiente para que o ambiente funcione adequadamente.

Neste sentido, buscou-se verificar a quantidade de profissionais que atuam nas bibliotecas, esse quadro funcional é basicamente composto por bibliotecários e auxiliares de bibliotecas, mas pode ser complementado por outros profissionais se estiver disponibilidade de pessoal na instituição, os mais frequentes são funcionários terceirizados e técnicos administrativos.

A respeito do quantitativo de servidores(as) que atuam em cada unidade, apurou-se que a maioria das bibliotecas tem apenas um(a) bibliotecário(a) realidade presente em 12 unidades, 4 possuem 2 bibliotecários e apenas uma possui mais de 3 profissionais. Em relação aos auxiliares de bibliotecas estes são de suma importância para a dinamização do serviço de atendimento os usuário e organização do espaço da biblioteca, neste quesito, 9 bibliotecas possuem 2 auxiliares, 6 bibliotecas possuem 1 auxiliar e 2 unidades afirmaram não ter auxiliares de biblioteca. Já em relação aos funcionários terceirizados, que se somam aos servidores efetivos no desenvolvimento de atividades administrativas, também compõem o quadro de profissionais que atuam em 2 bibliotecas. Os servidores técnicos administrativos, principalmente servidores mais antigos ou em cargos já extintos pelo serviço público são constantemente realocados em outros ambientes, um desses ambiente é a biblioteca, neste quesito, 6 bibliotecas afirmaram contar com esse profissional no seu quadro funcional, 2 bibliotecas têm 1 profissional atuando, 2 bibliotecas possuem 2 profissionais e 2 bibliotecas possuem 3 ou mais servidores técnicos administrativos atuando na biblioteca.

Gráfico 4 – Quantidade de profissionais que trabalham nas bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Percebe-se que não há uma uniformização no quadro de servidores das bibliotecas, como sinalizam os dados evidenciados acima. Essa discrepância quantitativa entre as bibliotecas pode comprometer a qualidade do atendimento aos usuários dessas unidades, porque, com um número maior profissionais bibliotecários, as bibliotecas podem oferecer atividades mais direcionadas aos diversos usuários, ampliar e intensificar as ações diretas na oferta de produtos e serviços informacionais e no desenvolvimento de projetos e ações de desenvolvimento dessas bibliotecas.

9.2 Acessibilidade arquitetônica nas bibliotecas do IFMA

A partir da abordagem sobre acessibilidade arquitetônica presente nas referidas bibliotecas, procurou-se diagnosticar por meio de perguntas direcionadas e baseadas em critérios de verificação de condições de acessibilidade contidas principalmente na NBR 9050/2020, na metodologia realizada por Stroparo (2014) e Nicoletti (2010) na formulação do roteiro de observação como ponto de referência para elaboração das perguntas do questionário.

Neste sentido, as perguntas foram direcionadas visando identificar as condições de acessibilidade desses ambientes em relação ao que apregoa a legislação vigente que norteia a adequação de ambientes físicos em relação às questões de acessibilidade.

A acessibilidade como afirma Sasaki (2009) não se caracteriza apenas por adequação de ambientes internos, mas se caracteriza também pelas condições de acesso ao entorno do ambiente em questão, a acessibilidade começa na existência de transporte coletivo adaptado; calçadas livres de buracos e desníveis; vagas reservadas no estacionamento, a entrada deve ser claramente sinalizada e possuir portas com largura adequada e de fácil abertura, possuir rampas de acesso que facilite o acesso de cadeirantes e pessoas com baixa mobilidade à entrada

da biblioteca, bem com, deve possuir sinalização tátil para que cegos ou pessoas com baixa visão possam se movimentar de forma facilitada conseguindo chegar sem a necessidade de ajuda.

Baseado no modelo de observação desenvolvido Nicoletti (2010) e por Stroparo (2014), que deu origem ao questionário estruturado aplicado aos profissionais bibliotecários procurou-se verificar se as condições de acesso às dependências estão dentro do que pode ser caracterizado como acessível. Para efeito de avaliação, o ambiente físico das bibliotecas foi analisado em conformidade com o que foi feito por Stroparo (2014) divididos em quatro categorias: acesso às dependências (acesso direto do estacionamento, presença de grau, existência de rampa de acesso, porta de entrada padronizada, existência de catraca e acesso secundário, estado de conservação das calçadas no entorno da biblioteca e existência de piso tátil direcional), mobilidade (existência de pavimentos, elevador, rampas internas, distância entre as estantes, espaço para manobra e mobilidade interna), mobiliário (balcão de empréstimo padronizado, guarda-volumes padronizados, mesas padronizadas, bancadas padronizadas para computadores, banheiros adaptados e bebedouros acessíveis) e sinalização (existência de faixa tátil, sinalização em braile ou relevo e em libras ou sonora).

O quadro 9 a seguir explicita as categorias a serem avaliadas e os referidos itens que possuem referência direta com as categorias, bem como, a identificação das Bibliotecas pesquisadas.

Quadro 9 - Representação das categorias sobre acessibilidade física e arquitetônica e suas variáveis

Categorias	Itens Verificados
Acesso às dependências	Degrau
	Rampa
	Catraca
	Porta
	Acesso secundário
	Acesso direto do estacionamento
	Localização da biblioteca
	Piso tátil na entrada
Mobilidade	Mais de um pavimento
	Elevador/plataforma de elevação
	Rampa de acesso
	Distância entre as estantes
	Espeço de Manobra P.C.R

Quadro 9 - Representação das categorias sobre acessibilidade física e arquitetônica e suas variáveis
(continuação)

Categorias	Itens Verificados
	Mobilidade interna – presença de piso tátil, linha guia
Mobiliário	Balcão
	Guarda-volumes
	Mesas
	Cadeiras
	Bancada de computador
	Banheiros
	Bebedouros
	Cabines de estudo individual
Sinalização	Faixa tátil interior
	Braile
	Libras
	Voz/Braile Elevador

Fonte: Adaptado do modelo de Stroparo (2014)

Essa caracterização visa por meio da verificação dos itens elencados no quadro acima, avaliar as condições de acessibilidade arquitetônica as quais estes ambientes estão condicionados, pois essa identificação ajuda a compreender se o acesso das pessoas com deficiência ao ambiente das bibliotecas do IFMA pode ser caracterizado como satisfatória ou como mais um desafio diário que estas pessoas enfrentam.

9.2.1 Acesso às dependências

Sobre acesso às dependências das Bibliotecas foram avaliados, pavimento de localização das bibliotecas, existência de degraus na entrada, acesso direto do estacionamento, condições das calçadas do entorno da biblioteca, presença de rampa de acesso, largura da porta de entrada, existência de catraca na entrada e sinalização tátil direcional para acesso à entrada das mesmas.

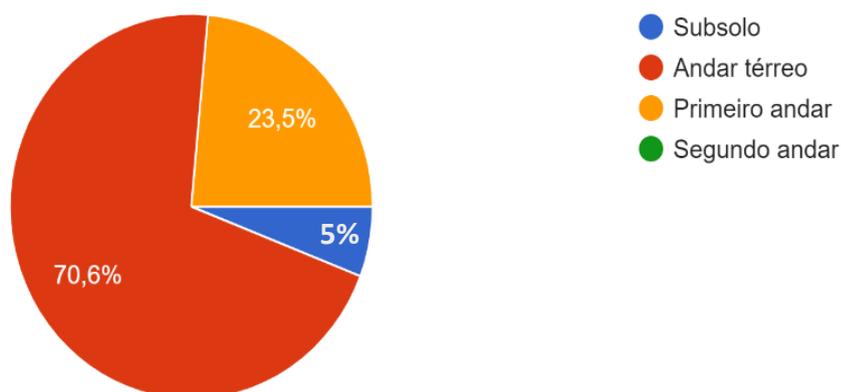
Em conformidade com o item 6 da NBR 9050/2020 que dispõe sobre acesso e circulação e mais especificamente do item 6.1 rota acessível e 6.2 acessos – condições gerais, conforme explicitados em citação abaixo.

As áreas de qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo devem ser servidas de uma ou mais rotas acessíveis. [...] A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. (ABNT, 2020, p. 52)

Em relação à localização das bibliotecas, embora a NBR 9050/2020 não mencione em seu escopo nenhuma orientação sobre localização, fez-se necessário averiguar esse item no cerne da pesquisa, uma vez que a depender de onde está localizada a existência de instrumentos

e equipamentos para facilitar o acesso das pessoas com deficiência ao ambiente é imprescindível. Quanto à localização, de acordo com o gráfico 5, 70,6% das bibliotecas estão localizadas no andar térreo o que facilita o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, cadeirantes e cegos, já 23,5% delas estão localizadas no primeiro andar e 5% está localizada no subsolo.

Gráfico 5 – Localização das bibliotecas

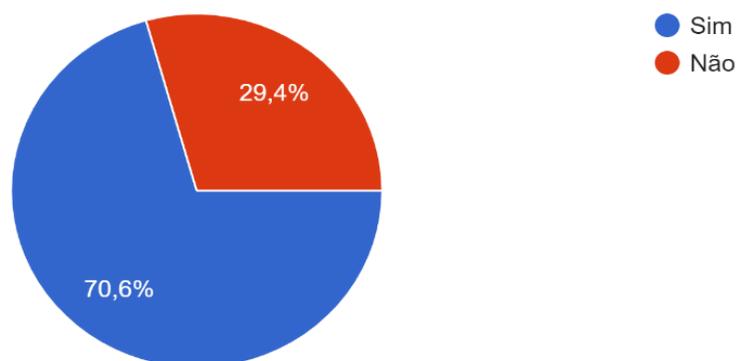


Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Para que uma biblioteca possa atender plenamente os seus usuários e para que sua organização seja condizente com a quantidade e variedade de materiais informacionais que ela possa dispor, seu espaço precisa ser planejado. Neste sentido, o planejamento de uma biblioteca sempre inicia com a análise do espaço físico disponível. Quando o prédio é projetado especialmente para abrigar uma biblioteca, se consegue prever e atender os requisitos mínimos. Já os prédios reformados ou adaptados nem sempre atendem as condições mínimas, mas, com conhecimento das orientações para constituição de ambientes acessíveis e com as devidas intervenções é possível chegar muito perto do ideal.

Perguntamos se o prédio/espço das bibliotecas foi projetado para abriga-la, conforme demonstrado no gráfico 6, 70,4% afirmaram que sim e 29,6% informaram que não.

Gráfico 6 – Prédio/espço da biblioteca projetado especialmente para abrigá-la

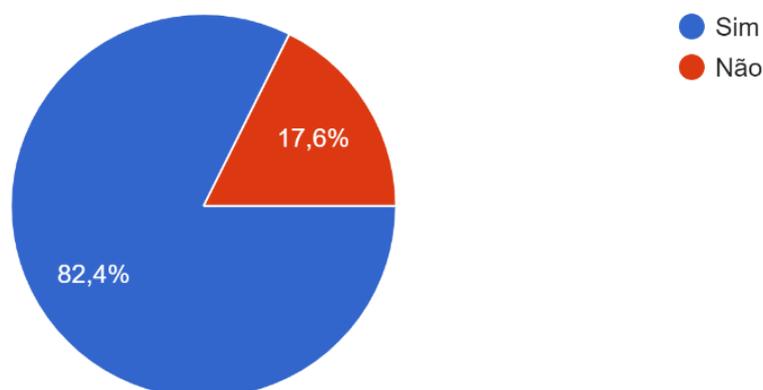


Fonte: Dados de pesquisa (2024)

De acordo com Costa e Oliveira (2022) a localização geográfica da biblioteca pode ser considerada um fator que define a frequência de uso da mesma, independente da relevância e qualidade do acervo, dos bons profissionais e serviços prestados, pode ser um aspecto de inacessibilidade para o seu uso por parte de pessoas que possuam alguma limitação física. Por isso é fundamental que a biblioteca se situe bem dentro de um prédio, ou mesmo dentro de um campus universitário. A biblioteca deve ser visível, ocupando posição de centralidade, tornando-se ponto de referência dentro da instituição ou do campus. A facilidade de acesso define o movimento que a biblioteca tem, portanto, o acesso tanto do interior quanto do exterior deve ser fácil, com percursos bem sinalizados.

Neste ponto específico perguntamos se a biblioteca está integrada ao prédio principal do campus, o gráfico 7 traz expresso que 82,4% dos bibliotecários disseram que sim, outros 17,6% disseram que não.

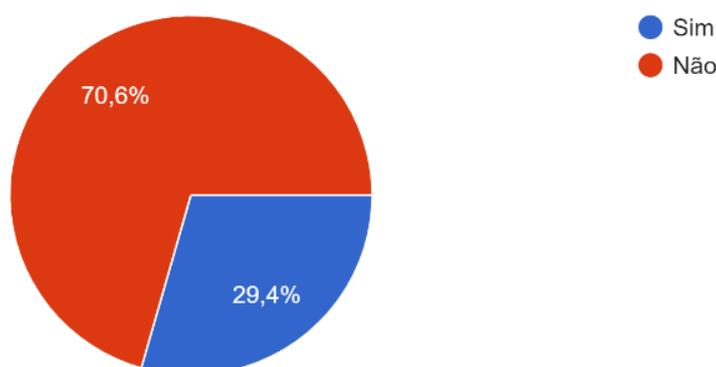
Gráfico 7 – Prédio/espço da biblioteca está integrado ao prédio principal do campus



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Em relação ao acesso direto do estacionamento à entrada da biblioteca, o gráfico 8 explicita que 70,6% dos respondentes afirmaram que não existe acesso direto do estacionamento à entrada da biblioteca, apenas 29,4% afirmaram possuir acesso direto do estacionamento para a biblioteca, isso se justifica pelo fato de a maioria das bibliotecas estarem localizadas na parte interna dos prédios dos campi.

Gráfico 8 – Acesso direto do estacionamento para a entrada da biblioteca



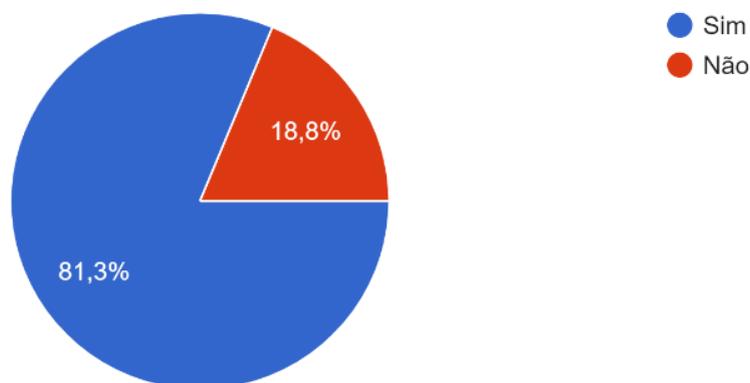
Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Para a garantia do acesso das pessoas com deficiência ao ambiente da biblioteca é preciso que a rota seja acessível, de acordo com a NBR 9050/2020 é considerada rota acessível:

[...] trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros. (ABNT, 2020, p. 5)

É imprescindível que as calçadas no entorno da biblioteca ou do prédio que dá acesso a ela estejam em boas condições e estas devem ser acessíveis e sinalizadas para que as pessoas com deficiência possam chegar até o espaço da biblioteca, neste ponto específico foi questionado aos bibliotecários se as calçadas no entorno da biblioteca estão em bom estado de conservação e se estas são acessíveis. Como se pode verificar no gráfico 9 abaixo, no que diz respeito ao estado de conservação das calçadas, 81,3% dos respondentes informaram que as mesmas se encontram em bom estado de conservação, sem buracos ou pedras soltas do pavimento, apenas 18,7% afirmaram que as calçadas não se apresentam em bom estado de conservação.

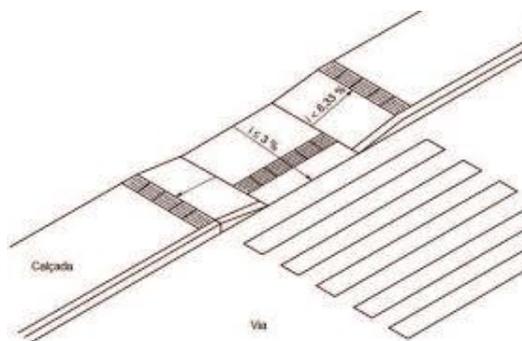
Gráfico 9 – Estado de conservação das calçadas no entorno da biblioteca



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

No que se refere ao ponto específico das calçadas que dão acesso ao prédio/espço da biblioteca se estas apresentam rebaixamento devidamente sinalizados, caracterizado pela NBR 9050/2020 como sendo um recurso que altera as condições normais da calçada melhorando a acessibilidade aos pedestres em geral, aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.

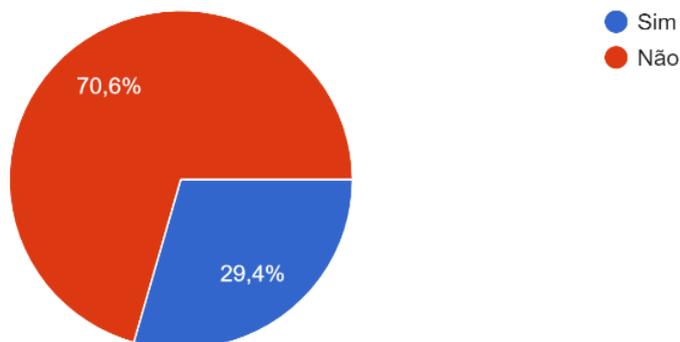
Figura 3 – modelo de rebaixamento de calçada segundo a NBR 9050/2020



Fonte: NBR 9050 (2020)

Em relação a este quesito, de acordo como o gráfico 10 demonstra que 70,6% dos respondentes afirmaram que as calçadas do entorno do prédio/espço não apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados.

Gráfico 10 – sinalização das calçadas no entorno da biblioteca

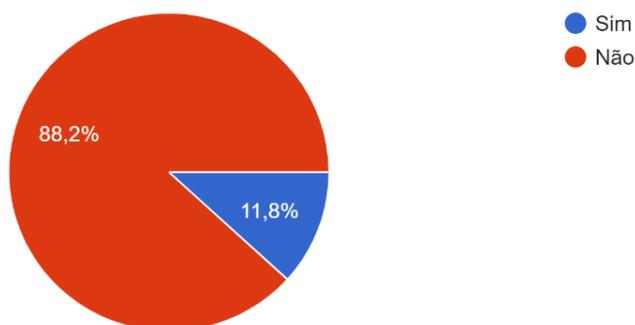


Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Em muitos casos a existência de degraus podem se configurar como impedimento para que pessoas com mobilidade reduzida, pessoas cegas e pessoas em cadeira de rodas possam acessar determinado espaço. De acordo com a NBR 9050/2020 degraus podem ser definidos como desníveis superiores a 20 mm, quando inevitáveis, já degrau isolado corresponde a sequência de até dois degraus e uma sequência de três degraus ou mais é considerada uma escada. (ABNT, 2020).

Perguntamos aos bibliotecários se a entrada da biblioteca possui degraus, conforme demonstrado no gráfico 11, 88,2% dos respondentes afirmaram que não, apenas 11,8% afirmaram que a biblioteca possui degraus na entrada.

Gráfico 11 – Existência de degraus na entrada da biblioteca



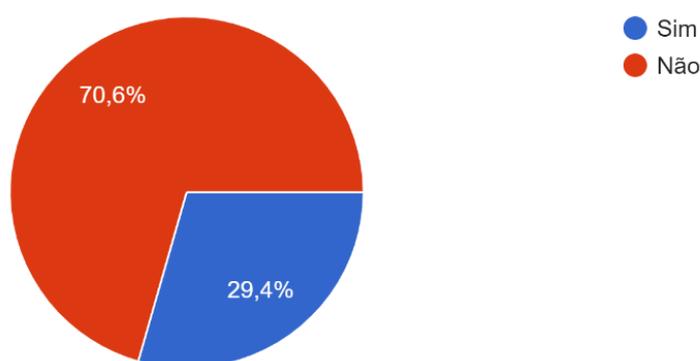
Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Em relação à existência de rampas, caracterizadas na NBR 9050/2020 como: “[...]”

superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 %”. A NBR também evidencia que quando houver degraus ou escadas em rotas acessíveis, estes devem estar associados a rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical. Deve-se dar preferência à rampa.

Perguntamos aos bibliotecários sobre a existência de rampas na rota de acesso à biblioteca, o gráfico 12 explicita que apenas 29,4% dos respondentes afirmaram que a entrada da biblioteca possui rampa de acesso, na grande maioria, 80,6% afirmaram não possuir, este fato muito se evidencia por conta da localização das bibliotecas, em sua maioria, localizadas na área térrea das edificações.

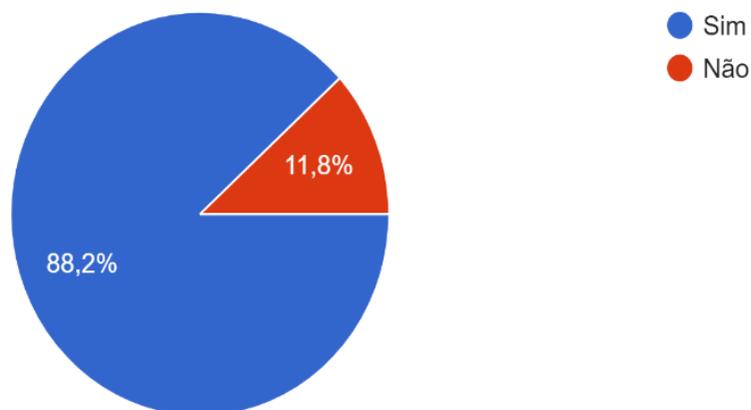
Gráfico 12 – Existência de rampas na entrada das bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

De acordo com a NBR 9050 a entrada predial principal, ou a entrada de acesso do maior número de pessoas, tem a obrigatoriedade de atender a todas as condições de acessibilidade. Neste sentido é muito importante identificar se as portas de acesso encontram dentro dos padrões de acessibilidade recomendadas pela NBR 9050 com largura livre mínima de 0,80 m e altura de 2,10 m. Sobre este quesito perguntamos se as portas de entrada da biblioteca atendem o dimensionamento recomendado pela NBR 9050, 88,2% dos respondentes afirmaram que as partes da entrada da biblioteca encontra-se de acordo com o dimensionamento recomendado pela NBR 9050, apenas em 11,8% das respostas foi caracterizado que as portas não atendem ao explicitado na norma, conforme se observa no gráfico 13.

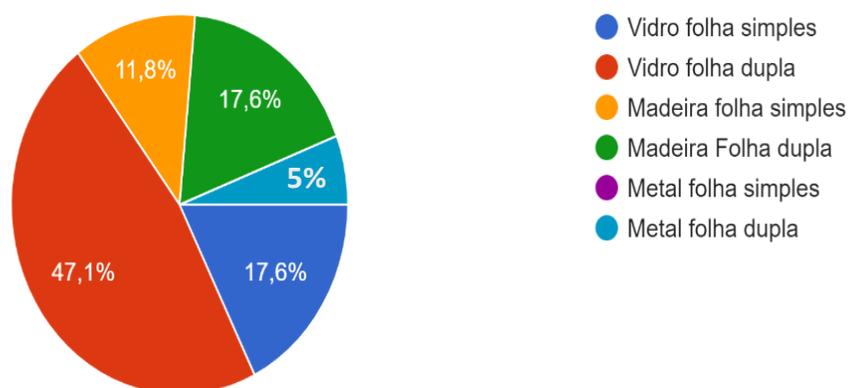
Gráfico 13 – recomendações de tamanho das portas de acesso das bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Ainda sobre as portas procurou-se verificar o tipo do material da porta instalada na entrada da biblioteca. Neste sentido, as bibliotecas dos Campi do IFMA contam com portas de materiais e formatos diversos, havendo a predominando de portas de vidro presentes em 65% das bibliotecas, em 29% das bibliotecas as portas são de madeira e apenas em 5% das bibliotecas as mesmas são de metal. No que se refere ao formato das portas, se possuem folha simples ou dupla, em 70,6% das bibliotecas as portas possuem folha dupla. O gráfico abaixo evidencia esse quantitativo, apresentando de forma reunida o tipo de material e o formato das portas das bibliotecas, o que reflete os dados apresentados acima.

Gráfico 14 – Tipo de material e modelo das portas das bibliotecas



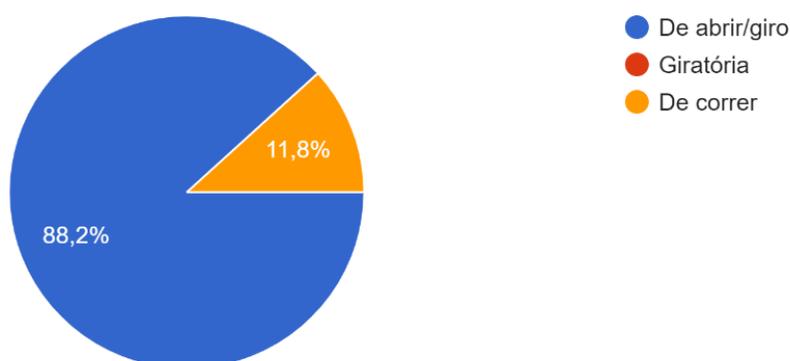
Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Outro ponto importante no item porta é tipo de abertura das mesmas, neste sentido

é importante ressaltar o que diz a NBR 9050 ao evidenciar que as portas, quando abertas, devem ter um vão livre maior ou igual a 0,80 m de largura e 2,10 m de altura. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre maior ou igual a 0,80 m, o vão livre maior ou igual a 0,80 m deve ser garantido também no caso de portas de correr e sanfonada, onde as maçanetas impeçam o seu recolhimento total, em portas de correr, recomenda-se a instalação de trilhos na sua parte superior. Os trilhos ou as guias inferiores devem estar nivelados com a superfície do piso, e eventuais frestas resultantes da guia inferior devem ter largura de no máximo 15 mm. (NBR 9050, 2020)

Sobre este ponto específico foi perguntado aos bibliotecários o tipo de abertura das portas das respectivas bibliotecas em que atuam, de abrir/giro, de correr ou giratória, em 88,2% das bibliotecas as portas são de abrir/giro e 11,8% são portas do tipo de correr, não havendo portas giratórias e nem do tipo vaivém.

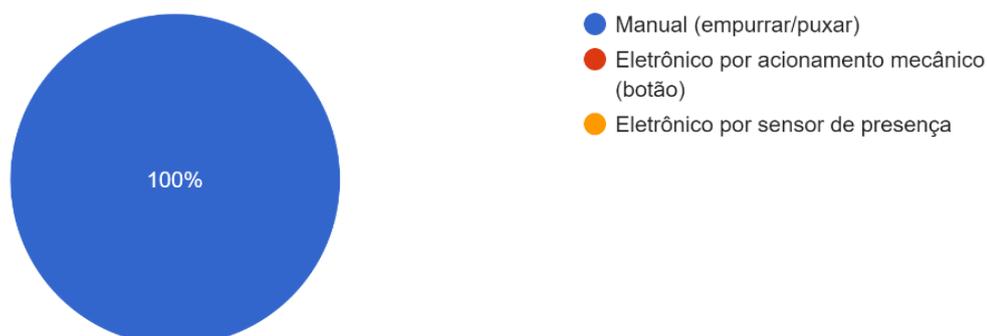
Gráfico 15 – tipo de abertura das portas das bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Sobre o tipo de acionamento das portas, fez-se necessário averiguar se as mesmas estão de acordo com o que é explicitado pela NBR 9050, a qual estabelece quando as portas forem providas de dispositivos de acionamento pelo usuário, estes devem estar instalados fora da área de abertura da folha da porta e à altura de alcance entre 0,80 m e 1,00 m, neste quesito todas as respostas evidenciam que as portas são providas de dispositivos de acionamento pelos usuários e os mesmos estão instalados na altura recomendada pela NBR 9050. Assim como evidencia-se que as mesmas são acionadas em sua totalidade por acionamento manual conforme observado no gráfico 16 abaixo.

Gráfico 16 – tipo de acionamento das portas das bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

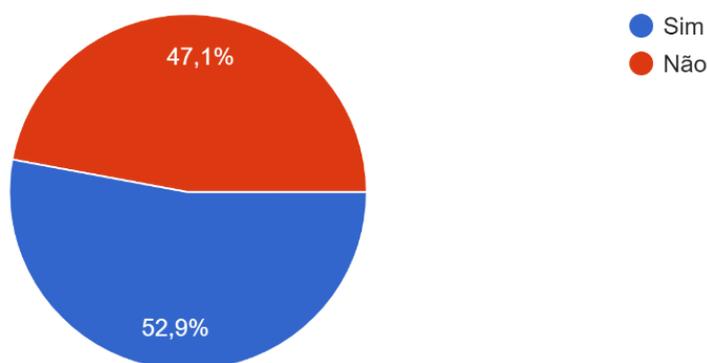
Perguntamos também se as portas tem condições de serem abertas com um único movimento, conforme explicitado no item 6.11.2.4 e 6.11.2.5 da NBR 9050:

O mecanismo de acionamento das portas deve requerer força humana direta igual ou inferior a 36 N (36 Newton de força humana)

As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento, e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m. Recomenda-se que as portas tenham, na sua parte inferior, no lado oposto ao seu lado de abertura, um revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso. (NBR 9050, 2020, p. 71).

Sobre este ponto, o gráfico 17 demonstra que 52,9% dos bibliotecários afirmaram que as portas da entrada das bibliotecas têm condições de serem abertas com um único movimento, ou seja, como a utilização de 36 N (Newton) de força humana, já em 47,1% das bibliotecas as portas precisam de um movimento extra para poderem ser abertas.

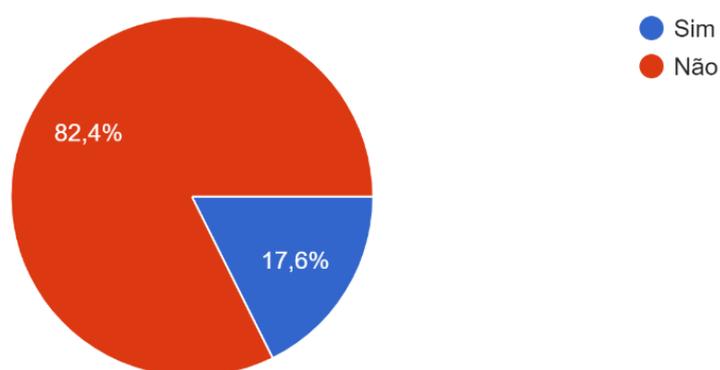
Gráfico 17 – quantidade de força humana necessária para abertura das portas das bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Dentro da variável de acesso às dependências, procurou-se averiguar a presença de outras possíveis barreiras que possam dificultar o acesso de pessoas com deficiência aos ambientes das bibliotecas, principalmente as pessoas cegas ou com problemas de mobilidade. Neste sentido, evidencia-se os desníveis no piso, batentes ou soleiras das portas. De acordo com a NBR 9050/2020 os desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis, as soleiras das portas ou vãos de passagem que apresentem desníveis de até no máximo um degrau deve ter parte de sua extensão substituída por rampa, com largura mínima de 0,90 m e com inclinação em função do desnível apresentado. Sobre esta questão, de acordo com o que demonstra o gráfico 18, apenas em 17,3% das bibliotecas informaram a existência de desníveis na entrada que podem dificultar o acesso ao ambiente interno as demais (82,4%) não existem desníveis na entrada da biblioteca que possam dificultar o acesso de pessoas com deficiência.

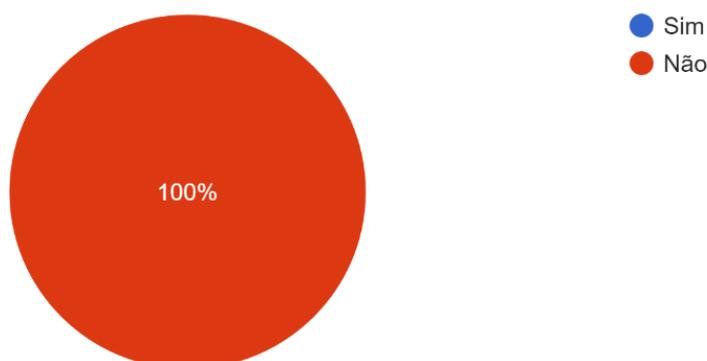
Gráfico 18 – existência de batentes/desníveis na porta de entrada das bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

É comum que o ambiente de entrada das bibliotecas possua dispositivos de controle de acesso, como catracas ou outras formas de semelhantes de bloqueio, de acordo com a NBR 9050 quando houver equipamentos de controle de acesso, devem ser previstos dispositivos de passagens, portas ou portões com vão livre mínimo de 0,80 m de largura. (ABNT, 2020). Perguntou-se aos bibliotecários se existe catraca ou dispositivo semelhante para controle de acesso na biblioteca que atuam, conforme expresso no gráfico 19, a totalidade dos respondentes (100%) informou que a biblioteca na qual atua não dispõe de nenhum equipamento de controle de acesso.

Gráfico 19 – existência de equipamento de controle de acesso na entrada da biblioteca

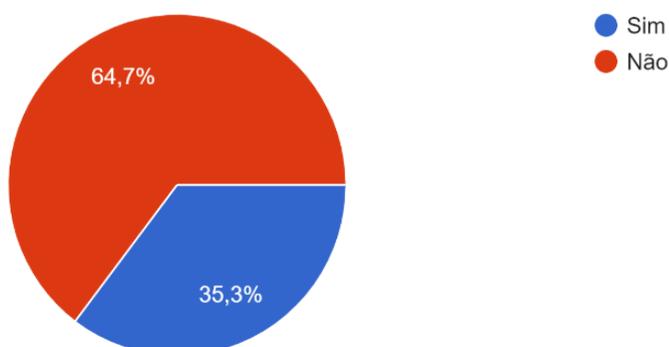


Fonte: Dados de pesquisa (2024)

No item que trata sobre a sinalização tátil direcional, definida na NBR 9050 (ABNT, 2020, p.33) como “[...] sinalização utilizada para indicar direção de um percurso ou a distribuição de elementos de um espaço e de uma edificação. [...] Na forma tátil, utiliza recursos como linha guia ou piso tátil.” De acordo com a NBR 16537/2024 (ABNT, 2024) o piso tátil é o piso caracterizado por relevo e luminância contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação perceptível por pessoas com deficiência visual, destinado a formar a sinalização tátil no piso.

Neste sentido, perguntou-se aos bibliotecários sobre a existência de piso tátil direcional na parte externa para garantir o acesso à entrada da biblioteca, sobre esse quesito apenas 35,3% das respostas foram positivas conforme evidenciado no gráfico 20 abaixo.

Gráfico 20 – existência de piso tátil direcional na parte interna das bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

É imprescindível para o favorecimento da inclusão que o espaço seja acessível, esta começa de fato quando a pessoa com deficiência sente-se parte integrante do espaço que frequenta, no caso específico das instituições de ensino, não basta apenas oportunizar a vaga, mas todas as prerrogativas legais para que as pessoas com deficiência possam gozar plenamente do direito básico e fundamental que é o de “ir e vir” e nesse ponto, conseguir acessar a todas as dependências da instituição, com destaque para a biblioteca, é fundamental. A existência de rotas acessíveis, vagas em estacionamento, entrada sem obstáculos, guias e piso tátil, calçadas em bom estado de conservação e sinalizadas, rampas de acesso, portas com dimensões e mecanismos de acionamento de acordo com o que recomenda a legislação, são princípios básicos para o favorecimento da inclusão por meio da acessibilidade. Mas, além de conseguir ter acesso ao ambiente, apesar de fundamental, é preciso garantir a mobilidade das pessoas com deficiência nesse ambiente, neste sentido faz-se necessário averiguar as condições de mobilidade nos espaços internos das bibliotecas.

9.2.3 Mobilidade

Em relação à mobilidade no espaço físico das bibliotecas pesquisadas, os dados coletados referem-se a itens que garantem a locomoção por meio de um ambiente sem barreiras impeditivas de locomoção. A observação do elemento mobilidade tem por objetivo identificar, através da checagem dos itens, possíveis barreiras que podem dificultar o acesso dos usuários com deficiência. A organização do espaço interno das bibliotecas deve favorecer a livre circulação de todos os usuários sem discriminação quanto a mobilidade física dos mesmos.

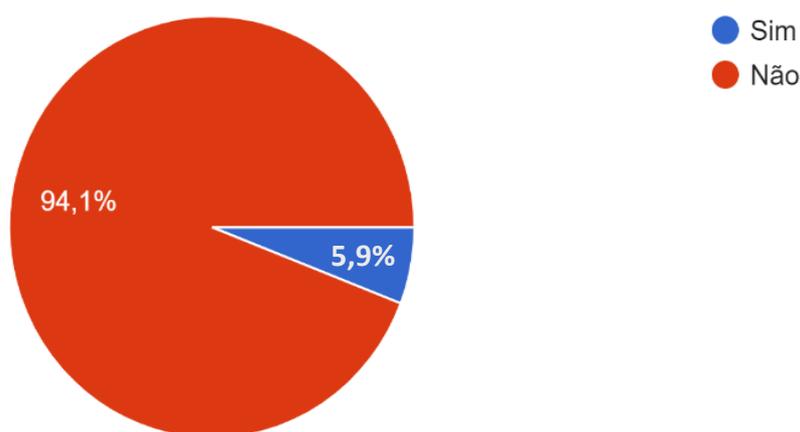
De acordo com Souza e Targino, (2016, p. 15) “Se as coleções existem para ser utilizadas, devem estar acessíveis em ambientes que permitam seu uso, incluindo os recursos de acessibilidade para quem mantém necessidades especiais [...]”.

Para definição das condições de mobilidade dentro do contexto das bibliotecas pesquisadas foram elencadas à identificação: se as bibliotecas possuem piso tátil direcional na parte interna, se possuem mais de um pavimento, se existe elevador, rampas de acesso às áreas suspensas, se há acesso livre ao ambiente do acervo, se há corredores na rota de acesso livre, se os corredores das estantes permitem mobilidade de Pessoas com Cadeira de Rodas (P.C.R.), se os corredores possuem espaço de manobras para P.C.R, bem como verificar se a disposição do mobiliário permite livre movimentação das pessoas cegas ou com alguma dificuldade de mobilidade.

Como facilitador da mobilidade, principalmente por pessoas cegas ou com baixa

visão é imprescindível que o local da biblioteca disponha de piso tátil na parte interna para favorecer que pessoas cegas ou com baixa visão possam se locomover tranquilamente pelo ambiente. Perguntou-se aos bibliotecários sobre a existência de piso tátil na parte interna da biblioteca, de acordo com o gráfico 21, apenas em 5,9% das bibliotecas este item de acessibilidade está presente.

Gráfico 21 – existência de piso tátil na parte interna das bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

O tipo de piso/revestimento ou pavimento também é de grande importância quando falamos de acessibilidade, neste ponto específico a NBR 9050 evidencia que:

Os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável e não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapantes, sob qualquer condição (seco ou molhado).

Deve-se evitar a utilização de padronagem na superfície do piso que possa causar sensação de insegurança (por exemplo, estampas que, pelo contraste de desenho ou cor, possam causar a impressão de tridimensionalidade). (ABNT, 2020, p. 53).

Na concepção de Pupo, Melo e Ferres (2006, p.26):

O pavimento é o elemento construtivo que mais interage com o usuário. Além de ser suporte e união com o solo, ele também funciona como revestimento estético e canal contínuo de informação e orientação para pessoas com deficiência visual, oferecendo a possibilidade de estabelecer uma linguagem clara e eficaz para emitir e receber mensagens através da textura, efeito sonoro e cor com as pessoas com deficiência visual e com mobilidade reduzida.

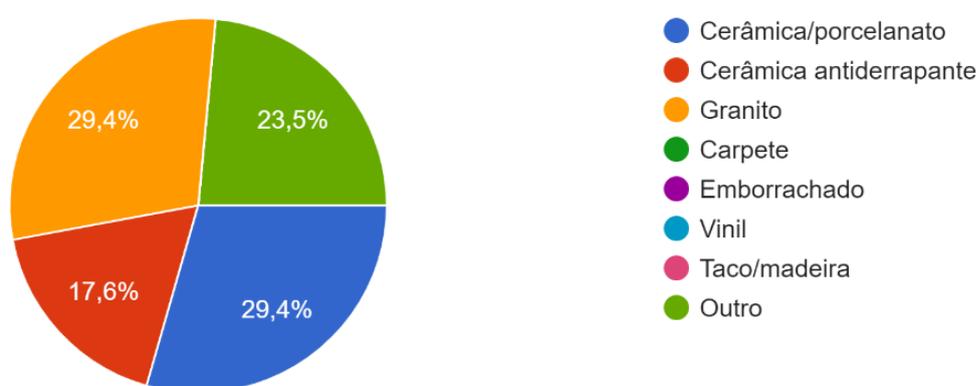
As principais características que se solicita ao pavimento, portanto, são a dureza, a característica antideslizante estando seco ou molhado e a ausência de rugosidades distintas num mesmo material. Sugere-se, portanto, que o pavimento seja:

- Estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando também dispositivos com rodas.
- Antideslizante, tanto em seco como em molhado. Para tal constatação é oportuno realizar provas no local, simulando as situações mais favoráveis ao deslizamento, como o acúmulo de pó ou limpeza com água ou cera, e comprovando que inclusive nessas condições o pavimento é seguro.
- Sem rugosidades diferentes no mesmo material, porque assim não será confundido

com uma mudança de textura e consequentemente com sinalização tátil.

Perguntou-se aos bibliotecários sobre o tipo de piso/pavimento das bibliotecas, conforme as repostas, os revestimentos são diversificados. Destacam a predominância dos pisos de granito e porcelanato, ambos com 29,4% das respostas, seguidos dos pisos que não se enquadraram nos tipos que foram apresentados para escolha, caracterizados em 23,5% das respostas e os pisos do tipo cerâmica antiderrapante que estão presentes em 17,6% das respostas.

Gráfico 22 – tipo de piso/pavimento das bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

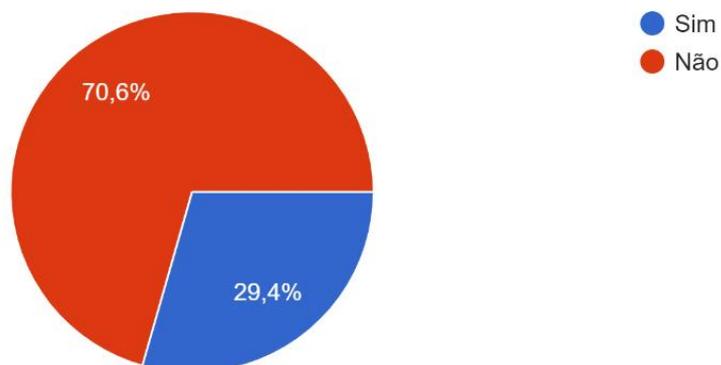
Ainda no quesito circulação interna, procurou-se verificar sobre a presença de corredores nas bibliotecas, de acordo com a NBR 9050/2020,

[...] os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos [...]. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são:

- a) 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m;
- b) 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m;
- c) 1,50 m para corredores de uso público;
- d) maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas [...] (ABNT, 2020, p. 68).

Sobre esse item, foi perguntado aos bibliotecários sobre a existência de corredores além dos que separam as estantes, como explicitado no gráfico 23 os bibliotecários informaram que apenas em 29,4% das bibliotecas há corredores, nas demais (70,6%) este item não se caracteriza.

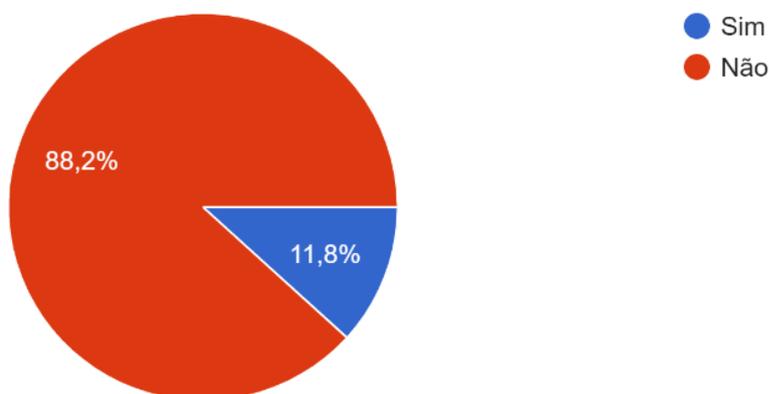
Gráfico 23 – existência de corredores nas bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

É comum que as bibliotecas possuam mais de um pavimento, uma opção para a otimização do espaço. Em relação a este ponto específico, perguntou se a biblioteca possui mais de um pavimento, de acordo com o gráfico 24, 88,2% afirmaram que a biblioteca não possui mais de um pavimento apenas em 11,8% das respostas afirmaram possuir mais de um pavimento.

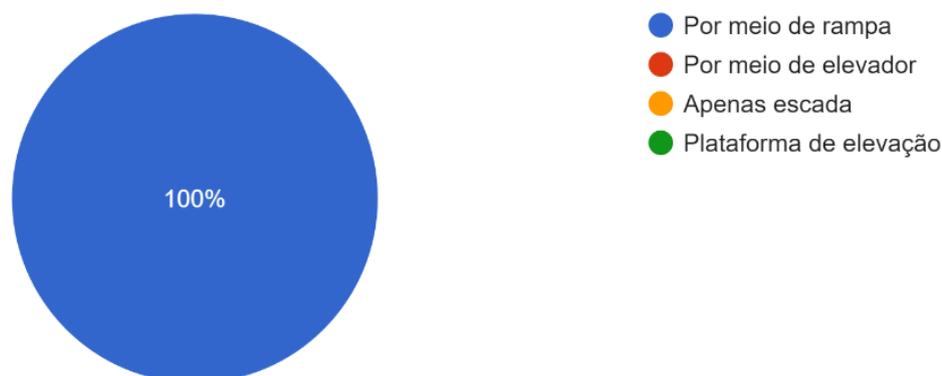
Gráfico 24 – quantidade de pavimentos da biblioteca



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Perguntou-se também como se dar o acesso ao outro pavimento da biblioteca, neste ponto específico todas as respostas asseguraram que o acesso a esse espaço é feito por meio de rampa de acesso que atende às necessidades dos usuários com mobilidade reduzida, pessoas em cadeira de rodas ou cegos.

Gráfico 25 – acesso ao segundo pavimento da biblioteca



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Sabe-se que o espaço das bibliotecas é composto por uma série de elementos que dão materialidade à sua existência, mesas, cadeiras, cabines de estudo, guarda-volumes, estantes, prateleiras, expositores, balcões, dentre outros, são caracterizados como mobiliário de biblioteca, estes por sua vez podem estar dispostos em meio a rota acessível e sobre este ponto a NBR 9050/2020 estabelece que:

Mobiliários com altura entre 0,60 m até 2,10 m do piso podem representar riscos para pessoas com deficiências visuais, caso tenham saliências com mais de 0,10 m de profundidade.

Quando da impossibilidade de um mobiliário ser instalado fora da rota acessível, ele deve ser projetado com diferença mínima em valor de reflexão da luz (LRV) de 30 pontos, em relação ao plano de fundo, conforme definido em 5.2.9.1.1¹, e ser detectável com bengala longa ou atender ao descrito em 5.4.6². (ABNT, 2020, p. 10)

Neste sentido fez-se necessário averiguar se a disposição do mobiliário não compromete a circulação das pessoas com mobilidade reduzida, pessoas em cadeira de rodas, pessoas cegas ou com baixa visão. Em relação a este item o gráfico 26 traz expresso que 64,7% das respostas dos bibliotecários afirmaram que a disposição do mobiliário permite a circulação de pessoas com algum acessório de mobilidade e 35,3% afirmação que a disposição do mobiliário não permite de forma facilitada essa mobilidade.

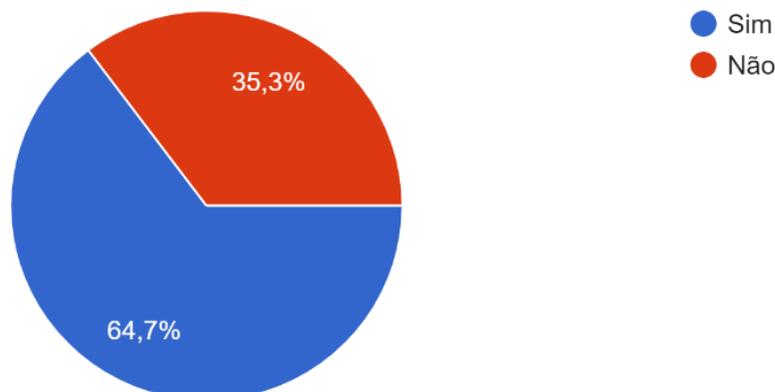
¹ 5.2.9.1.1 Contraste visual

O contraste visual tem como função destacar os elementos entre si por meio da composição claro-escuro ou escuro-claro, para chamar a atenção do observador. O contraste também deve ser usado na informação visual e para alertar sobre perigos. O contraste é a diferença de luminância entre uma figura e o fundo. Para determinar a diferença relativa de luminância, o LRV da superfície deve ser conhecido.

² 5.4.6 Sinalização tátil e visual no piso

Para a sinalização tátil e visual no piso, atender à ABNT NBR 16537

Gráfico 26 – disposição do mobiliário das bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

O livre acesso às dependências da biblioteca é fundamental para a garantia da autonomia do usuário, seja ele caracterizado “normal” ou pessoas com deficiência. Algumas bibliotecas optam por limitar o acesso das pessoas à área do acervo por inúmeros motivos: falta de sistemas de segurança para garantir a segurança do matérias, poucos profissionais para cuidar do atendimento aos usuários, política institucional, tamanho do acervo, etc. Outras por sua vez entendem que dar livre acesso aos usuários é fundamental, principalmente em meio à possibilidade do autoatendimento pelo próprio usuário no acesso aos materiais informacionais existente nas bibliotecas.

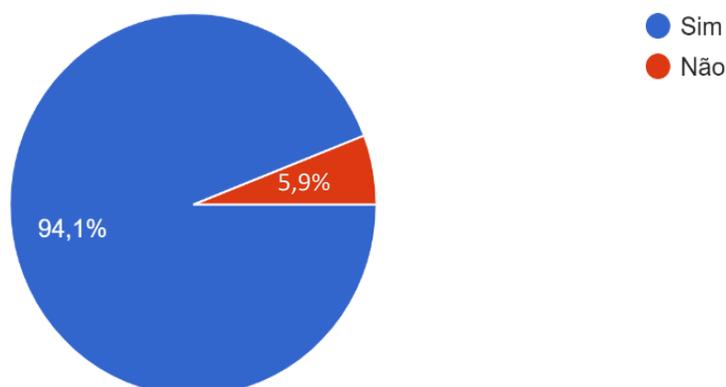
Outro fator de grande relevância é que no momento da visita dos avaliadores do MEC as instituições de ensino superior para avaliação *in loco* à biblioteca são observadas, dentre outros fatores, a garantia do livre acesso aos usuários ao acervo o que se caracteriza como de suma importância na construção do conceito de excelência no atendimento aos critérios avaliados, o Manual de Verificação *in loco* das condições institucionais estabelece no que se refere às bibliotecas, que:

[. . .] visitar as instalações da(s) biblioteca(s) utilizadas pelo curso – instalações para o acervo, considerando a área física, condições de armazenagem (como iluminação, extintor de incêndio, sistema anti-furto, sinalização), condições de preservação (manutenção preventiva e corretiva, umidade correta, sistema antimofa), **de acesso ao acervo por parte dos usuários e de funcionamento**; instalações para estudos individuais e salas para estudo em grupo (áreas reservadas para consultas e estudo individual de professores e alunos e para consulta à biblioteca local e remota, bem como instalação elétrica para uso de computadores do próprio usuário, acesso a usuários com necessidades especiais[. . .] (MEC, 2002, p.74, grifo nosso).

No contexto da acessibilidade, fez-se necessário averiguar com os bibliotecários se a área do acervo das bibliotecas do IFMA é limitada ou livre à circulação dos usuários. Com respostas obtivemos que 94,1% das bibliotecas os alunos tem acesso à área do acervo e apenas

e 5,9% esse acesso é restrito a funcionários conforme pode ser verificar no gráfico 27 abaixo.

Gráfico 27 – acesso à área do acervo das bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Sabe-se que as bibliotecas constantemente tem como um dos seus maiores problemas o espaço no qual está inserida, este fato muitas vezes é caracterizado como problema. Conforme a quinta lei de Ranganathan “as bibliotecas são um organismo em crescimento” (Ranganathan, 2009), que para Sousa e Targino (2016, p. 25) “[...] atua como fundamento à gestão organizacional das bibliotecas como organismos sociais”.

O crescimento de uma biblioteca ocorre pela expansão do seu acervo, seja por doações ou compras, e esta expansão em muitos casos acaba por precarizar a acessibilidade uma vez que a área para circulação das pessoas tende a diminuir em detrimento a área de disponibilização do acervo e /ou o espaço entre as estantes para a circulação de usuário em cadeira de rodas também pode vir a diminuir pela necessidade de espaço para acomodar novos materiais informacionais.

Neste sentido cabe ressaltar o que apregoa a NBR 9050 sobre a definição dos espaços mínimos de mobilidade entre as estantes de uma biblioteca ao assegurar que “[...] a largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, conforme Figura 153. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas.” (ABNT, 2020, p. 135).

Figura 4 – Representação de espaço mínimo entre as estantes de uma biblioteca.

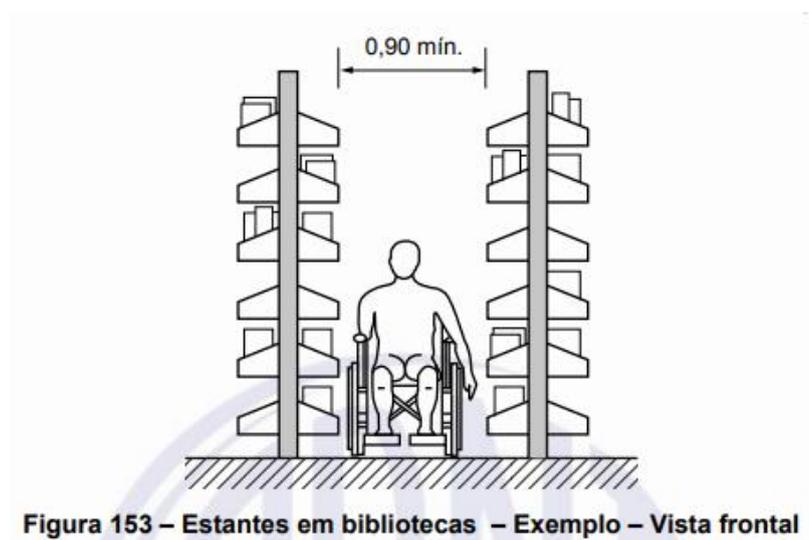
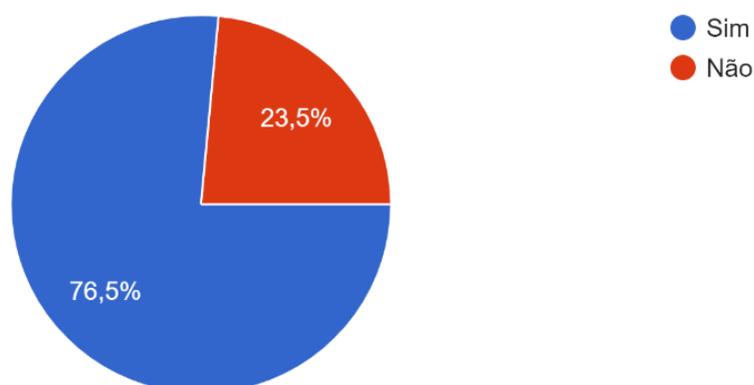


Figura 153 – Estantes em bibliotecas – Exemplo – Vista frontal

Fonte: (ABNT, 2020, p. 136)

Sobre este item, perguntou-se aos bibliotecários se os corredores das entre as estantes que abrigam o acervo estão de acordo com a NBR 9050 e se estes permitem o acesso e a manobra de P.C.R. De acordo com as respostas expressas no gráfico 28, em 76,5% das bibliotecas o distanciamento entre as estantes permite aproximação de P.C.R.

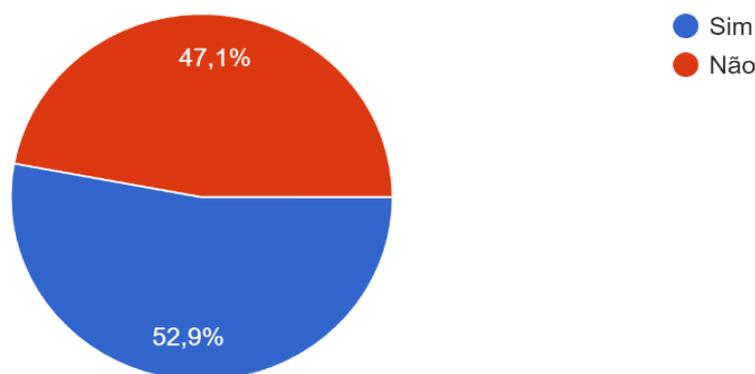
Gráfico 28 – largura dos corredores entre as estantes



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Já no que se refere a espaço de manobra para PCR, 52,9% dos respondentes afirmaram que os corredores das estantes possuem espaço para manobra de P.C.R.

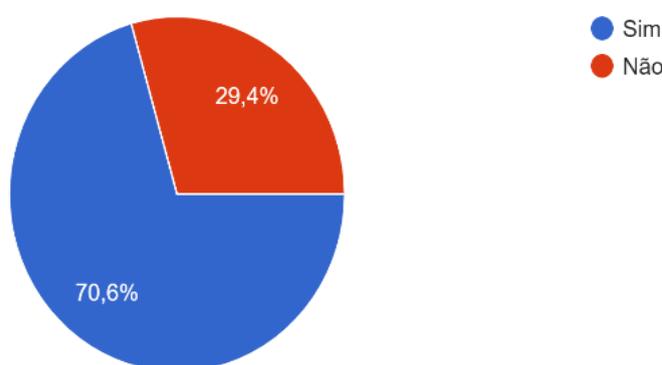
Gráfico 29 – garantia de espaço para mobilidade e manobra para P.C.R.



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Ainda como parte integrante dos espaços das bibliotecas, as áreas destinadas à administração da biblioteca e às salas de estudo também se configuram como áreas dentro do espectro da mobilidade e devem estar dentro da rota acessível como forma de prover o acesso das pessoas com mobilidade reduzida, pessoas em cadeira de rodas e as pessoas cegas ou com baixa visão, no contexto da acessibilidade. Como forma de averiguar se as bibliotecas dispõem desse tipo de ambiente, perguntou-se aos bibliotecários inicialmente sobre a existência de sala destinada à coordenação/administração da biblioteca, conforme o gráfico 30 em 70,6% das bibliotecas possui uma sala destinada à coordenação/administração da biblioteca.

Gráfico 30 – existência de sala da administração/chefia da biblioteca

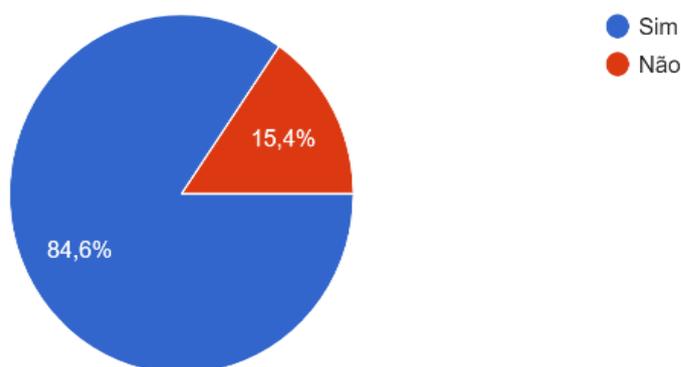


Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Sobre a referida sala encontrar-se em rota acessível para que Pessoa com

Mobilidade Reduzida, Pessoa em Cadeira de Rodas, pessoas cegas e com baixa visão possam ter acesso à mesma, 84,6% dos respondentes afirmaram que sim, conforme observa-se no gráfico 31 abaixo.

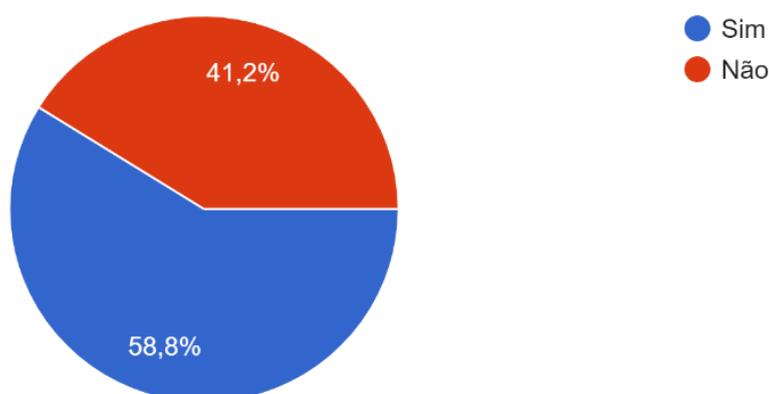
Gráfico 31 – Sala de administração/chefia da biblioteca encontra-se em rota acessível



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

As salas de estudo individual e em grupo são também parte integrante dos espaços internos das bibliotecas que assim como o salão principal são caracterizadas como áreas de convivência. Perguntamos aos bibliotecários se nas bibliotecas em que atuam há a existência desses espaços, em 58,6% das respostas os bibliotecários afirmaram haver salas para estudo coletiva ou individual conforme representação gráfica abaixo.

Gráfico 32 – existência de salas de estudo na biblioteca

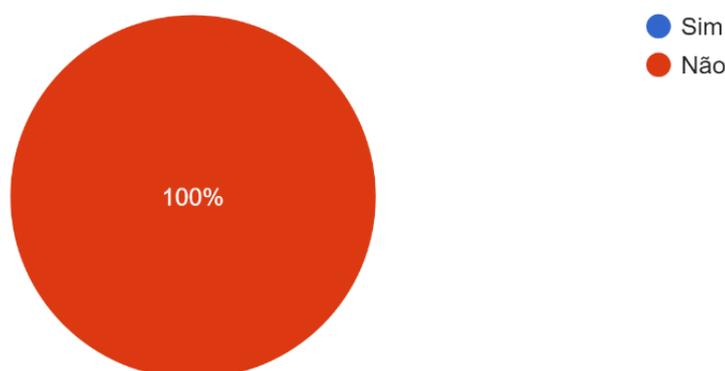


Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Em relação às condições de acesso aos ambientes das salas de estudo coletivo ou

individual, perguntamos aos bibliotecários se o trajeto até a sala é acessível, não possui nenhum impedimento que dificulte o acesso das PCDs, neste quesito 100% das respostas afirmaram não existir nenhuma barreira que dificulte o acesso das PCDs às salas de estudo.

Gráfico 33 – existência de barreiras para acesso às salas de estudo



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

A próxima variável em relação à acessibilidade dos ambientes físicos é o mobiliário da biblioteca. É importante que haja um espaço adequado para a circulação de diferentes tipos de pessoas como aquelas com mobilidade reduzida, nanismo, obesidade e pessoas com alguma deficiência visual. O tamanho e a disposição de móveis, assim como os banheiros, armários guarda-volume, bebedouros, balcão de atendimento dentre outros, também deve ser observado para que pessoas com estaturas e necessidades diferentes consigam usufruir de forma plena do mobiliário da biblioteca.

9.2.3 Mobiliários

Nesse parâmetro foram evidenciados os indicadores relacionados aos componentes do mobiliário presentes em Bibliotecas: balcão de atendimento, mesas, terminais de atendimentos, bebedouros, banheiros, armários guarda-volumes. Em relação a verificação das condições recomendáveis de disposição destes itens podemos evidenciar o que está contido na NBR 9050, evidenciando que o termo mobiliário está contido em todas as sessões da norma adequando-se as especificações gerais às situações particulares que nesse caso mais específico se adequa às bibliotecas.

Os balcões ou mesas para atendimento de usuários nas bibliotecas constituem-se

como itens fundamentais no processo de interação usuário/bibliotecário, este mobiliário serve para o atendimento ao leitor, para a inscrição e registro. Pupo, Melo e Ferres (2008, p. 53) destacam que o “[...] balcão de atendimento é o cartão de visitas de qualquer biblioteca, cujas metas devem prever que todas as facilidades e serviços sejam acessíveis a todos”.

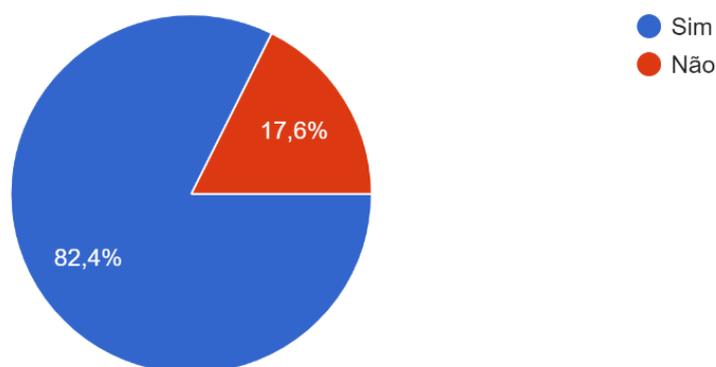
Os balcões de atendimento devem atender a especificações técnicas que garantam um melhor atendimento aos usuários e deve estar adequado para o atendimento das pessoas com deficiência. Em relação ao balcão de atendimento a NBR 9050, a qual assegura que de acordo com os Itens 9.2.1.4 e 9.2.1.5 afirma que:

9.2.1.4 Balcões de atendimento acessíveis devem possuir superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m.

9.2.1.5 Devem ser asseguradas altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,30 m, de modo que a P.C.R. tenha a possibilidade de avançar sob o balcão. (ABNT, 2020, p. 116)

Procurou-se verificar sobre a existência de balcão de atendimento nas bibliotecas, de acordo com o gráfico 34, este item está presente em 82,4% das bibliotecas do IFMA.

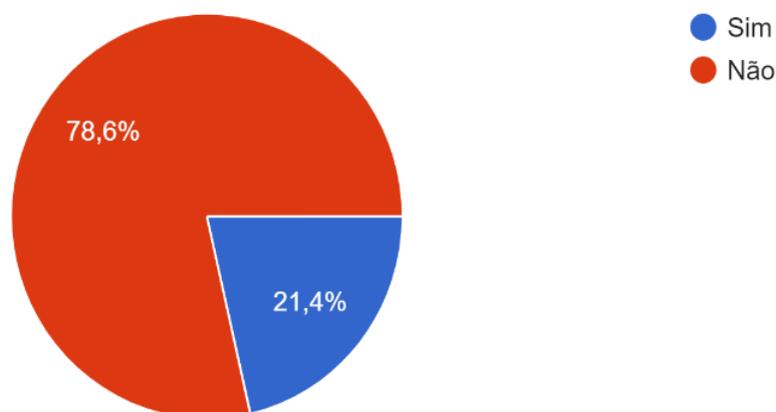
Gráfico 34 – existência de balcão de atendimento na biblioteca



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Foi solicitado aos respondentes que informaram positivamente sobre a existência de balcão de atendimento na biblioteca se o mesmo se encontra com as especificações mínimas descritas pela NBR 9050 explicitadas acima. Neste ponto específico em apenas 21,4% das bibliotecas os balcões apresentam-se de acordo com o que apregoa a NBR 9050 e permitem aproximação de P.C.R e de pessoas com nanismo.

Gráfico 35 – balcão da biblioteca está de acordo com as especificações recomendadas pela NBR 9050/2020

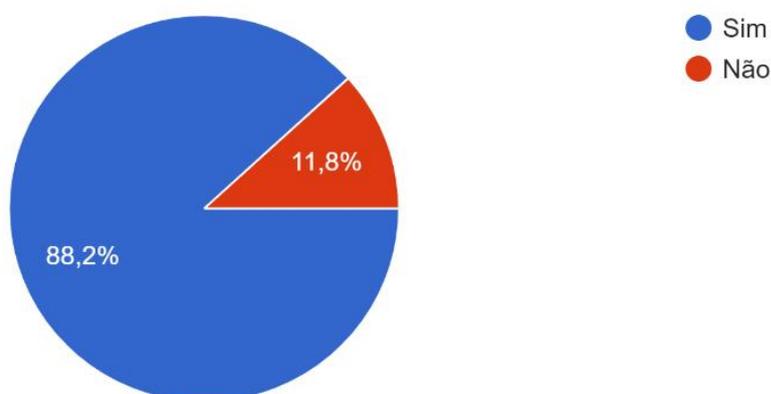


Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Armários guarda-volumes são mobiliários essenciais nas bibliotecas e caracterizam-se como de extrema funcionalidade em relação à guarda dos pertences dos usuários da biblioteca. Em relação às condições de acessibilidade que este mobiliário deve atender, em atendimento à NBR 9050, a mesma recomenda que “A altura de utilização de armários deve estar entre 0,40 m e 1,20 m do piso acabado. A altura de fixação dos puxadores e fechaduras deve estar em uma faixa entre 0,80 m e 1,20 m.” (ABNT, 2020, p. 112).

Em relação a este item, 88,2% dos respondentes informaram que as bibliotecas possuem armários guarda-volumes, e os mesmos atendem as condições de acessibilidade evidenciada conforme apregoa a norma de referência.

Gráfico 36 – existência de armário guarda-volume na biblioteca



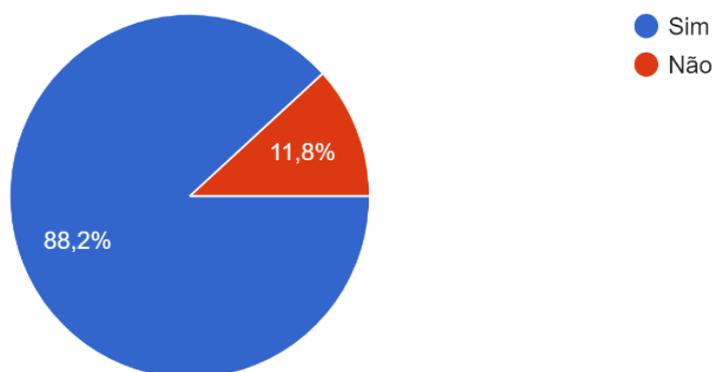
Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Mesas e cadeiras com medidas padronizadas que garantam acomodação confortável dos usuários de bibliotecas são de suma importância para a organização de um ambiente acessível, a biblioteca como um ambiente de pluralidade recebe um público com características diversas, usuários portadores de mobilidade reduzida, cegos e as pessoas com obesidade necessitam de mobiliários específicos que garantam o acolhimento e usabilidade do espaço das bibliotecas.

De acordo com a NBR 9050/2020, as mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem ser facilmente identificadas e localizadas dentro de uma rota acessível, devem possuir tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m”. Também devem garantir um Módulo de Referência - M.R. posicionado para a aproximação frontal. Deve ser garantida ainda circulação adjacente que permita giro de 180° à P.C.R. (ABNT, 2020, p. 116).

Neste quesito, 88,2% dos bibliotecários informaram que as mesas de estudo atendem à demanda de acordo com o que recomenda a NBR 9050, conforme se observa no gráfico 37.

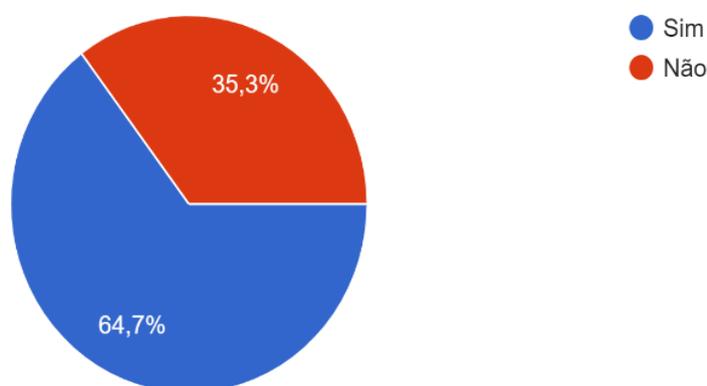
Gráfico 37 – Mesas de estudos adequadas aos parâmetros de acessibilidade de acordo com a NBR 9050/2020.



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

E no que se refere à garantia de uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para P.C.R. o gráfico 38 explicita que 64,5% dos bibliotecários informaram que as mesas permitem a aproximação de P.C.R., já em 35,3% das respostas foi caracterizado que a disposição das mesas no ambiente interno da biblioteca dificulta a aproximação de P.C.R.

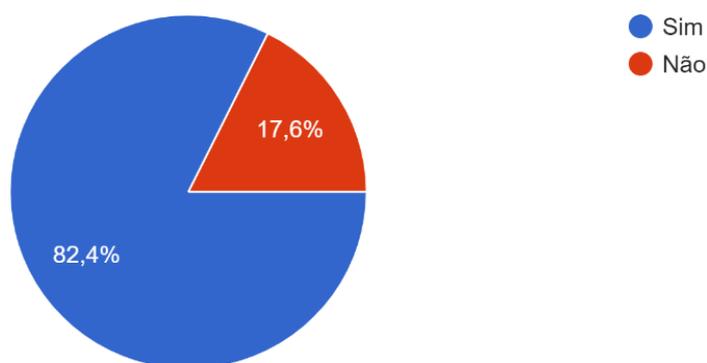
Gráfico 38 – garantia de uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para P.C.R no entorno das mesas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Em relação às cadeiras, estas precisam ser flexíveis ao deslocamento para favorecer a garantia de acesso facilitado a P.C.R às mesas. Segundo os respondentes em 82,4% das bibliotecas as mesmas podem ser descoladas facilmente a depender da necessidade de adequação do espaço para uma P.C.R conseguir acessar as mesas de estudo.

Gráfico 39 – Cadeiras do ambiente de estudo permitem flexibilidade para movimento

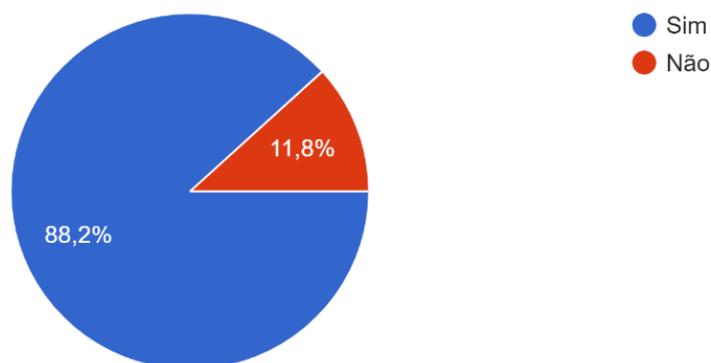


Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Como parte do mobiliário básico das bibliotecas, as cabines de estudo individual sempre se destacam, os usuários a utilizam com muita frequência, pois são moveis que oportunizam aos alunos que precisam de um espaço adequado para estudar uma maior comodidade, assim como as mesas, este mobiliário precisa permitir que as P.C.R possam

acessá-lo, para tanto devem possuir tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso acabado. Sobre este item perguntou-se aos bibliotecários se a biblioteca dispõe de cabines de estudo individual, 88,2% dos respondentes responderam que sim, há cabines de estudo individual na biblioteca.

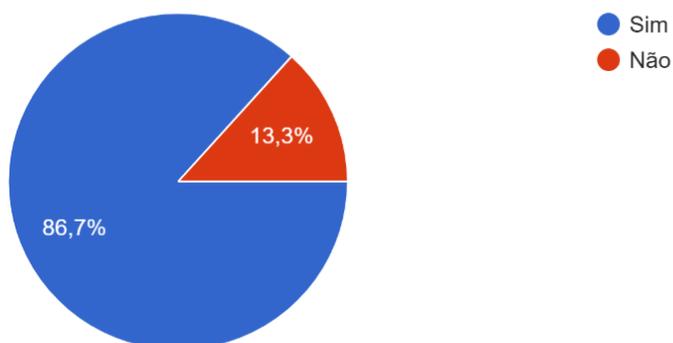
Gráfico 40 – Existência de cabines de estudo na biblioteca



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Perguntou-se também se estas são acessíveis e permitem aproximação de P.C.R, de acordo com o gráfico 41, 86,7% dos respondentes responderam que sim, as cabines são acessíveis e permitem aproximação de P.C.R.

Gráfico 41 – Cabines adequadas à aproximação de P.C.R.



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Banheiros acessíveis são garantias básicas de acessibilidades em ambientes públicos, e as bibliotecas de instituições de ensino como ambientes, que por muitas vezes os

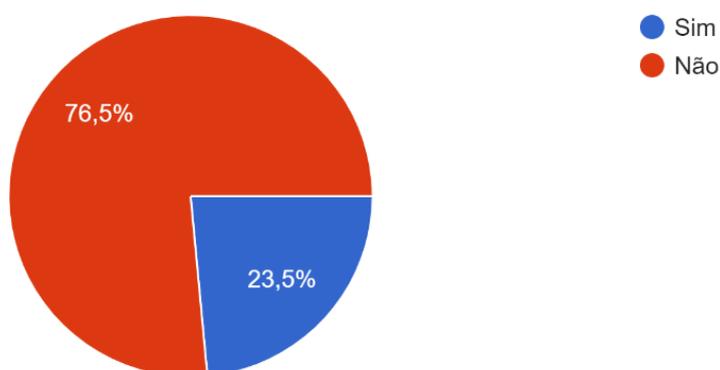
usuários precisam permanecer por um tempo bem significativo, ter banheiros acessíveis nesses ambientes é de suma importância. Para Pupo; Melo; Ferres (2006, p. 28) “A biblioteca tem que possuir banheiros acessíveis com a máxima prioridade. Um dos direitos básicos que qualquer pessoa deve ter é o acesso irrestrito e condições de privacidade ao que se refere à higiene pessoal.”

De acordo com o item 7 da NBR 9050/2020 que trata sobre banheiros, quanto a localização:

[...] devem localizar-se em rotas acessíveis, próximas à circulação principal, próximas ou integradas às demais instalações sanitárias, evitando estar em locais isolados para situações de emergências ou auxílio, e devem ser devidamente sinalizados, [...] recomenda-se que a distância máxima a ser percorrida de qualquer ponto da edificação até o sanitário ou banheiro acessível seja de até 50 m. [...] devem possuir entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto. (ABNT, 2020, p.82-82).

Em relação a este item, perguntamos aos bibliotecários se os ambientes das bibliotecas em que atuam possuem banheiros e se os mesmos são acessíveis. Apenas 28,5% das bibliotecas possuem banheiros.

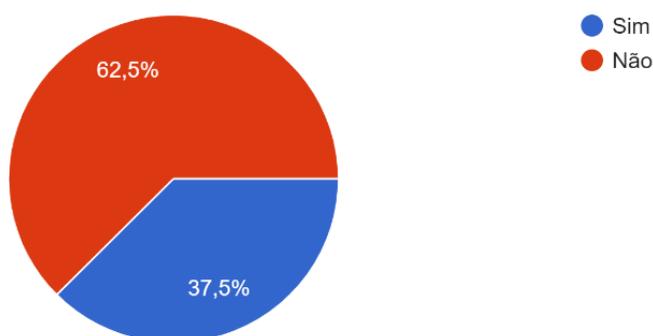
Gráfico 42 – existência de banheiros na biblioteca



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Quando perguntamos se os mesmos são acessíveis de acordo com o que recomenda a NBR 9050, 37,5% dos respondentes informaram que sim, os banheiros são acessíveis, conforme pode ser observado nos gráficos abaixo.

Gráfico 43 – Os banheiros atendem as condições de acessibilidade dos banheiros.



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Outro fator importante em relação à acessibilidade são as bancadas de computador e os terminais de consulta ao acervo disponíveis na biblioteca. Segundo a NBR 9050, “nas bibliotecas e centros de leitura, todo o mobiliário deve atender à Seção 9. A Figura 152 apresenta um exemplo de terminal de consulta acessível.” (ABNT, 2020, p. 135)

Figura 5 – Representação de bancadas de computador acessível

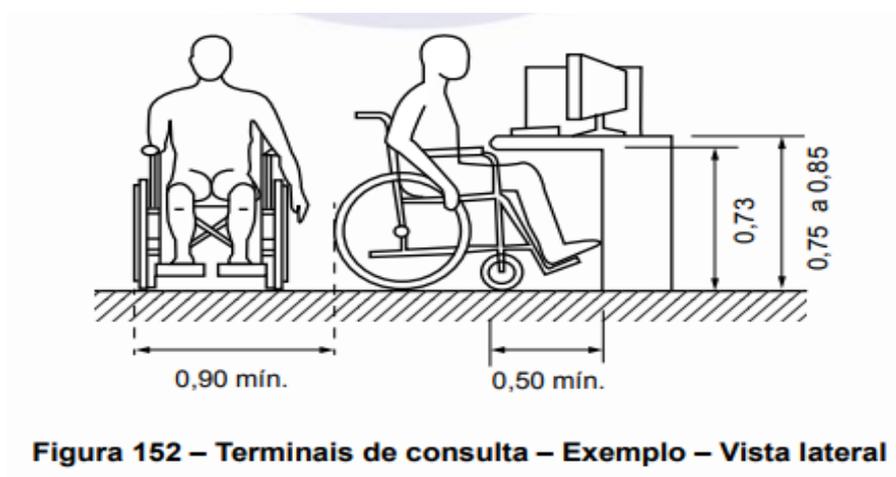
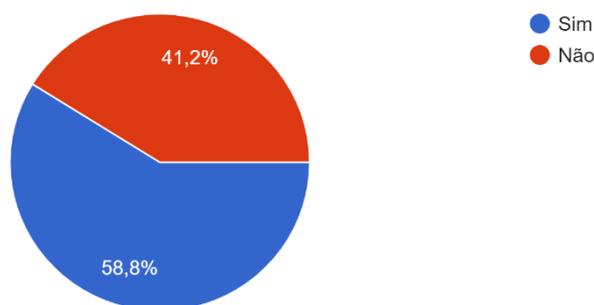


Figura 152 – Terminais de consulta – Exemplo – Vista lateral

Fonte: (ABNT, 2022, p. 135)

Sobre esse item, 58,8% dos bibliotecários informaram que as bibliotecas têm bancadas de computador e terminais de consulta disponíveis conforme disposto no gráfico 44.

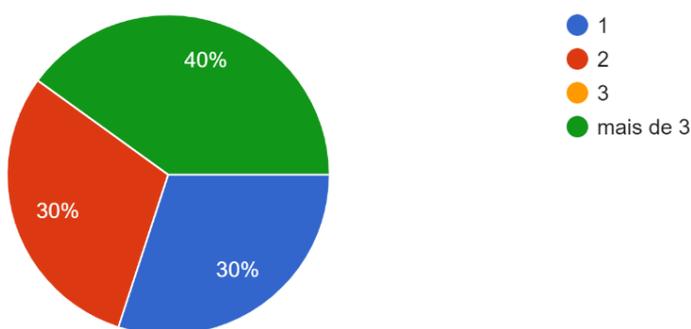
Gráfico 44 – existência de bancadas de computador e terminais de consulta na biblioteca



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Em relação à quantidade de terminais de computador disponíveis na biblioteca para consulta, em complemento à pergunta anterior, de acordo com o gráfico 45, 40% das respostas informaram a existência de mais de 3 (três) terminais de consulta, 30% informaram haver 2 (dois) terminais de consulta e 30% das bibliotecas informaram possuir apenas 1 (um) terminal de consulta.

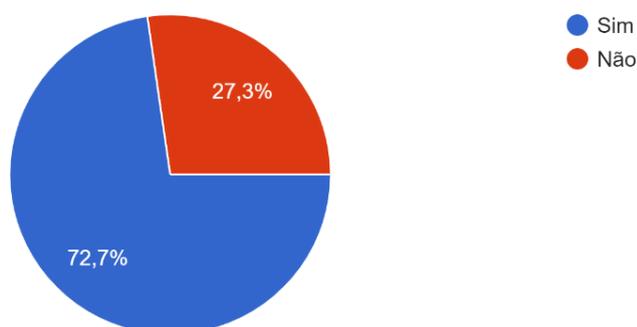
Gráfico 45 – quantidade de terminais de computadores de consulta ao acervo



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Perguntou-se também, em caso de resposta positiva para a existência de terminal de consulta ao acervo, se os terminais de consulta são acessíveis, permitem aproximação de P.C.R e apresentam as dimensões explicitadas pela NBR 9050 já mencionada acima. Em 72,7% das respostas evidenciam que os terminais de computadores são acessíveis conforme demonstra o gráfico 46 abaixo.

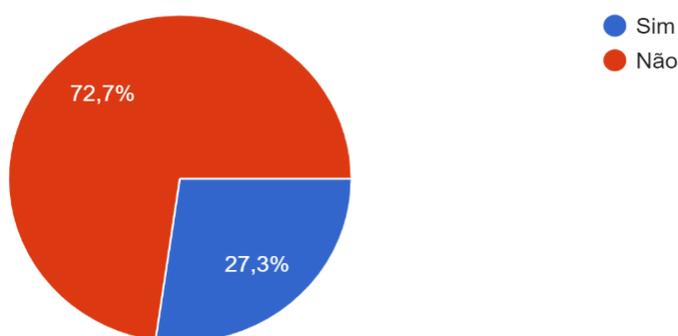
Gráfico 46 – terminal de computador acessível



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Já quando perguntados se os terminais de computador utilizados para consulta ao acervo estão equipados com ferramentas de acessibilidade (Leitores de Tela, ampliadores de tela, sintetizadores de voz) que permitem a utilização por pessoas cegas ou com baixa visão, o gráfico 47 evidencia que apenas 27,3% dos respondentes informaram que sim.

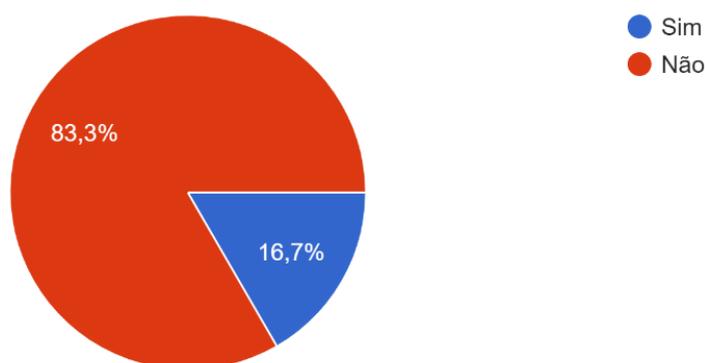
Gráfico 47 – terminais de computador equipados com ferramentas de acessibilidade (Leitores de Tela, ampliadores de tela, sintetizadores de voz)



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Em relação aos periféricos (Teclados e Mouses) como parte integrante dos computadores e/ou terminais de consulta, perguntamos se estes itens são adaptados para uso de pessoas cegas ou baixa visão, conforme o gráfico 48 apenas 16,7% das respostas foi informado positivamente que os periféricos são acessíveis.

Gráfico 48 – teclados de mouses acessíveis



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

É perceptível que o conjunto de aparatos que compõe o ambiente de uma biblioteca deve também adequar-se as condições de acessibilidade a que está se propõe a ofertar, pois a disposição correta do mobiliário e suas especificações de acordo com o que recomenda a NBR 9050/2020 são fundamentais para a manutenção das condições adequadas de acessibilidade no espaço da biblioteca. Outro ponto também importante, no contexto da garantia da acessibilidade, aliado o mobiliário e a estrutura física do espaço é a sinalização, um componente importante que auxilia os usuários a se localizar no ambiente e esta também deve estar adequada com o recomenda a NBR 9050/2020, para que as pessoas com deficiência que são usuárias da biblioteca possam também se localizar.

9.2.4 Sinalização

A norma NBR 9050/2020, evidencia que a sinalização nos ambientes deve ser explicativa, clara e seguir uma sequência lógica de orientação e passível de repetição quando houver alteração de direção. Deve estar visível e acessível, de forma que possa ser lida por pessoas sentadas, em pé ou em movimento, em placas que respeitem ângulos de alcance visual e tátil isso se aplica tanto aos usuários ditos normais quanto aos que possuem alguma deficiência.

O item 5 da NBR 9050/2020 trata sobre sinalização e informação, o item 5.2 evidencia que a sinalização “[...] deve ser autoexplicativa, perceptível e legível para todos, inclusive às pessoas com deficiência [...]” (ABNT, 2020, p. 32). No caso específico das bibliotecas esta sinalização caracteriza-se como um importante canal de comunicação entre a biblioteca e o usuário, a sinalização informativa de acordo com a NBR 9050/2020 enfatiza que

esta deva ser “[...] utilizada para identificar os diferentes ambientes ou elementos de um espaço ou de uma edificação. No mobiliário esta sinalização deve ser utilizada para identificar comandos.” (ABNT, 2020, p. 33).

Sobre este pressuposto, procurou-se verificar as condições de sinalização que as bibliotecas pesquisadas utilizam como forma de melhorar a localização das pessoas com deficiência nos ambientes da Biblioteca. Nesse sentido podemos evidenciar os tipos de sinalização explicitados pela NBR 9050, a norma traz em seu cerne alguns tipos de sinalização, a saber: a visual, que é composta por mensagens de textos, símbolos e figuras; a tátil, que é caracterizada por meio de caracteres em relevo, braile ou figuras em relevo e a sonora, que é realizada com recursos auditivos. (ABNT, 2020).

No que se refere à sinalização acessível, de acordo com Pupo; Melo; Ferres (2006, p. 29), A sinalização dos espaços deve estar claramente visível e compreensível, seguindo a Norma ABNT NBR 9050 sobre símbolos de circulação, sanitários, comunicação, deficiência e acesso.

Ainda de acordo com Pupo; Melo; Ferres (2006, p. 29),

A sinalização tátil proporciona-se através de texturas rugosas, caracteres em Braille e em relevo. As texturas rugosas serão utilizadas para pavimentos. No caso da sinalização tátil em Braille, existe a sugestão de ser colocada na lateral interna dos corrimãos de escadas ou rampas, no começo destes, com o texto para baixo, mas sua principal aplicação deve ser nas placas sinalizadoras acessíveis ao alcance do tato localizadas nas portas, entrada a novos cômodos ou salas.

Em relação à localização da sinalização, de acordo com a NBR 9050, devem ser localizadas de forma a identificar claramente as utilidades disponíveis dos ambientes. Devem ser fixadas onde as decisões são tomadas, em uma sequência lógica de orientação, de um ponto de partida a um ponto de chegada. Devem ser repetidas sempre que existir a possibilidade de alterações de direção.

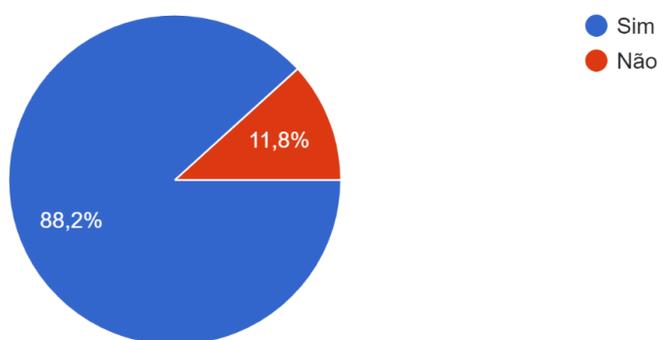
A sinalização de localização, conforme consta na NBR 9050/2020, são sinais que, independentemente de sua categoria, orientam para a localização de um determinado elemento em um espaço, tais como piso tátil, caracterizado pela NBR 16537/2024 como, “[...] piso caracterizado por relevo e luminância contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação perceptível por pessoas com deficiência visual, destinado a formar a sinalização tátil no piso”. Como informado anteriormente, não são verificadas na maioria dos ambientes internos das bibliotecas estudadas, o que de fato pode acabar por caracterizar uma perda de autonomia do usuário cego ou com baixa visão a si locomover com mais facilidade pelos ambientes das bibliotecas.

O canal de comunicação entre biblioteca e usuários se dá por meio da sinalização,

que pode ser visual, tátil, sonora ou braile. De acordo com Costa e Oliveira (2021), a ausência de comunicação acessível pode acarretar um distanciamento do aluno com deficiência, impactando negativamente na sua autoestima, autoconfiança, causando assim, seu afastamento da biblioteca.

Neste sentido, perguntou-se aos bibliotecários se a biblioteca é sinalizada e se a sinalização atende aos padrões de acessibilidade, ou seja, se pode orientar e ser utilizada por pessoas com deficiência. De acordo com 88,2% dos bibliotecários a biblioteca é sinalizada como expressa o gráfico 49.

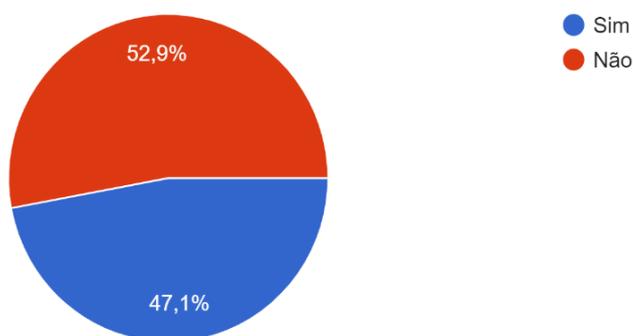
Gráfico 49 – existência de sinalização na biblioteca (Corredores, estantes, salas de estudo)



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Já em relação se a sinalização é acessível como demonstrado no gráfico 50 apenas 47,1% informou que sim, a sinalização da biblioteca está acessível a pessoas com deficiência.

Gráfico 50 – sinalização acessível (Braile, em relevo, sonora ou em libras)



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

No que se refere a acessibilidade arquitetônica as bibliotecas precisam melhorar sua estrutura física para que esta possa de fato ser caracterizada como acessível, apesar de algumas unidades estarem se modernizando e transformando seus espaços em ambientes acessíveis, essa mudança precisa ser efetiva desde o acesso às dependências compreendendo as áreas externas, calçadas sinalizadas, rampas de acesso, retirada de barreiras impeditivas como degraus, instalação de piso tátil para facilitar o acesso das pessoas com deficiência. Neste ponto específico as condições em que se encontram as bibliotecas em sua totalidade não podem ser caracterizadas como ambientes efetivamente acessíveis.

Neste ponto específico há uma série de legislações e normas técnicas que asseguram que as instituições precisam estar adequadas para receber e atender as pessoas com deficiência, o estatuto da pessoa com deficiência em seu artigo 27 estabelece que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem e ainda reafirma no inciso XVI do artigo 28 que é dever do estado garantir a acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino. (Brasil, 2015).

Referindo-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMA, o mesmo também assegura que a instituição tem o compromisso de garantir plenas condições de acesso e acessibilidade as pessoas com deficiência. É inegável que houve alguns avanços por parte da instituição em garantir melhores condições de acesso as pessoas com deficiência, principalmente com a melhoria das instalações dos campi, com a construção de rampas de acesso, sinalização tátil direcional, implementação dos NAPNEs, capacitação profissional, mas o que de fato chama a atenção é porque a maioria das bibliotecas da instituição não acompanharam essa evolução.

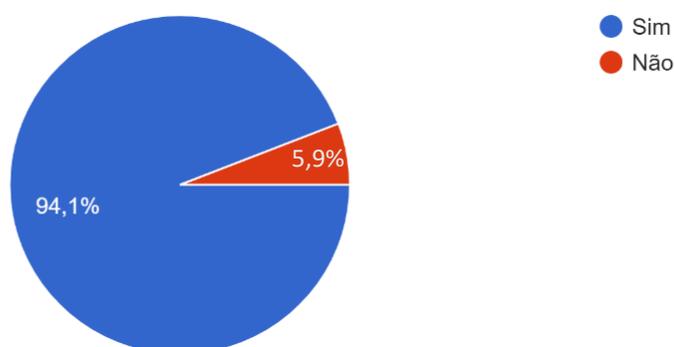
9.3 Acessibilidade informacional na perspectiva do bibliotecário

A segunda parte do estudo foi realizada levando em consideração as condições de acesso informacional garantidas pelas bibliotecas pesquisadas às pessoas com deficiência que são usuárias das bibliotecas. Procurou-se averiguar dentro do contexto da instituição, sob a ótica do bibliotecário, questões relacionadas à acessibilidade informacional no atendimento pleno às necessidades dos usuários que possuem alguma deficiência ou limitação.

Como parte integrante do escopo de atuação das bibliotecas a prestação de serviços informacionais deve favorecer uma série de requisitos no que se refere ao atendimento às pessoas com deficiência, neste sentido cabe aos profissionais que trabalham em ambientes de bibliotecas conhecer as diretrizes expressas na NBR 15559/2004 norma que se refere a “acessibilidade – comunicação na prestação de serviços” pois, de acordo com a referida norma, “a comunicação permeia a prestação de serviços: sem comunicação não há prestação de serviços. Assim como ocorre na comunicação, também a prestação de serviços envolve pelo menos um prestador ou emissor e outro, usuário ou receptor.” (ABNT, 2004).

Primeiramente fez-se necessário perguntar se as bibliotecas possuem usuários com deficiência, essa informação é de suma importância e no contexto da análise evidencia mais claramente as dificuldades impostas a estes usuários caso a biblioteca não possua as condições adequadas de acessibilidade para favorecer o pleno atendimento das necessidades informacionais desses usuários. Sobre esse quesito, o gráfico 51 mostra que em 94,1% das bibliotecas do IFMA tem como usuários pessoas com deficiência.

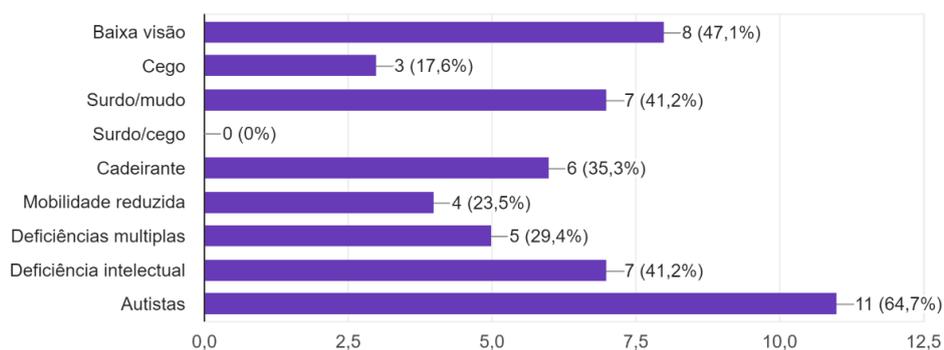
Gráfico 51 – presença de pessoas com deficiência como usuários da biblioteca



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Ainda como parte dessa caracterização, perguntou-se aos bibliotecários sobre os tipos de deficiência dos usuários. O gráfico 52 traz de modo geral a identificação das deficiências e o quantitativo de usuários. Foram identificadas 8 Pessoas com baixa visão, 3 pessoas cegas, 7 pessoas surdas/mudas, 6 cadeirantes, 4 pessoas com mobilidade reduzida, 5 pessoas com deficiências múltiplas, 7 pessoas com deficiência intelectual e 11 pessoas com o transtorno do espectro autista.

Gráfico 52 – tipos de deficiência dos usuários das bibliotecas.



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

É evidente que o número de usuários das bibliotecas que são pessoas com deficiência ou possuem transtornos globais do desenvolvimento está muito abaixo do quantitativo de alunos da instituição que informaram ser pessoas com deficiência, aproximadamente 1.400 alunos segundo dados do censo escolar de 2023, por isso faz-se necessário compreender todas as questões que se relacionam com a garantia de um espaço acessível bem como a garantia da acessibilidade informacional nas bibliotecas.

Nessa perspectiva, elaboramos perguntas que buscassem elucidar tais inquietações sobre, como o bibliotecário que atua nesses ambientes lidam com as dificuldades impostas pela necessidade de atendimento da demanda informacional das pessoas com deficiência, alunos regulares da instituição e usuários reais da biblioteca. Nos tópicos anteriores, procuramos elucidar as questões relacionadas às condições de acesso destes ao ambiente físico informacional, o que de maneira geral encontra-se muito em desacordo com o que está explicitado na legislação que garante o pleno atendimento a estes usuários não menos importantes àquelas que não dependem de condições diferenciadas de acesso à informação.

Para este fim, procuramos inicialmente averiguar se acervo da biblioteca possui materiais em linguagem acessível que atenda aos usuários com deficiência visual, principalmente os que compõem as bibliografias básicas e complementares dos cursos técnicos e superior das referidas instituições.

Neste quesito evidenciamos o que está explícito no documento da IFLA (2009, p. 26), ao afirmar que:

O serviço de biblioteca ideal é aquele onde cada indivíduo, independente do grau de limitação visual, tem acesso aos materiais e informação na hora em que necessite, em um formato que possa ser utilizado, e em quantidades que sejam suficientes, e cujas necessidades são compreendidas.

E não somente em relação à limitação visual, os alunos surdos muitas vezes encontram dificuldades recorrentes em relação ao acesso aos materiais informacionais que se encontram sob a guarda da biblioteca.

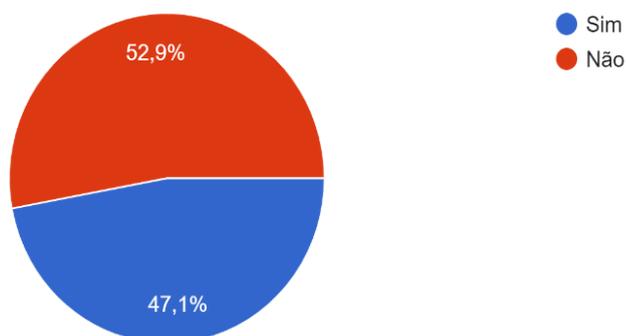
É sabido que o processo de busca por informações em uma biblioteca é permeado por um processo de interação entre usuário e bibliotecário, mesmo quando o usuário procura a informação de forma autônoma este processo só se torna possível por conta do trabalho prévio do bibliotecário, que neste caso, atua de forma indireta nesse processo de interação com o usuário. Sobre este aspecto é imprescindível que o bibliotecário tenha o conhecimento das diretrizes que apregoadas pela NBR 15599/2008 a qual traz em seu capítulo 5 que estabelece diretrizes para a comunicação na prestação de serviços no item 5.3.2 que trata sobre as bibliotecas estabelece que:

- O acervo bibliográfico deve contemplar versões para os diversos sentidos de percepção:
- a) material didático e lúdico que estimule o tato, olfato, paladar, visão e audição;
 - b) programas educativos com recursos de acessibilidade, como especificado na ABNT NBR 15290:2005, Seção 8;
 - c) gravações sonoras correspondentes ao programa em estudo;
 - d) recursos de apoio em LIBRAS, tais como fitas VHS, CD-Rom interativos, DVD, dicionários ilustrados e outros. (ABNT, 2008, p. 9)

O item 5.3.2.2 da referida norma ainda estabelece que o “acervo bibliográfico das escolas infantis, de nível médio ou superior deve ter disponíveis livros digitalizados, em formato digital, que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela.” (ABNT, 2008, p. 9)

Com base nessas orientações, perguntamos aos bibliotecários, se os materiais que compõem o acervo geral da biblioteca e das bibliografias básica e complementar dos cursos ofertados pela instituição encontram-se em linguagem ou formato acessível. Em relação ao acervo geral, o gráfico 53 demonstra que apenas em 47,1% das bibliotecas existem materiais em formato acessível.

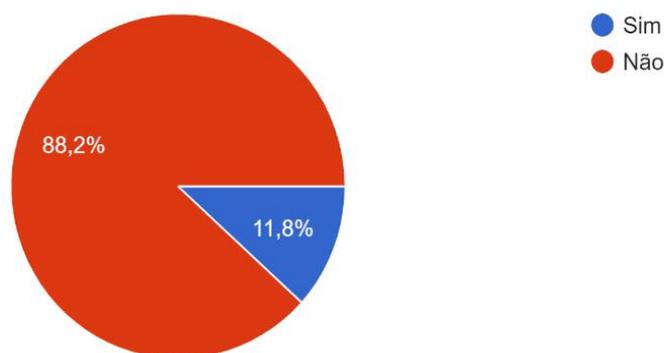
Gráfico 53 – existência de matérias informacionais em formato acessível nas bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Em relação às bibliografias básica e complementar dos cursos, esse número é ainda menor, conforme o gráfico 54 apenas em 11,8% das bibliotecas existem materiais acessíveis compondo a bibliografia dos cursos.

Gráfico 54 – existência de itens da bibliografia básica e complementar dos cursos em linguagem ou formato acessível



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

A política de formação e desenvolvimento de coleções é uma ferramenta de planejamento que padroniza e dá segurança à formação e ao desenvolvimento de coleções na biblioteca, desde sua seleção até o seu possível descarte, servindo de instrumento para tomada de decisões na alocação e aplicação dos recursos orçamentários públicos, para manutenção e atualização das coleções bibliográficas, bem como atender de forma efetiva a demanda informacional de todos os usuários com ou sem necessidades informacionais especiais.

A política de formação e desenvolvimento de coleções, de acordo com Lima e Figueiredo (1984), pode ser caracterizada:

[...] como um conjunto de normas e diretrizes que buscam determinar ações, descrever estratégias gerais, estabelecer instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e no desenvolvimento de coleções, em sintonia com os objetivos da instituição, dos diferentes tipos de serviços de informação e dos usuários do sistema. (Lima; Figueiredo, 1984, p. 139).

Em meio a toda diversidade pela qual passa o ambiente das bibliotecas, é necessário que estas instituições adotem modelos que acolham as diferenças individuais, aplicando recursos metodológicos e estratégias que facilitem o desenvolvimento das capacidades, tanto pessoais, como sociais dos seus usuários. Além do espaço físico, o acervo é uma das principais formas de a biblioteca fornecer um ambiente inclusivo, acessível e igualitário para o usuário com e sem deficiência. (Azambuja; Rozek, 2017).

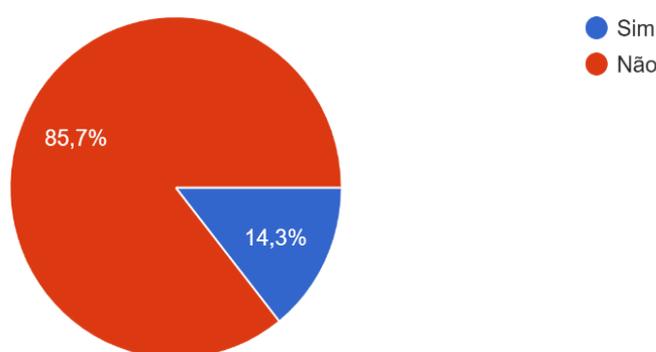
A NBR 15599/2008 também estabelece no seu item 5.3.2.4 que:

A produção editorial deve estar também disponível:

- a) em exemplares gravados em formato digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela, com as devidas proteções tecnológicas (codificação, cifragem ou outras);
 b) em braille e em alfabeto Moon, utilizado pelos surdo-cegos. (ABNT, 2008, p.10)

Neste sentido, perguntou-se aos bibliotecários sobre a inclusão de materiais em formato acessível na política de formação e desenvolvimento de coleções da biblioteca. De acordo com o gráfico 55 apenas em 14,3% das bibliotecas a política de desenvolvimento de coleções contempla a inclusão de materiais em formato acessível para aquisição.

Gráfico 55 – previsão aquisição de materiais em formato acessível na política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas

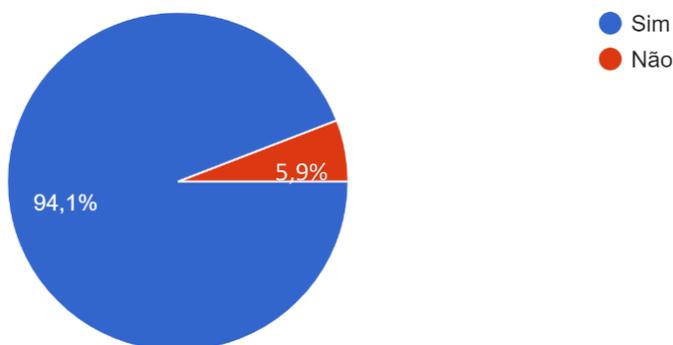


Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Os sistemas de gerenciamento de acervo e dos serviços de biblioteca caracterizam-se como uma ferramenta muito importante para a gestão das bibliotecas, tendo em vista que os mesmos permitem o cadastramento dos materiais informacionais que compõem o acervo, além de favorecer o controle de acesso e uso por meio do cadastro de usuários e na oferta de serviços de consulta, empréstimos e devoluções dos materiais informacionais da biblioteca.

Nesse ponto específico, foi questionado aos bibliotecários se a biblioteca na qual atuam possui sistema de gerenciamento do acervo e serviços de biblioteca, de acordo como os dados do gráfico 56 existe sistema em 94,1% das bibliotecas pesquisadas.

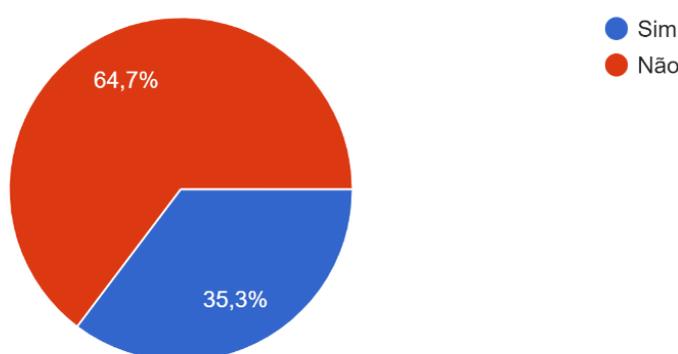
Gráfico 56 – existência de sistema de gerenciamento de biblioteca



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

É fato que este sistema além de facilitar o acesso às informações do acervo da biblioteca ele também precisa proporcionar uma boa usabilidade para todos, e neste ponto estão os alunos com deficiência, principalmente os alunos cegos e com baixa visão, os quais necessitam que esse sistema disponha de ferramentas de acessibilidade para que os usuários com deficiência tenham autonomia. Neste sentido, perguntamos aos bibliotecários se os sistemas de gerenciamento das bibliotecas possuem a funcionalidade acessibilidade, o gráfico 57 explicita que apenas em 35,3% das bibliotecas os sistemas possuem a função “acessibilidade”.

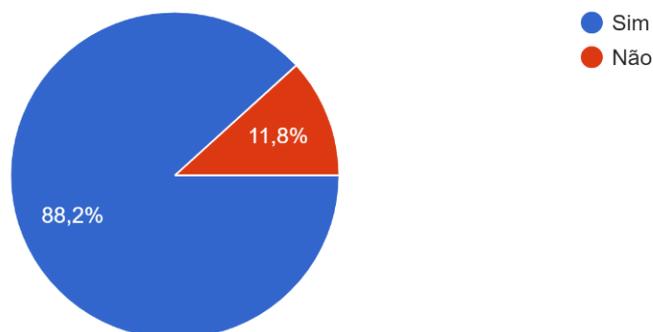
Gráfico 57 – sistema de gerenciamento da biblioteca possui a função acessibilidade



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

As bibliotecas virtuais e digitais são uma forma e garantir um acervo atualizado e abrangente, principalmente em bibliotecas que não dispõe de recursos financeiros específicos para aquisições materiais informacionais impressos ou por conta da limitação do espaço físico das mesmas, a contratação de serviços de oferta de biblioteca virtuais, na qual o aluno tem acesso a determinado número de títulos tem sido uma boa alternativa para as bibliotecas. Outro ponto positivo é que os materiais informacionais disponíveis nessas bibliotecas podem ser acessados com uso de ferramentas de acessibilidade, como leitores de tela, leitores digitais do texto contido nos materiais, ampliadores de telas, etc. Perguntamos aos bibliotecários se as bibliotecas onde atuam possuem serviços de bibliotecas virtuais e digitais, como explicitado no gráfico 58, em 88,2% das bibliotecas essa ferramenta está presente.

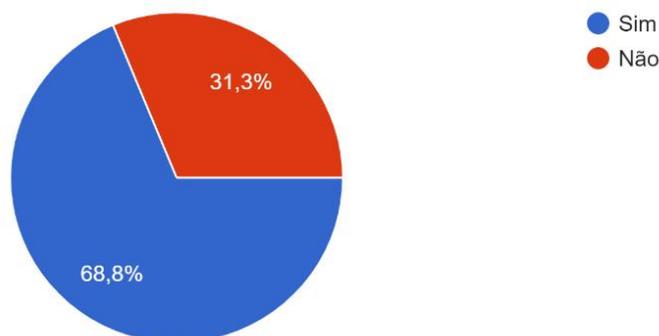
Gráfico 58 – existência de bibliotecas virtuais nas unidades



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Perguntamos ainda se as bibliotecas virtuais disponíveis possuem a funcionalidade acessibilidade que favoreça o uso de pessoas com deficiência, sobre este ponto específico 68,8% afirmaram que sim, como verifica-se no gráfico 59 abaixo.

Gráfico 59 – Bibliotecas virtuais possuem a funcionalidade acessibilidade.



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Em seguida procuramos averiguar sobre a existência de tecnologias assistivas que favoreçam o pleno atendimento de usuários que tem necessidades informacionais específicas e que atendam as condições impostas por sua deficiência, seja ela sensorial, de mobilidade, sonora ou visual.

Para podermos entender o que são tecnologias assistivas, vamos precisar lançar mão de alguns conceitos, de forma mais superficial, apenas para reforçar o entendimento.

Tecnologia assistiva ou ajudas técnicas é uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas funcionais encontrados pelos indivíduos com deficiências, ou também pode ser caracterizada como um arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais e conseqüentemente promover vida independente e inclusão de pessoas com deficiência, pessoas idosas e pessoas obesas. (Brasil, 2012).

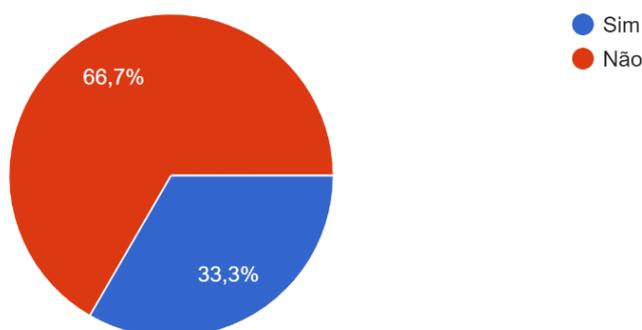
E de acordo com o estatuto da pessoa com deficiência, tecnologia assistiva ou ajuda técnica é caracterizada como:

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social; (Brasil, 2015).

A NBR 15599/2008 sobre tecnologia assistiva estabelece no item 5.3.2.6 que escolas, bibliotecas e demais espaços educativos devem prover equipamentos e programas de computador com interfaces específicas, como ampliadores de tela, sintetizadores de voz, impressoras e conversores braile, entre outras possibilidades.

Neste quesito, as respostas mostraram que há tecnologias assistivas efetivas nas bibliotecas apesar de não ser em números expressivos em sua totalidade, pois conforme o gráfico 60 em 33,3% das bibliotecas os computadores possuem softwares que ajudam pessoas cegas ou com baixa visão a se comunicarem.

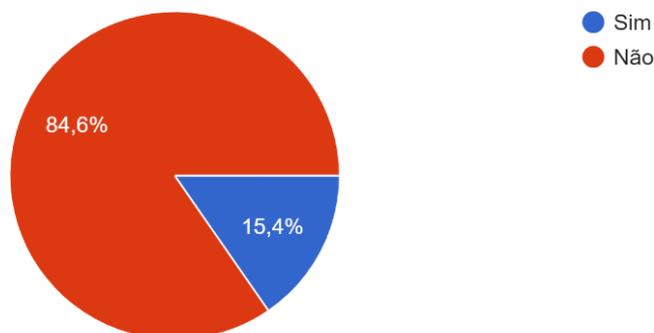
Gráfico 60 – computadores equipados com ferramentas de acessibilidade



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

No que se refere aos periféricos de computador (mouses e teclados), apenas em 15,4% das bibliotecas os mesmos são acessíveis conforme expressa o gráfico 61.

Gráfico 61 – existência de teclados e mouses acessíveis

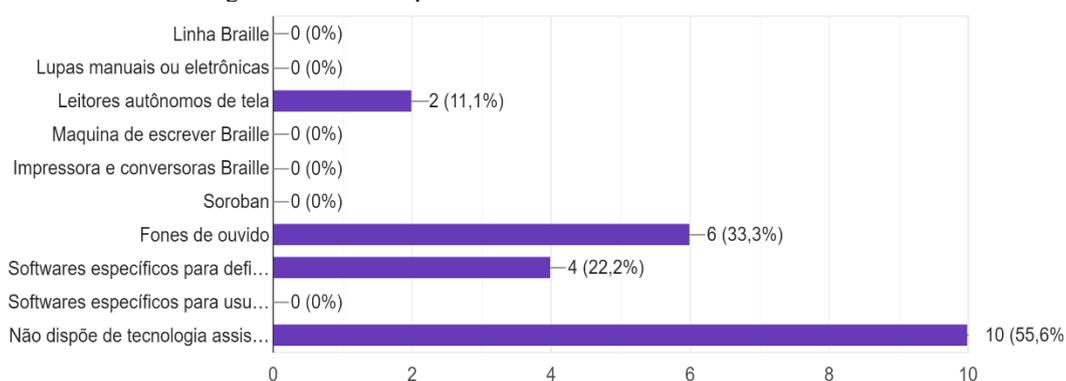


Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Elencamos as principais tecnologias assistivas que podem estar disponíveis e um

biblioteca e perguntamos aos bibliotecários quais destas tecnologias assistivas que as bibliotecas dispõem, o gráfico 62 evidencia que 11,1% das bibliotecas possuem leitores de tela, 33,3% tem fones de ouvido, 22,2% possuem softwares específicos para pessoas surdas ou cegas e 55,7% informaram não possuir tecnologia assistiva.

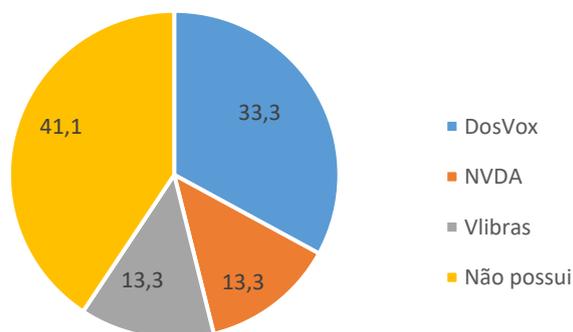
Gráfico 62 – tecnologias assistivas disponíveis nas bibliotecas



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

No que se refere aos programas específicos que permitam a leitura por computador do material ou tradução dos materiais para voz ou libras tais como (DOSVOX, NVDA, TTS Reader, ViaCam, VLibras, etc), 33,3% das bibliotecas possuem o DOSVOX, 13,3% possuem o NVDA e 13,3% possuem o VLibras.

Gráfico 63 – disponibilidade de ferramentas computacionais para favorecer a comunicação com os usuários surdos e cegos.

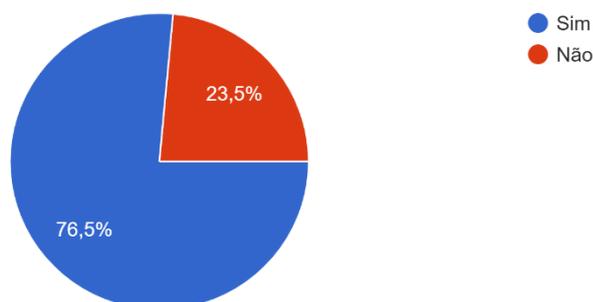


Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Em relação ao atendimento das pessoas com deficiência, os bibliotecários, quando perguntados se: A biblioteca quando solicitada realiza atendimento diferenciado aos usuários com alguma deficiência? Conforme caracterizado no gráfico 64, 76,5% dos respondentes

informaram que SIM

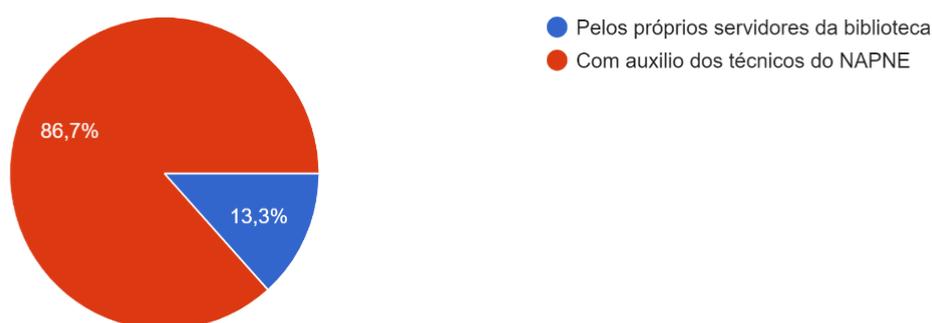
Gráfico 64 – atendimento dos usuários com deficiência pela biblioteca



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Perguntamos também em relação ao atendimento dos alunos surdos ou que possuem deficiência auditiva, de que maneira é feita, neste sentido demos duas opções para que os respondentes pudessem escolher: atendido pelo próprio pessoal da biblioteca ou, com a ajuda dos os profissionais do NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) que dispõe de interprete de libras e outros profissionais que dão o suporte necessários aos bibliotecários. A maioria das respostas (86,7%) enfatizaram que o atendimento é realizado com o apoio do pessoal do NAPNE, conforme consta no gráfico 65 abaixo.

Gráfico 65 – forma de atendimento dos usuários com deficiência



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

No que se refere aos profissionais que trabalham na biblioteca, estes precisam estar preparados para favorecer o pleno atendimento das pessoas com deficiência. A falta de qualificação dos profissionais que trabalham nas bibliotecas para favorecer o atendimento às pessoas com deficiência podem ser caracterizadas como mais um obstáculo para a construção de um ambiente de biblioteca acessível, pois além de um ambiente físico acessível, os profissionais que trabalham na biblioteca também precisam ser acessíveis.

Stroparo (2014, p. 172) enfatiza que a capacitação das pessoas que realizam o atendimento nas bibliotecas “[...] é fundamental para o atendimento adequado às necessidades específicas, porém por si só não terminam com as exclusões, os preconceitos e os estigmas. A inclusão depende de mudanças de atitudes, que devem ser incorporadas aos hábitos de atendimento.”

Cabe aqui ressaltar que, assim como salas de aula, laboratórios acessíveis, transporte acessível, recursos tecnológicos acessíveis, as bibliotecas acessíveis são contribuidores diretos para a permanência de alunos PCDs nas instituições de ensino e isso significa que a biblioteca acessível não pode ser apenas visualizada como o ambiente físico, mas tudo que compõe esse ambiente incluindo os profissionais que nela atuam.

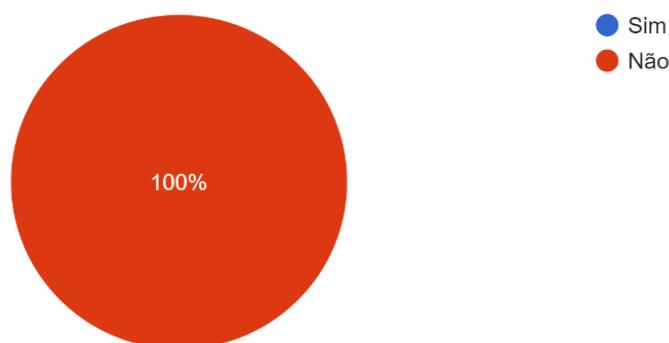
Inicialmente buscou-se averiguar se na formação inicial dos bibliotecários os mesmos fizeram alguma disciplina específica sobre formação para o atendimento às pessoas com deficiência, pois a inclusão de Libras nos currículos de formação de profissionais que atuam na área da educação está regulamentada pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e regulamentada pelo Decreto de nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005, nos cursos de bacharelado que formam profissionais que tem como campo e trabalho área da educação, como os bibliotecários, essa inclusão é facultativa apesar de ser extremamente necessária.

Cabe ressaltar que no contexto dos currículos dos cursos de biblioteconomia, de acordo com Souza, Germano Junior e Santos (2022), em pesquisa realizada sobre a existência da oferta da disciplina Libras nos currículos dos cursos biblioteconomia,

Em 20 cursos, distribuídos em 18 universidades federais, a disciplina foi encontrada dentro da matriz curricular. Constatou-se que em apenas 1 curso a disciplina era obrigatória (UFAL). Em 2 cursos como eletiva (UFPE e UFRGS). Por fim, em 17 cursos a disciplina era ofertada como disciplina optativa. (Souza; Germano Junior; Santos, 2022, p. 6).

Neste sentido, perguntou-se aos bibliotecários participantes da pesquisa se os mesmos, durante a graduação, cursaram alguma disciplina que pudesse favorecer o atendimento das pessoas com deficiência, neste ponto específico 100% das respostas afirmaram que os profissionais não cursaram em sua formação disciplinas relacionadas ao atendimento das pessoas com deficiência conforme expressa o gráfico 66.

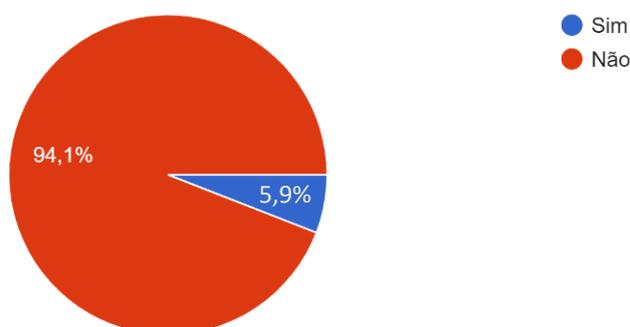
Gráfico 66 – disciplina específicas para atendimento de pessoas com deficiência na graduação



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Ao perguntarmos sobre capacitação da equipe da biblioteca para atendimento dos usuários PCDs, apenas 5,9% das respostas afirmam que os profissionais que atuam na biblioteca possuem capacitações específicas para o atendimento dos PCDs os outros 94,1% afirmaram que os profissionais da biblioteca não possuem capacitação específica para o atendimento as PCDs conforme pode ser visto no gráfico 67.

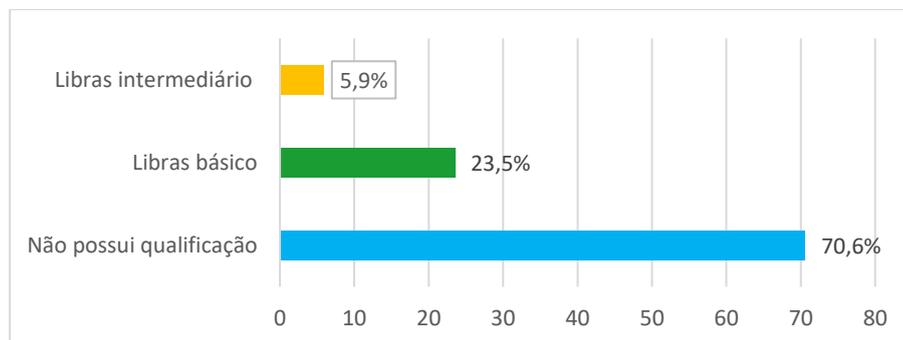
Gráfico 67 – capacitação dos profissionais da biblioteca



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Perguntou-se também sobre qualificação que os profissionais possuem que podem vir a favorecer o atendimento das pessoas com deficiência nas bibliotecas, neste ponto específico existem alguns cursos que podem favorecer a comunicação e o atendimento das pessoas surdas e viabilizar a necessidade de informação das pessoas cegas ou com baixa visão. De acordo com o gráfico 68, 23,5% dos respondentes informaram o curso de libras básico como principal qualificação, já 5,9% dos bibliotecários informou o curso de libras intermediário, enquanto 70,6% dos respondentes informaram não possuir nenhuma qualificação na área de acessibilidade.

Gráfico 68 – capacitação da equipe da biblioteca para atendimento dos usuários PCD.

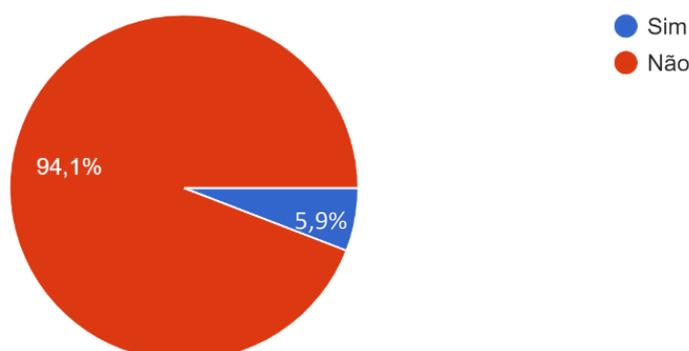


Fonte: Dados de pesquisa (2024)

No que se refere ao atendimento das pessoas com deficiência que são usuárias dos serviços e produtos que a biblioteca oferece, em muitos casos se constituem como problema, uma vez que nem toda biblioteca possui em seu acervo materiais em formato acessível, tecnologia assistiva que favoreça o acesso aos materiais informacionais convencionais e profissionais capacitados para o atendimento principalmente dos usuários surdos. Uma das maneiras de favorecer esse atendimento é a criação de ambientes equipados com equipamentos, tecnologia e profissionais capacitados para atender a demanda de informações dos usuários com deficiência, neste sentido destacam-se os “laboratórios de acessibilidade” como alternativas para viabilizar a adequação dos materiais informacionais convencionais em materiais em formato acessível.

Perguntou-se aos bibliotecários se a biblioteca ou a instituição possui laboratório de acessibilidade, como resposta apenas 5,9% dos respondentes informaram possuir o laboratório ou espaço de transformação dos materiais convencionais em materiais em formato acessível conforme dados do gráfico 69.

Gráfico 69 – existência de laboratório de acessibilidade



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

O usuário é ponto central das bibliotecas, a existência de uma biblioteca e sua funcionalidade só se materializa com a presença de usuários. Neste sentido, conforme explicita Almeida (2015, p. 45),

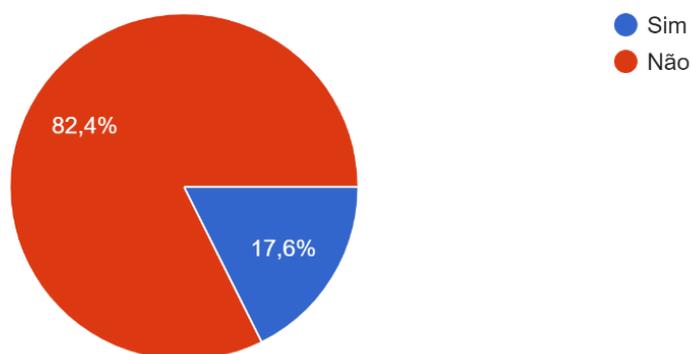
O usuário é um elemento fundamental na concepção, na avaliação, no enriquecimento, na adaptação, no estímulo e no funcionamento da biblioteca, apresentando, na contemporaneidade, diferentes demandas e assumindo novos comportamentos frente aos modernos recursos para obtenção da informação.

Isso significa que conhecer os usuários é fundamental para que a biblioteca possa planejar suas ações, organizar seu acervo e ofertar serviços efetivos que atendam as necessidades específicas dos seus usuários. Para tanto, faz-se necessário que a biblioteca estabeleça um canal de comunicação que possibilite conhecer seus usuários potenciais, suas necessidades informacionais ou físicas. Essas iniciativas podem evidenciar as reais necessidades dos seu público alvo e no contexto da acessibilidade esse conhecimento é de suma importância, pois antes de se pensar em questões de promoção de acessibilidade é importante conhecer cada tipo de deficiência ou limitação dos usuários, para perceber quais impedimentos cada pessoa possui e, assim, tratá-las de forma correta e promover o respeito à diversidade.

Outro ponto importante nessa relação direta com os usuários se dá por meio dos programas de treinamento dos usuários para o desenvolvimento da competência em informação, caracterizada como processo de aprendizagem voltado para o desenvolvimento de competências para buscar e usar a informação na resolução de problemas ou tomada de decisões, ou ainda conhecer como se dá a organização da biblioteca e dos significados do número de chamada, classificação, índice, sumário, autoria. O desenvolvimento da habilidade informacional permitirá ao usuário ser competente em identificar as próprias necessidades de informação, desenvolver habilidades de formular questões sobre o que deseja pesquisar, explorar fontes gerais de informação para ampliar o conhecimento sobre o assunto, delimitar o foco, identificar palavras-chave que descrevem a necessidade de informação, dentre outras. (Gasque, 2013).

Neste ponto específico, perguntou-se aos bibliotecários se estes desenvolvem treinamento específicos para usuários com deficiência, sobre este ponto, como se pode verificar no gráfico 70, apenas 17,6% afirmaram que desenvolvem treinamento, a grande maioria 82,4% dos respondentes não desenvolve.

Gráfico 70 – treinamento específicos para pessoas com deficiência



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

O contexto da acessibilidade informacional nas bibliotecas depende de uma série de condições para que esta possa se materializar, pode-se afirmar que a acessibilidade informacional no ambiente da biblioteca depende concorrentemente da plenitude das outras dimensões da acessibilidade, acessar o espaço físico, locomover-se por ele de maneira autônoma, poder usar o mobiliário de forma facilitada, acessar os computadores e as informações disponíveis na rede ou na biblioteca independente do formato que esta se dispõe, bem como poder ser atendido pelos profissionais da biblioteca sem a intervenção de outros profissionais garantem que o ambiente da biblioteca seja genuinamente acessível.

A aquisição de materiais em formato acessível é uma garantia legal instituída por meio do tratado de Marraqueche de 27 de junho de 2013, para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, do qual o Brasil é signatário. Neste ponto específico, percebe-se que o acesso aos materiais em formato acessível nas bibliotecas do IFMA ainda caracteriza-se como dificuldade, uma vez que a maioria das bibliotecas não dispõe em seu acervo de livros em Braille, ou áudio-livros ou de ferramentas de tecnologia assistiva que favoreça o acesso aos materiais por pessoas com deficiência visual.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa inicialmente procurou responder questões pertinentes sobre a produção acadêmica dos programas de pós-graduação brasileiros que abordaram o tema “Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nas Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação” como uma forma de nortear o direcionamento com a intenção de dar continuidade a abordagens pouco exploradas ou ainda que necessitam de maior aprofundamento.

Evidenciou nesse contexto, a predominância de pesquisas realizadas em programas de pós-graduação da área de Educação, seguidos por estudos da área da Ciência da Informação e Biblioteconomia, bem como por estudos da área de políticas públicas, essa diversidade de áreas se dá principalmente por conta da ligação dos ambientes estudados com os Institutos Federais de Educação bem como pela abordagem em relação à legislação, normas e políticas públicas que asseguram a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente educacional dessas instituições.

Pode-se evidenciar que as condições de acessibilidade nas bibliotecas dos IFEs não estão apenas voltadas para as questões que envolvem acessibilidade ao espaço físico das bibliotecas, mas também aos que complementam essa acessibilidade básica e primordial, entendendo que não basta apenas garantir o acesso ao ambiente físico, mas também garantir o acesso pleno aos serviços e os produtos oferecidos pelas bibliotecas, em especial o acesso à informação, ressaltando a plena participação dos profissionais bibliotecários como agentes protagonistas desse processo de garantia de direitos às pessoas com deficiência.

No contexto específico da referida pesquisa, o delineamento de ações que favoreceram a dinâmica da evolução das políticas públicas para a garantia da inclusão e da acessibilidade das pessoas com deficiência no seio social de forma igualitária, em consonância com as demais pesquisas realizadas que abordaram o tema, demonstrou a evolução significativa do entendimento da inclusão e participação social das pessoas com deficiência a partir documentos referenciais tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que deram margem para mudanças significativas na aceitação das pessoas com deficiência como parte integrante da sociedade, principalmente pela garantia de direitos básicos à cidadania, garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Estes preceitos constitucionais, suscitaram leis que garantiram o acesso à educação, à saúde, ao emprego e a cidadania das pessoas com deficiência. Como destaque podemos

evidenciar as mudanças ocorridas na área da educação, com o incremento de uma nova configuração, moldado o que antes era chamada de educação especial para um conceito mais integrador, o da educação inclusiva, caracterizada nos diversos níveis de ensino. A evolução das leis que garantiram a diminuição da segregação das pessoas com deficiência nos ambientes educacionais e garantiram a participação efetiva dessas pessoas nas classes comuns dos sistemas regulares de ensino possibilitou um avanço significativo na concepção de direitos humanos e desenvolvimento social, que conjuga a igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal.

Essa garantia de direitos exigiu que as instituições de ensino garantissem estrutura adequada para acolhimento e permanência das pessoas com deficiência, uma vez que a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Esta garantia reverberou nas políticas institucionais e nos instrumentos de gestão administrativa como o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA, como foi demonstrado nesta pesquisa, os quais sofreram alterações significativas ao longo dos anos para a garantia e permanência dos alunos com deficiência na instituição.

Podemos evidenciar também, a partir dos inúmeros conceitos que abordam a acessibilidade, entendida como um conjunto de ações e iniciativas que visa prover não apenas aspectos físicos específicos de condições aceitáveis de acesso às pessoas que possuem alguma dificuldade motora, física, visual ou auditiva, mas garantir a inclusão social e cidadã dessas pessoas. É importante salientar, que a acessibilidade não se restringe apenas ao espaço físico em si, mas a todo seu entorno, transporte público, vias acessíveis, sinalização adequada, rampas e calçadas que permitem a locomoção e o deslocamento de pessoas até os espaços institucionais físicos onde estes deverão ser atendidos de acordo com sua condição específica, bem como evidenciar que a acessibilidade também é entendida como uma questão social na qual não envolve apenas as pessoas que possuem alguma dificuldade de acesso, é preciso que comecemos a tratar as questões da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência como Cultura, para que esta comece a se firmar como construto social para garantir acesso permanente a todos os ambientes independente se quem vai frequentar possui ou não condição diferenciada de acesso.

A questão da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência estão consolidadas em legislação e em políticas sociais, ainda que obstáculos e barreiras sejam encontrados em ambientes, edifícios, equipamentos e comunicação, dificultando o uso e criando

constrangimento às pessoas com deficiência, mas é fato que essa realidade vem mudando de forma gradativa, principalmente na garantia do direito de acesso à educação e a todo o seu aparato o que também congrega às bibliotecas das instituições de ensino, a fazer com que os direitos das pessoas com deficiência sejam efetivados, ampliar o debate sobre políticas públicas de atendimento aos alunos com deficiência e posicionar efetivamente a biblioteca no plano de implantação de políticas de educação inclusiva inclusive na garantia de ocuparem um espaço genuinamente acessível.

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou também a compreensão do processo de implementação e expansão do Instituto Federal de Educação do Maranhão, principalmente quando da criação dos campi nas mais variadas regiões do estado do Maranhão como uma forma de melhorar a qualificação profissional dos jovens nessas regiões, e paralelamente, evidenciar que as bibliotecas dessas instituições acompanharam todo o processo de transformação social contribuindo de forma direta para esse processo de formação inclusive no favorecimento da inclusão das pessoas com deficiência.

A análise das diretrizes das bibliotecas multinível, evidenciou a evolução dessa ainda nova classificação de biblioteca dos institutos federais de educação e de padrões para acessibilidade, possibilitou a identificação de importantes indicadores sobre estrutura física, estrutura organizacional, acessibilidade, recursos humanos, usuários, acervo e serviços das bibliotecas do IFMA.

Os dados coletados com a aplicação do questionário nos remetem a refletir sobre a condições de acessibilidade nas bibliotecas do IFMA, corroborando com o primeiro objetivo específico, que foi analisar se os ambientes das bibliotecas do IFMA estão condizentes com os indicadores de acessibilidade instituídos pela legislação, revelaram, na verdade, uma lacuna entre o que dizem as leis e normas técnicas e as condições de acessibilidade dos espaços das bibliotecas. No que se refere a acessibilidade arquitetônica as bibliotecas precisam melhorar sua estrutura física para que esta possa de fato ser caracterizada como acessível, essa mudança precisa ser efetiva desde o acesso às dependências compreendendo as áreas externas, calçadas, rampas de acesso, retirada de barreiras impeditivas como degraus, instalação de piso tátil para facilitar o acesso das pessoas com deficiência.

No contexto da acessibilidade informacional, atendendo ao que propôs o segundo objetivo específico, verificar se as condições de acessibilidade dos ambientes promovem meios para atender as necessidades informacionais dos usuários com deficiência, a pesquisa demonstrou que as coleções acessíveis e as tecnologias assistivas ainda não se constituem uma regra nas bibliotecas, dado que se apresenta em pequena quantidade ou até mesmo inexistem

em muitas das bibliotecas analisadas como observado no estudo. É importante compreender que o acesso à informação auxilia no desenvolvimento do ser humano e as bibliotecas representam a ligação entre a informação e o usuário que dela necessita independente da sua condição social, cultural, étnica e física. Dessa forma, é preciso desenvolver estratégias para subsidiar a informação acessível, que não deve ser tratada como uma opção, mas como uma responsabilidade posta aos bibliotecários como garantidores desse direito fundamental e inalienável de prover acesso a quem precisa de informação.

Em meio a tais questões é importante salientar que os bibliotecários devem ser agentes de transformação social, principalmente em relação à transformação dos seus espaços de atuação em ambientes acessíveis, uma vez que o acesso de pessoas com deficiência nas instituições é garantida e assegurada por leis e existem normas para que os espaços possam estar adequados para o pleno atendimento das necessidades informacionais das pessoas com deficiência. Neste sentido procurou-se verificar o grau de qualificação dos bibliotecários para prover o pleno atendimento das pessoas com deficiência que são usuárias das bibliotecas, neste ponto específico constatou-se que falta qualificação da equipe profissional da biblioteca, para prover o pleno atendimento dos usuários com deficiência, acaba por caracterizar-se como mais uma dificuldade no contexto do provimento de uma biblioteca essencialmente acessível, pois não basta oferecer um espaço acessível se os profissionais que atuam nesse espaço não são acessíveis, não possuem qualificação específica para atender de forma autônoma os usuários que são pessoas com deficiência.

É fato que as políticas educacionais inclusivas institucionalizadas, como foi observado, reforçam a preocupação da instituição com as questões relacionadas a inclusão das pessoas com deficiência. A acessibilidade está caracterizada nos principais documentos norteadores instituídos pelo IFMA como: o PDI, a política de assistência estudantil, os planos políticos pedagógicos e as resoluções. Tais documentos podem configurar-se para os bibliotecários novas frentes de atuação, que além da mediação da informação para pessoas com deficiência garantem a possibilidade de exigir que o ambiente das bibliotecas seja caracterizado de fato como acessíveis uma vez que a acessibilidade passou a ser um compromisso institucional como evidenciado nos documentos norteadores.

Em razão de a informação ser percebida como decisiva, por meio dela se potencializa o conhecimento, é fundamental intensificar os esforços quanto à disponibilização de acervo acessível, as condições de acesso irrestrito ao ambiente informacional, acesso às tecnologias assistivas, acesso à formação específica, mudança nos currículos dos Cursos de Biblioteconomia e no ambiente educacional, promoção de programas de capacitação do corpo

técnico em detrimento de prover de melhores condições a todos os envolvidos no processo de inclusão dos que precisam se sentir parte do processo de construção dessa cultura da acessibilidade.

Reconhece-se que receber a todos no mesmo espaço acolhedor e oferecer um atendimento com equidade ainda é um grande desafio. No entanto, de acordo com as informações apresentadas, é obvio não ser mais possível adiar o enfrentamento de tais questões, por se constituir prioridade atuar em harmonia com as políticas educacionais inclusivas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p.9-32.
- ALMEIDA, Meriely Ferreira de. **Acessibilidade física em bibliotecas da rede federal de ensino**: políticas públicas para pessoas com necessidades específicas. 2015. 77 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade de Mogi das Cruzes, 2015.
- ANTUNES, Cleuza Diogo. **Acessibilidade e inclusão na biblioteca do Instituto Federal de Rondônia**. Porto Velho/RO. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (MEPE), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2017.
- ARAÚJO, Cátia Rosana Lemos de. **Rede de colaboração entre bibliotecas da UNIPAMPA para o compartilhamento de materiais em formato digital acessível para usuários com deficiência visual** – uma proposta de implantação. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias Educacionais) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade e edificações, equipamento e mobiliário urbano à pessoa portadora de deficiência. Rio Janeiro, 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15599**: Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços. Rio Janeiro, 2008.
- ASSUNÇÃO, M. K. C., & Andrade, D. O. Usuários da informação com deficiência e o papel das bibliotecas universitárias. **Ciência Da Informação Em Revista**, v. 8, n.1, p. 95–118, 2021. <https://doi.org/10.28998/cirev.2021v8n1f>.
- AZAMBUJA, Isabella Kessler de; Rozek, Marlene. A mediação de leitura na perspectiva da inclusão social na Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães (BPMJG). In: SEMINÁRIO LUSOBRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 1., 2017, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos [...]** Porto Alegre: PUCRS, 2017. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/14641>. Acesso em: 10 jun. 2024
- BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: 2017. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/introducao-a-tecnologia-assistiva/>. Acesso em 05 mar. 2024.
- BORINELLI, Christiane Aparecida. **A biblioteca pública como agente de inclusão social**: uma reflexão sobre o papel exercido pelas bibliotecas do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2014.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND Jan. 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992827/mod_resource/content/1/Borko.pdf. Acesso em: 03 fev. 2024

BOTELHO, Maria de Fátima Cleômenis. **Bibliotecas Universitárias: mediação e acesso à informação para pessoas com deficiência**. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP (1994)

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

BRASIL. **Lei n. 10436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 25 fev. 2024

BRASIL. **Lei n. 9610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 de fevereiro 1998, p.3

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm . Acesso em: 25 jan. 2024

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato 2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em : 20 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3284, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D.F. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em: 25 jan. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica/pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024

BRASIL. Comitê de Ajudas Técnicas – CAT. **Relatório Anual: 2007**. Brasília, DF: [S.l.], 2008. Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/CMS08/seo-publicacoes-6.htm> Acesso em: 03 fev. 2024

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394, de dezembro, 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 07 jan. 2024

BRASIL. **Decreto 3.956 de 08 de outubro de 2001**, Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União, 2001. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm. Acesso em: 19 jan. 2024

BRASIL. **Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, 2009a. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 23 fev. 2024

BRASIL. **Decreto 9.522 de 08 de outubro de 2018**. Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso. Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9522.htm. Acesso em: 10 mar. 2024

BRASIL. **Decreto Legislativo 186 de 09 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, 2008. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 5.296 de 02 de dezembro de 2004**, Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2004. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 18 jan 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008a. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília, DF, 2007. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jan. 2024

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. **Desenho universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

CARDOSO, Emanuel Varela. **Políticas de acessibilidade social na Universidade Federal**

de Campina Grande - PB. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal:** um conceito para todos. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2008. Disponível em: http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf Acesso em: 23 mar. 2024

CARVALHO, Carlos Ceza de. **Políticas públicas de acessibilidade nas instituições de ensino:** tecnologia assistiva na biblioteca do IFNMG Campus Januária. 2013. [127 f.]. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [Seropédica - RJ], 2013.

CARVALHO, Márcia Saraiva. **Para o olhar de quem não pode enxergar:** recomendações para a acessibilidade na Biblioteca Centro de Tecnologia e Ciências da Faculdade de Tecnologia UERJ-Resende. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

CERQUEIRA, F. de J. **A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da Informação:** um estudo nas bibliotecas da UFRB. 2019 Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2019.

CORREIA, Luis Fernando Nigro. **A convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência no ordenamento jurídico brasileiro.** 2019. 282 f. Tese - (Doutorado). Programa de pós-graduação em Direito Internacional. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-29042021-221050/publico/2343705_Tese_Original.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

CORREIO, Mônica Sena de Souza; COSTA, Maria de Fátima Oliveira; TABOSA, Hamilton Rodrigues; ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Acessibilidade e inclusão informacional. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n.1, p. 1 – 16, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/fe32/d938a2980ed52b38fa30c2791db703da0262.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

COSTA, Michelle Karina Assunção. **Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias:** a formação e atuação do bibliotecário. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

COSTA, Michelle Karina Assunção; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Usuários da informação com deficiência e o papel das bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 95–118, 2021. DOI: 10.28998/cirev.%y895-118. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/11238>. Acesso em: 23 abril 2024.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o Futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000 da Paraíba. João Pessoa, 2021.

CUNHA, Eugênio. Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013

DANTAS, Suzyneide Soares et al.. **Educação inclusiva na educação profissional e tecnológica: tensões e desafios**. VI CONEDU - v. 12... Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 982-997. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65371>. Acesso em: 06 jan. 2024

EMMANUELLI, M. N. **Acessibilidade física em bibliotecas universitárias**: um direito de todos. Monografia (Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009

FERNANDES, Joana D'Arc Páscoa Bezerra. **Diagnóstico da acessibilidade informacional na biblioteconomia brasileira**. 2018. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2018.

FERREIRA, Rafael Lima Medeiros. **A biblioteca universitária e a pessoa com deficiência**: recomendações de acessibilidade para o SISTEBIB/UFAM. 2019. 82 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, 2019.

FERREIRA, Vandir da Silva; OLIVEIRA, Lilia Novais de. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **Revista Reviva**, Ano 4 – 2007, PRODIDE. Disponível em: https://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/comentarios_a_convencao_sobre_os_direitos_das_pessoas_com_deficiencia.pdf. Acesso em: 23 fev 2024

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006. cap.4, p.21-32.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas (Manual orientador) / São Paulo: Mais Diferenças, 2016.

FRANCISCATTO, Roberto. **SolAssist - Biblioteca Virtual de Soluções Assistivas acessível e responsiva na promoção da inclusão social de pessoas com deficiência**. 2017. 200 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos Interdisciplinares em Novas Tecnologias na Educação, Porto Alegre, 2017.

FREIRE, Jerônimo. **por onde caminha o ensino superior no Brasil?** 2006. Disponível em: <http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=12942> . Acesso em: 25 fev. 2024

FURTADO, Margareth Maciel Figueiredo Dias. **Usabilidade e acessibilidade no**

Repositório de Informação Acessível da UFRN: avaliação ergonômica de interfaces Web. 2016. 209f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; PLUYE, Pierre; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 8, n. 2, p. 4–24, 2017. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v8i2p4-24. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/121879>. Acesso em: 28 jul 2024.

GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. In: **Revista da FACED - Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - FACED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013. Disponível em: www.galvaofilho.net/TA_desafios.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **Atoz: Novas práticas em informação e conhecimento**, Londrina, v. 2, n. 1, p.5-10, 01 jan. 2013. Semestral. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/viewFile/41315/25246>. Acesso em: 18 ago. 2024.

GENTIL JUNIOR, Jorge Sebastião. **Formulação de indicadores qualitativos de acessibilidade: o caso da biblioteca de arquitetura e urbanismo da universidade federal fluminense.** 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmith. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional.** v. 3, n. 2, p. 80-89, mai./ago. 2005

GUERRA, Érica Simony Fernandes de Melo. **Gestão da Informação no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede: avaliação do fluxo de produção de materiais informacionais acessíveis na UFRN.** 2018. 188f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. IFLA/ UNESCO. **Diretrizes da IFLA/ UNESCO para a biblioteca escolar.** Tradução Neusa Dias de Macedo; Helena Gomes de Oliveira. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource->

centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Bibliotecas para Cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/343463.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

INEP. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): parte I – avaliação de cursos de graduação**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Editora Autores Associados LTDA. 1ª Edição. 2004.

LAZZARIN, Fabiana Aparecida. **De olho no OPAC da biblioteca universitária: avaliação sobre e-acessibilidade e arquitetura da informação para Web com a interação de usuários cegos**. 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

LAZZARIN, Fabiana Aparecida. Da informação à compreensão: reflexões sobre arquitetura da informação, usabilidade e acessibilidade no campo da ciência da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 231-244, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/14210/8115>. Acesso em: 28 jun. 2024

LE COADIC, Y.F. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, R. C. M. de; FIGUEIREDO, N. M. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. **Ciência da Informação, Brasília**, v.13, n.2, p.137-150, jul./dez. 1984. <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/202>. Acesso em: 26 jun. 2024

LUCENA, Myleid Rafael de. **Avaliação da educação superior: um estudo sobre a acessibilidade arquitetônica da biblioteca central da UFCG**. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

LUSTOSA, Francisca Geny; Ferreira, Receba Gadelha. Educação Inclusiva: reflexões sobre os aparatos legais que garantem os direitos educacionais de estudantes público-alvo da educação especial. **Teoria jurídica contemporânea**. Rio de Janeiro: PGDG/UFRJ, v. 5, n. 1, p. 87-109. jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/27989>. Acesso em: 25 jun. 2024

MARTINS, G. A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **História da educação de pessoas com deficiência: da antiguidade ao início do Século XXI**. Campinas, SP : Mercado de Letras ; Natal, RN : UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

MARTINS, Luciana Paula de Freitas Coêlho. **A política de assistência ao educando do IFMA: uma avaliação política da política**. 2017. 177 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/xdprRdF8MLDJWR5pS57zsVj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Revista Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, Out-Dez; v. 17. n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-507765>. Acesso em: 28 jul. 2024

MENEGATTI, Yara. **Serviços de informação acessíveis para deficientes visuais em bibliotecas universitárias de instituições de ensino superior no município de Florianópolis**. 2012. 188 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MILANESI, Luis. A formação do informador. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 7–40, 2002. DOI: 10.5433/1981-8920.2002v7n1p7. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1694>. Acesso em: 5 ago. 2024.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=388&article=103&mode=pdf>. Acesso: 02 fev. 2024.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de. **Acessibilidade ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias: o caso da UNIRIO**. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MIRANDOLA, Viviane Paula Salini. **Condições de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas do instituto federal catarinense (IFC)**. 2021. 251 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Federal Catarinense, Camboriú, 2021.
NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. 2010. 98 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em:
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28114/000766975.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 jan 2024.

NÓBREGA-THERRIEN, S. M.; THERRIEN, J. Trabalhos científicos e o estado da questão. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 5–16, 2004. DOI: 10.18222/eae153020042148. Disponível em:
<https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2148>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NUNES, Ada Verônica de Novaes. **Biblioteca inclusiva**: identificando estratégias e especificando recomendações para o suporte aos estudantes com deficiência visual no Ensino Profissional e Tecnológico. 2021. 245 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco IFPE, Campus Olinda, Olinda, 2021.

OLIVEIRA, Thiago Pinheiro Ramos de; COSTA, Maria de Fátima Oliveira; NUNES, Jefferson Veras. As competências do bibliotecário de referência frente ao paradigma pós-custodial. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 38–55, 2019. DOI: 10.26512/rici.v13.n1.2020.24073. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/24073>. Acesso em: 5 jul. 2024.

OMS - Organização Mundial de Saúde (2004). **Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual**. Montreal, Canadá, 4-6 outubro 2004.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris (1948).

ONU - Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Aprovada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2006.

ONU - Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração de Salamanca sobre princípio, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Tradução: Ministério da Educação. Espanha: Salamanca, 1994. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

PASCHOARELLI, Luis Carlos; MEDOLA, Fausto Orsi; BONFIM, Gabriel Henrique Cruz. Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 65-78, 2015.

PAZ, Rudney do Carmo. **A acessibilidade nas páginas web das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia das regiões Norte/Nordeste do Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Sociais

Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia, Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, Juazeiro do Norte, 2020. Disponível em: <https://ppgb.ufca.edu.br/a-acesibilidade-nas-paginas-web-das-bibliotecas-dos-institutos-federais-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-das-regioes-norte-nordeste-do-brasil/>. Acesso: 02 mar. 2024.

PAULA, S. N. de. **Acessibilidade à informação em bibliotecas universitárias e a formação do bibliotecário**. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009

PEREIRA, Rodrigo Araújo de Sá. **Políticas públicas de educação e informação para inclusão e acessibilidade**: estudo realizado entre usuários com deficiência na Biblioteca do Instituto Federal da Paraíba - Campus Cabedelo, 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação)- Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, UFP, 2018.

PEREIRA, R. S. **A política de competências e habilidades na educação básica pública**: relações entre Brasil e OCDE. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de Brasília. 284f. 2016

PINHEIRO, Alejandro de Campos. **Os recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras**: uma abordagem para as pessoas com deficiências visuais. 2021. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

PUPO, D. E.; MELO, E. M.; FERRES, S. P. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006.

RODRIGUES, Patrícia Rocha; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Tecnologia assistiva – uma revisão do tema. **HOLOS**, [S. l.], v. 6, p. 170–180, 2014. DOI: 10.15628/holos.2013.1595. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1595>. Acesso em: 5 dez. 2023.

RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F. **O direito da pessoa com deficiência: marcos internacionais**. São Paulo: Acervo Digital da Unesp, 2014. 13 f. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/5WG4JJ>. Acesso em: 24 jan. 2024

ROMANOWSKI, Joana Paulin; TEODORA, Romilda Ens. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 6, n. 19, p. p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 10 jun. 2024

SANTOS, Anaise de Santana. **Inclusão digital na biblioteca universitária**: desenvolvimento de competência informacional nos usuários cegos e com baixa visão do Espaço Acessibilidade da BICEN. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

SANTOS, Thiffanne Pereira dos; REIS, Marlene Barbosa de. Educação especial: da

segregação à inclusão. Semana de Integração (4): Semana de Letras (13), Semana de Pedagogia (15) e Simpósio de Pesquisa e Extensão (SIMPEX) – “Educação e Linguagem: (re)significando o conhecimento” (1), 2015. **Anais...** Universidade Estadual de Goiás. Inhaúmas, GO, 2015. p. 113-119. Disponível em: <https://usp.br/sddarquivos/aulasmetodologia/abnt6023.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Semestral. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 09 fev., 2024

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/18g-rFjhTv2A11w30TAB9w>. Acesso em: 23 maio 2024

SECO, Layara Feifer Calixto. **Mediação da informação e inclusão para musicistas cegos**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2017.

SILVA JUNIOR, Carlos Augusto Rolim da. **Gestão de bibliotecas na educação superior: uma análise sobre acessibilidade na Universidade Federal da Paraíba**. 2021. 179 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Superior - Universidade Federal da Paraíba). UFPB, 2021.

SILVA, Izaura Maria de Andrade da. **Políticas de educação profissional para pessoa com deficiência**. Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. 209 f. Minas Gerais: UFMG/FaE, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-8M4M2S/1/tese_izaura_silva_2011.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024

SIQUEIRA, Inajara Mills; SATANA, Carla da Silva. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.16, n.1, p.127-136, Jan.-Abr., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/KkfLLrZ4kTjdTyMhbY3gzfk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2024.

SOARES, Gilvana Galeno; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. O Programa TEC NEP e sua implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. **Revista Cadernos de Educação**. n.54. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/download/4032/3330/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SOUSA, Maria Eliziana Pereira de; TARGINO, Maria das Graças. Cinco Leis da Biblioteconomia / Cinco Leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. **Ciência da**

Informação em Revista, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 11–29, 2016. DOI: 10.28998/cirev.%y311-29. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/2334>. Acesso em: 23 jul. 2024

SOUSA, Clemilda dos Santos. **Mediações no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará na perspectiva da educação inclusiva**. 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

SOUZA, Elisabeth Gonçalves de. **A Biblioteca Central da UFJF: inclusão e acessibilidade**. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

STROPARO, E. M. ; MOREIRA, LAURA CERETTA. Acessibilidade Informacional na Biblioteca Universitária: em foco o aluno com deficiência. In: Reunião Científica Regional da Anped Sul, 10, 2016. Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba. UFPR, 2016. p. 01-16. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo22_ELIANE-MARIA-STROPARO-LAURA-CERETTA-MOREIRA.pdf. Acesso em: 20 jan.2024

STROPARO, E. M. **Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)**. 2014. 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

STROPARO, Eliane Maria. **Políticas públicas de inclusão e indicadores de acessibilidade: uma análise nas bibliotecas universitárias**. 2018. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2018.

TAMASHIRO, Marcele do Nascimento Silva. **Acessibilidade arquitetônica sob o prisma da biblioteca escolar do IFRJ - campus Rio de Janeiro: a garantia da igualdade na diversidade**. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** – UFMG, Belo Horizonte, v. 20, p. 149-160, jul./dez. 1991. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/37210>. Acesso em: 17 jan. 2024

VITORINI, Érica Fernanda. **Uso da linguagem documentária na busca da informação em bibliotecas universitárias: a perspectiva dos deficientes visuais**. 2015. 86 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa de mestrado provisoriamente intitulada "Acessibilidade das bibliotecas multinível: análise das condições de acessibilidade unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA na perspectiva dos bibliotecários " cujo objetivo analisar as condições de acessibilidade das bibliotecas multinível do Instituto Federal de Educação do Maranhão - IFMA na perspectiva dos bibliotecários e como estes tem se organizado para garantir a acessibilidade e inclusão dos usuários com deficiência da sua comunidade acadêmica, considerando os aspectos que são caracterizados dentro das categorias que favoreçam o atendimento pleno das condições mínimas de acessibilidade arquitetônica apregoadas pela NBR 9050/2020. O estudo está sendo desenvolvido por Alisson Pereira Cadete, mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (PPGCI/UFC), sob a orientação da Profa. Dra. Gabriela Belmont de Farias.

Sua participação é inteiramente voluntária, não é obrigatória, não traz complicações legais e a qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento (mesmo que a pesquisa já esteja em andamento), de modo que sua recusa não implicará qualquer perda ou penalidade. Ao optar por participar deste estudo você não terá nenhum benefício direto ou pagamento de natureza financeira. Assegura-se que as informações prestadas serão mantidas sob sigilo, que todos os dados serão anonimizados e que não serão divulgadas quaisquer informações que estejam relacionadas à sua intimidade e integridade.

O risco relacionado à sua participação na pesquisa refere-se ao sentimento de desconforto que poderá decorrer da manifestação sobre os assuntos aqui abordados. Dessa forma, reitera-se que seu consentimento poderá ser retirado a qualquer momento no decorrer do estudo, caso queira.

Os benefícios desta pesquisa transcendem a simples coleta de dados, proporcionando uma compreensão do tema dentro do referido contexto, auxiliando a entender a partir da perspectiva da Ciência da Informação quais são as percepções e práticas dos Profissionais da Informação relacionadas à ações do seu fazer profissional no ambiente das bibliotecas multinível do Instituto Federal de Educação do Maranhão - IFMA.. Isto posto, sua participação e colaboração são imprescindíveis para o desenvolvimento e sucesso do estudo.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário com questões pontuais acerca das condições de acessibilidade elaboradas conforme indicadores expressos na NBR 9050/2020, Manual de Acessibilidade do Ministério dos Direitos Humano e Cidadania, manual orientador de bibliotecas acessíveis e inclusivas. As informações obtidas serão confidenciais e é assegurado o sigilo sobre sua participação. Ao aceitar este termo você concorda em participar da pesquisa, de modo que os dados e informações aqui repassados terão seu uso limitado para fins, estritamente, acadêmicos e científicos.

Os resultados deste estudo serão publicados na dissertação de mestrado do discente a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, e, após a defesa, estará disponível integralmente no Repositório Institucional da

instituição (<http://www.repositorio.ufc.br/>). De modo igual, ressalta-se que outras formas de estudos poderão ser produzidas a partir dos dados aqui fornecidos, tais como comunicações em periódicos e eventos (artigos, resumos, livros e capítulos de livros).

Você poderá entrar em contato para sanar quaisquer dúvidas ou obter esclarecimentos por meio do e-mail alissoncadete@ifma.edu.br

Mestrando: Alisson Pereira Cadete

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Belmont de Farias

Instituição: Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFC)

Endereço: Av. da Universidade, 2762 – Benfica, Fortaleza – Ceará, 60020-181.

Declaro que li cuidadosamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que entendi os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa e autorizo a minha participação*.

Tendo em vista a leitura do TCLE, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa dentro dos referidos termos.

Não desejo participar da pesquisa.

APENDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS BIBLIOTECÁRIOS

Formulário de diagnóstico de acessibilidade das Bibliotecas IFMA

Este formulário de investigação é parte da metodologia desenvolvida para fins de elaboração de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará que visa identificar as condições de acessibilidade para usuários PCDs, bem como averiguar a capacidade de atendimento da equipe profissional das Bibliotecas do IFMA às necessidades informacionais das pessoas com deficiência.

1. E-mail * _____

2. Termo de consentimento e livre esclarecimento! *

Declaro ter lido e concordo com o termo de consentimento e livre esclarecimento encaminhado pelo pesquisador!

Declaro ter lido e não concordo com o termo de consentimento e livre esclarecimento encaminhado pelo pesquisador!

3. IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS *

IFMA CAMPUS CENTRO HISTÓRICO

IFMA CAMPUS SÃO LUÍS MARACANÃ

IFMA CAMPUS SÃO LUÍS MONTE CASTELO

IFMA CAMPUS SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

IFMA CAMPUS ALCANTARA

IFMA CAMPUS AÇAILÂNDIA

IFMA CAMPUS ARAIOSES

IFMA CAMPUS BACABAL

IFMA CAMPUS BARRA DO CORDA

IFMA CAMPUS BARREIRINHAS

IFMA CAMPUS BURITICUPU

IFMA CAMPUS CAROLINA

IFMA CAMPUS CAXIAS

IFMA CAMPUS CODÓ

IFMA CAMPUS COELHO NETO

IFMA CAMPUS GRAJAÚ

IFMA CAMPUS IMPERATRIZ

IFMA CAMPUS ITAPECURU MIRIM

- IFMA CAMPUS PEDREIRAS
 IFMA CAMPUS PINHEIRO
 IFMA CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
 IFMA CAMPUS PORTO FRANCO
 IFMA CAMPUS ROSÁRIO
 IFMA CAMPUS SANTA INÊS
 IFMA CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
 IFMA CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS
 IFMA CAMPUS TIMON
 IFMA CAMPUS VIANA
 IFMA CAMPUS ZE DOCA

4. IDENTIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA (NOME, ENDEREÇO E CONTATO)

5. Como você caracteriza a sua unidade de informação?

- Biblioteca escolar
 Biblioteca universitária
 Biblioteca mista
 Biblioteca híbrida
 Biblioteca Multinível

6. Quantidade de profissionais que trabalham na biblioteca: *

	Nenhum	1	2	3	Mais de 3
Bibliotecário	<input type="radio"/>				
Auxiliar de biblioteca	<input type="radio"/>				
Funcionários terceirizados	<input type="radio"/>				
Técnicos administrativos	<input type="radio"/>				

QUESTÕES DIAGNÓSTICAS SOBRE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Estas questões visam averiguar as condições de acessibilidade das Bibliotecas do IFMA em conformidade com a NBR9050/2020 e Manual de Acessibilidade do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, norma técnica que trata sobre as condições de acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e Manual de Acessibilidade do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

7. O prédio/espço da Biblioteca foi projetado especificamente para

abrigá-la? *

- Sim
 Não

8. O prédio/espço da biblioteca integrado ao prédio principal do Campus?

- Sim
 Não

9. Localização da Biblioteca. *

- Subsolo
 Andar térreo
 Primeiro andar
 Segundo andar

10. Existe acesso direto do estacionamento para a Biblioteca? *

- Sim
 Não

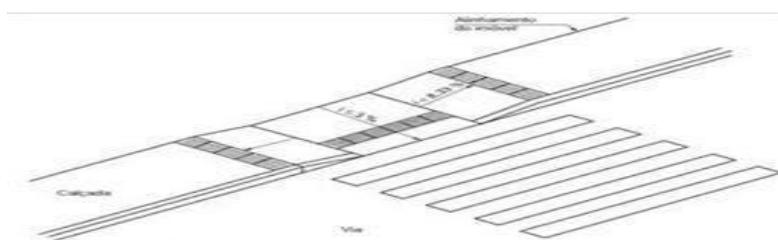
11. A entrada da biblioteca possui degrau?

- Sim
 Não

12. A entrada da biblioteca possui rampa de acesso?

- Sim
 Não

13. As calçadas no entorno da biblioteca ou do prédio no qual está localizada apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados?



- Sim
 Não

14. A calçada que dá acesso ao espaço da biblioteca apresenta-se em bom estado de conservação, sem buracos ou pedras soltas do pavimento?

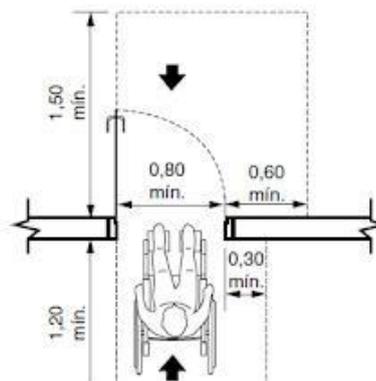
- Sim
 Não

15. A porta de entrada permite a transposição por pessoa com cadeira de rodas *

(vão livre acima de 0,90 e altura mínima de 2,10 m)?

Sim

Não



16. As portas tem condições de serem abertas com um único movimento?

Sim

Não

17. Tipo da porta de Entrada!

Vidro folha simples

Vidro folha dupla

Madeira folha simples

Madeira Folha dupla

Metal folha simples

Metal folha dupla

18. Tipo de abertura da porta:

De abrir/giro

Giratória

De correr

19. Tipo de acionamento da porta:

Manual (empurrar/puxar)

Eletrônico por acionamento mecânico (botão)

Eletrônico por sensor de presença

20. Existe batente (desníveis) na Porta de Acesso da Biblioteca? *

Sim

Não

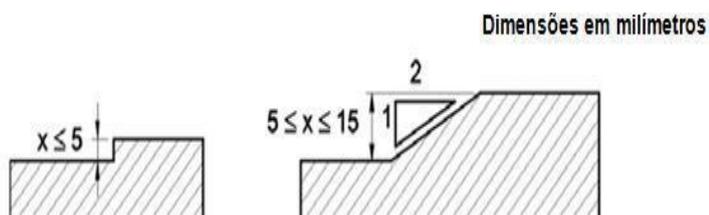


Figura 76 da NBR-9050 - Tratamento de desníveis - Exemplo

21. Possui catraca na entrada?

Sim

Não

22. Caso possua catraca, existe um acesso secundário para pessoas com deficiência?

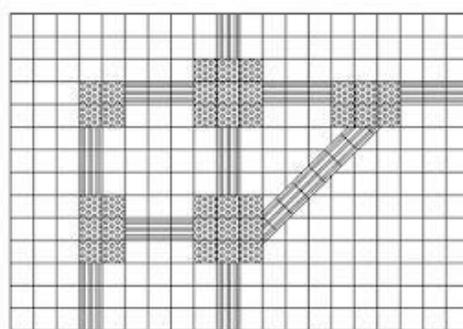
Sim

Não

23. Existe piso tátil na **parte externa** da biblioteca que ajuda na localização e acesso à entrada da biblioteca?

Sim

Não



24. Tipo de piso da Biblioteca

Cerâmica/porcelanato

Cerâmica antiderrapante

Granito

Carpete

Emborrachado

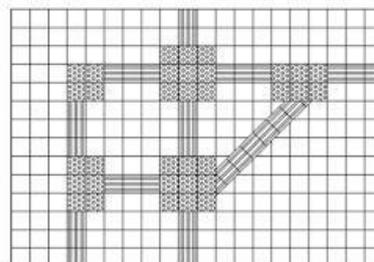
Vinil

Taco/madeira

Outro

25. Existe piso tátil na **parte interna** da biblioteca que ajuda na localização e acesso aos demais espaços da biblioteca? *

Sim
 Não



26. Há corredores (não incluídos os entre as estantes) na Biblioteca? *

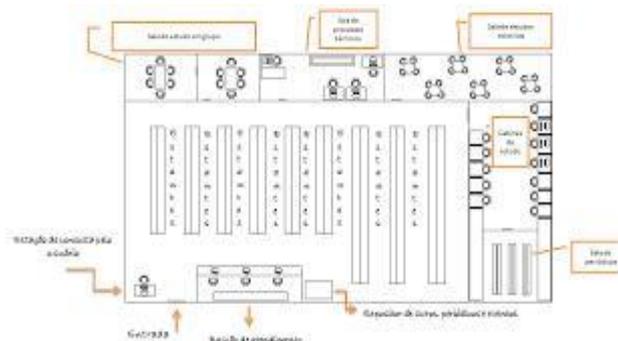
Sim
 Não

27. Os corredores possuem Largura de no mínimo 0,90 m. (Responder apenas se a resposta da pergunta anterior for Sim).

Sim
 Não

8. A disponibilização do mobiliário permite a mobilidade de pessoas, com acessório de mobilidade (bastões, muletas, bengalas, andadores e cadeira de rodas)? *

Sim
 Não



29. A biblioteca possui balcão de atendimento? * .

Sim
 Não

30. O balcão de atendimento permite a aproximação da cadeirante com altura livre de no máximo 0,73 do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m

Sim
 Não



31. A biblioteca possui sala de administração/gestão/Chefia? *

Sim

Não

32. A sala da administração/gestão/Chefia permite acesso facilitado para Pessoas com deficiência?

(Responder apenas se a resposta da pergunta anterior for Sim)

Sim

Não

33. Existe cabines de estudo individuais? *

Sim

Não

34. As cabines permitem a aproximação de pessoa em cadeira de Rodas?

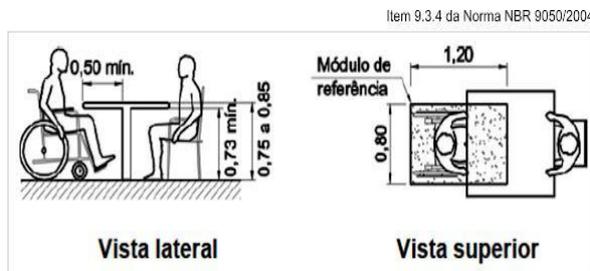
Sim

Não

35. As mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m?

Sim

Não



36. No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para cadeira de rodas?

Sim

Não

37. As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento?

Sim

Não

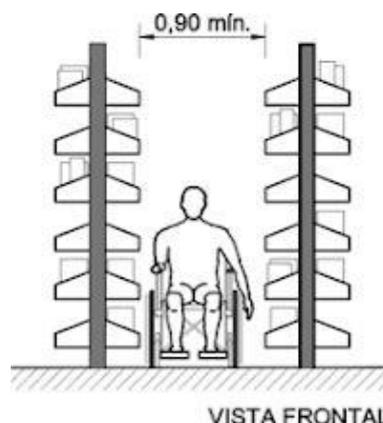
38. O acesso à área do acervo é liberado aos usuários?

Sim

Não

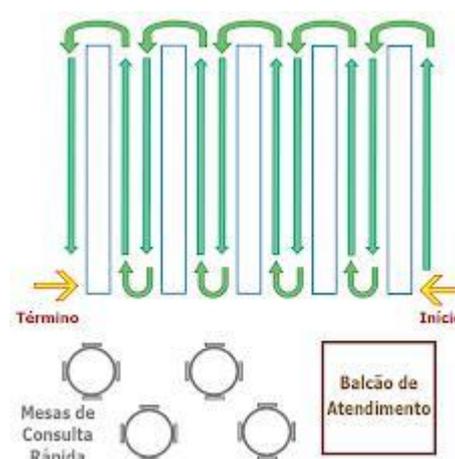
39. A distância entre as estantes de livros possuem no mínimo 0,90m de largura? *

- Sim
 Não



40. Nos corredores entre as estantes, existe espaço para manobra de cadeira de rodas? *

- Sim
 Não



41. Possui armários guarda-volumes?

- Sim
 Não

42. A biblioteca tem mais de um pavimento? *

- Sim
 Não

43. Se a resposta for SIM, como se dá o acesso ao outro pavimento?

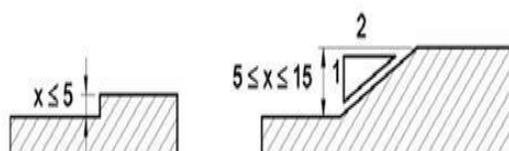
- Por meio de rampa
 Por meio de elevador
 Apenas escada
 Plataforma de elevação

44. Existe salas de estudo (individual e/ou coletiva) na Biblioteca? *

- Sim
 Não

45. Existe batente (desníveis) no acesso à sala de estudo? *

Dimensões em milímetros



Sim

Não

46. As salas, os corredores e as estantes são sinalizadas?

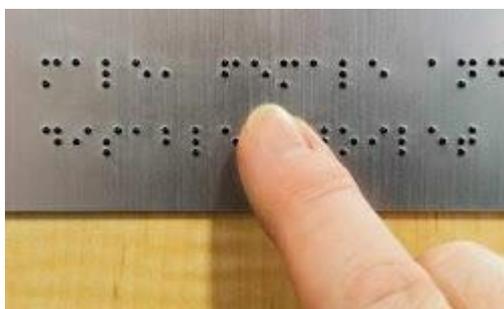
Sim

Não

47. Há sinalização tátil, em Braille e/ou em relevo, nas placas sinalizadoras na porta de entrada, nas portas das salas de estudo, na lateral das escadas ou rampas?

Sim

Não



48. Há sinalização em libras na biblioteca?

Sim

Não

49. Existe banheiro na Biblioteca? *

Sim

Não

50. Quantidade de banheiros:

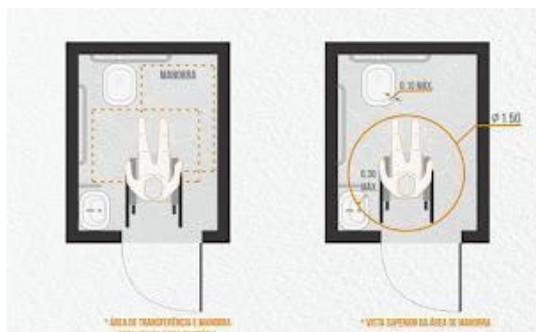
1

2

3

4

51. Os banheiros são acessíveis, adaptados (possuem barras de apoio laterais, piso antiderrapante, vaso sanitário e pia adaptados) e de fácil acesso?

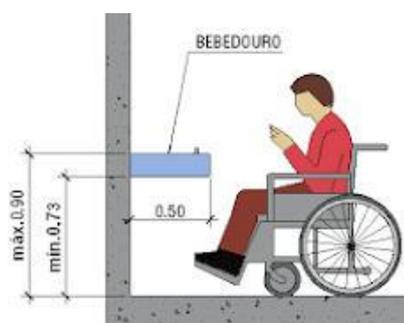


- Sim
 Não

52. Existe bebedouro na Biblioteca? *

- Sim
 Não

53. Os bebedouros são acessíveis, adaptados e de fácil acesso?



- Sim
 Não

54. A biblioteca possui sistema de gerenciamento do Acervo? *

- Sim
 Não

55. Caso a resposta anterior seja "Sim", o sistema de gerenciamento do Acervo possui a funcionalidade de acessibilidade?

- Sim
 Não

56. Existe terminal/computador de consulta ao acervo? *

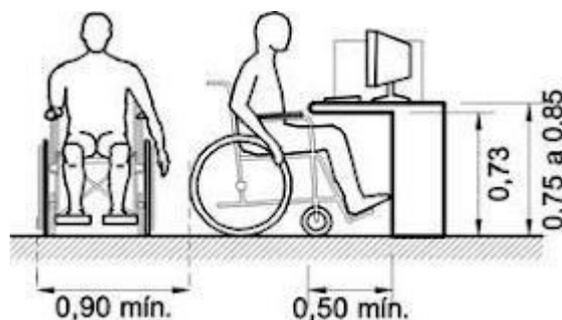
- Sim
 Não

57. Quantidade de terminais/computadores de consulta ao acervo.

- 1
 2
 3
 mais de 3

58. A localização do terminal/computador de consulta ao acervo é acessível?

- Sim



Não

59. Os terminais de consulta estão equipados com ferramentas de acessibilidade (Leitores de Tela, ampliadores de tela, sintetizadores de voz)?

Sim

Não

60. Os teclados e mouses são acessíveis para deficientes visuais?

Sim

Não

61. A biblioteca dispõe de Tecnologia Assistiva?

Linha Braille

Lupas manuais ou eletrônicas

Leitores autônomos de tela

Máquina de escrever Braille

Impressora e conversoras Braille

Soroban

Fones de ouvido

Softwares específicos para deficientes auditivos

Softwares específicos para usuários com deficiência motora e/ou comunicacional

Não dispõe de tecnologia assistiva

62. A biblioteca disponibiliza aos Alunos, computadores e/ou notebooks para uso * geral?

Sim

Não

63. Os computadores possuem a opção de tradução autônoma através de sintetizador de voz e Leitores de Tela?

Sim

Não

64. Indique qual(is) das ferramentas abaixo estão a disposição do Usuários com deficiência visual na Biblioteca!

DOSVOX

-
- LianeTTS
- TTS Reader
- NVDA
- ORCA
- Virtual Magnifying Glass
- Outro
- Nenhum

65. Indique qual(is) das ferramentas abaixo estão a disposição do Usuários com limitação motora e comunicacional na biblioteca.

- eViaCam
- TICO(Interactive Communication Boards)
- Head Mouse
- Plaphoons
- Outro:
- Nenhum

66. Indique qual(is) das ferramentas abaixo estão a disposição do Usuários com deficiência auditiva na biblioteca.

- Hand Talk
- VLibras
- Outro
- Nenhum

QUESTÕES DIAGNOSTICAS SOBRE ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL

67. A biblioteca atualmente tem usuários PCDs? *

- Sim
- Não

68. Tipos de deficiência dos usuários da biblioteca:

Baixa visão

-
- Cego
- Surdo/mudo
- Surdo/cego
- Cadeirante
- Mobilidade reduzida
- Deficiências múltiplas
- Deficiência intelectual
- Autistas

69. Existem itens no **acervo geral** em Linguagem acessível aos Usuários com deficiência visual ou baixa visão (livros em Braile, áudio livro, PDF acessível a leitura por voz, material ampliado)

- Sim
- Não

70. Existem itens da **bibliografia básica** dos cursos em Linguagem acessível aos * Usuários com deficiência visual ou baixa visão (livros em Braile, áudio livro, PDF acessível a leitura por voz, material ampliado)

- Sim
- Não

71. A biblioteca dispõe de serviços de bibliotecas digital ou virtual? *

- Sim
- Não

72. Caso a resposta da pergunta anterior seja "Sim", a biblioteca virtual/digital possui usabilidade e acessibilidade para PCDs?

- Sim
- Não

73. A biblioteca quando solicitada atende à demanda de informações dos usuários * PCDs?

- Sim
- Não

74. Sobre a realização do atendimento, quando solicitado pelos alunos com deficiência auditiva, como é realizado?

- Pelos próprios servidores da biblioteca
 Com auxílio dos técnicos do NAPNE

75. Os profissionais da biblioteca são capacitados para atender usuários PCDs? *

- Sim
 Não

76. Durante a graduação foi ofertada alguma disciplina específica para o atendimento de pessoas com deficiência?

- Sim
 Não

77. Tipo de qualificação do pessoal da Biblioteca

- Libras Básico
 Libras intermediário
 Libras avançado
 Escrita braile
 Soroban
 Outros:
 Não possui qualificação específica para atendimento de PCD.

78. A Biblioteca possui uma política de desenvolvimento de coleções *institucionalizada?

- Sim
 Não

79. A política de desenvolvimento de coleções contempla aquisição de materiais em formatos acessíveis (Livros em Braile, Audiolivro, Livro ampliado, etc)?

- Sim
 Não

80. A biblioteca realiza treinamento para usuários com Deficiência

- Sim
 Não

81. A biblioteca dispõe de laboratório de acessibilidade (Ambiente no qual são

produzidos materiais informacionais específicos para usuários com deficiência)

Sim

Não

ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL – TAI DO IFMA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
MARANHÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - IFMA

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL – TAI

Eu, GEORGIANA EURIDES DE CARVALHO MARQUES, **DIRETORA DE PESQUISA**, responsável pelo(a) **IFMA**, estou ciente, de acordo e autorizo a execução da pesquisa intitulada “**A ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO: um estudo de caso**”, coordenada pelo(a) pesquisador(a) **ALISSON PEREIRA CADETE**.

Declaro conhecer e cumprir a Resolução 466/2012 do CNS; afirmo o compromisso institucional de apoiar o desenvolvimento deste estudo; e sinalizo que esta instituição está ciente de suas responsabilidades, de seu compromisso no resguardo da segurança/bem-estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tais condições.

São Luís-Ma, 22 de março de 2023

(assinado eletronicamente)

Georgiana Eurides de Carvalho Marques
SIAPE 1760649

Pró-Reitora em exercício

▪ Documento assinado eletronicamente por:

Georgiana Eurides de Carvalho Marques, DIRETOR(A) - CD3 - DPESQ-PRPGI, em 22/03/2023 12:04:36.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/03/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse

<https://suap.ifma.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:



ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO COMISSÃO DE ETICA E PESQUISA - CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO AMBITO DAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA: um estudo de caso

Pesquisador: ALISSON PEREIRA CADETE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 71592623.6.0000.5054

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.301.342

Apresentação do Projeto:

Pesquisa exploratória de abordagem qualitativa que têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores com o objetivo de investigar as condições de acessibilidade no contexto das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, por via dos aspectos arquitetônico, profissional, informacional, comunicacional, instrumental e tecnológico, bem como evidenciar a percepção dos usuários e dos profissionais, por meio da utilização de instrumentos de coleta de dados (questionários e entrevistas) quanto ao acesso à informação visando evidenciar se os preceitos sobre inclusão e acessibilidade instituídos pela legislação e normas técnicas são perceptíveis nesses ambientes de informação.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Investigar as condições de acessibilidade no contexto das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, por via dos aspectos arquitetônicos, profissional, comunicacional, informacional, instrumental e tecnológico, bem como evidenciara percepção dos usuários quanto o acesso à informação.

Objetivos específicos

Avaliar as políticas institucionais de inclusão efetivadas nas bibliotecas das unidades do IFMA e as questões pertinentes à acessibilidade.

Verificar as condições de acessibilidade dos ambientes estão promovendo meios para atender as diferentes necessidades dos usuários portadores de deficiência;

Identificar o grau de qualificação dos profissionais que trabalham nas unidades de informação sobre atendimento especializado à pessoas com deficiência;

Mapear as principais dificuldades encontrados pelos usuários para acessar os serviços e produtos de informação na biblioteca a depender da sua deficiência;

Observar se os ambientes das bibliotecas do IFMA estão condizentes com os indicadores de acessibilidade instituídos pela legislação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos.

Benefícios:

Mapeamento das condições de acessibilidade nas bibliotecas do IFMA.

Formulação e/ou adequação de políticas institucionais de acessibilidade para PCDs.

Levantamento das necessidades de qualificação das equipes das bibliotecas.

Criação de ações que possam minimizar ou corrigir possíveis danos causados pela falta ou inadequação dos condições de acessibilidade do ambiente da Bibliotecas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Interessante e útil pesquisa que contempla público alvo carente de atenção, com o intuito de diagnosticar eventuais falhas na acessibilidade das pessoas com demandas especiais à biblioteca do IFMA.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos presentes, mas deverá juntar o questionário a ser aplicado.

Recomendações:

Juntar o questionário a ser aplicado

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto que merece ser aprovado, em razão de ser de interesse prática e ensinar o conhecimento das dificuldades de acesso à biblioteca do IFMA por portadores de demandas especiais

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2093083.pdf	06/06/2023 15:44:34		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_mestrado_Acessibilidade_nas_Bibliotecas_do_IFMA.pdf	06/06/2023 15:43:41	ALISSON PEREIRA CADETE	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_modificado.pdf	06/06/2023 15:43:13	ALISSON PEREIRA CADETE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_TCLE.pdf	23/05/2023 11:15:44	ALISSON PEREIRA CADETE	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	CARTA_SOLICITACAO_DE_APRECIACAO_DE_PROJETO_Alisson_assinado.pdf	22/05/2023 23:18:17	ALISSON PEREIRA CADETE	Aceito
Orçamento	DECLARACAO_DE_ORCAMENTO_FINANCEIRO.pdf	22/05/2023 23:14:45	ALISSON PEREIRA CADETE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_IFMA.pdf	22/05/2023 23:12:59	ALISSON PEREIRA CADETE	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_PARA_UTILIZACAO_DE_DADOS.pdf	22/05/2023 23:11:48	ALISSON PEREIRA CADETE	Aceito
Declaração de concordância	DECLARACAO_CONCORDANCIA_Alisson_assinado.pdf	22/05/2023 23:05:38	ALISSON PEREIRA CADETE	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Alisson.pdf	24/02/2023 19:54:13	ALISSON PEREIRA CADETE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 14 de Setembro de 2023

Assinado por:

FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA

(Coordenador(a))